

Marcelo Tolomei Teixeira

**O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO ESPÍRITO SANTO
E SEU RETORNO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Curso de
Pós-Graduação em Direito da
Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre em Direito.

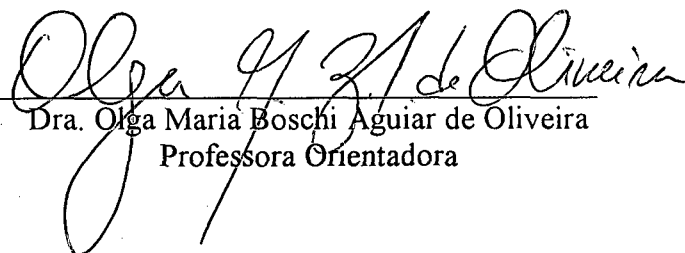
Orientador: Profa. Dra. Olga Maria
Boschi Aguiar de Oliveira

Florianópolis, 2001

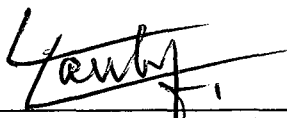
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

**O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO ESPÍRITO SANTO
E SEU RETORNO SOCIAL**

Marcelo Tolomei Teixeira



Dra. Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira
Professora Orientadora



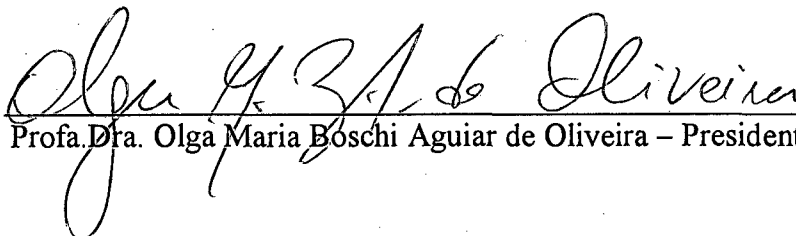
Dr. Christian Guy Caubet
Coordenador do CPGD/CCJ/UFSC

Florianópolis , 2001.

Marcelo Tolomei Teixeira

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO ESPÍRITO SANTO E SEU RETORNO SOCIAL


Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito junto ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina pela Banca Examinadora formada por:



Profa.Dra. Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira – Presidente

Prof.Dr.Roberto Fragale da Silva Filho – Membro

Profa.Dra. Magnólia Ribeiro de Azevedo – Membro



Prof.Dr. Antonio Carlos Wolkmer - Suplente

Florianópolis(SC), 29 de junho de 2001.

Para **Gustavo**, filho querido.

Agradecimentos:

Aos meus familiares, pelo afeto e apoio.

A JUREMA, pelo companheirismo compreensivo.

À minha Orientadora, professora OLGA, pela sabedoria e forma democrática com a qual conduziu a orientação desta pesquisa.

Aos professores: ANTONIO CARLOS WOLKMER , JOSECLETO COSTA DE ALMEIDA PEREIRA, MOACYR MOTTA DA SILVA E ROBERTO FRAGALE FILHO, agradeço pelas significantes sugestões.

Aos meus colegas do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo que deferiram minha licença especial, de acordo com a LOMAN para que pudesse cursar o Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina.

À estagiária ALDETE MARIA XAVIER, que tanto colaborou nesta pesquisa.

E mais, para todos que de qualquer forma vieram a contribuir com esta pesquisa, meu profundo apreço.

RESUMO

Esta pesquisa busca uma abordagem crítica acerca da Justiça do Trabalho, tendo como referência a atuação do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo, apresentado como um Tribunal ideologicamente pró-trabalhador, mas, cujas decisões encontram dificuldades de efetividade haja vista as posições conservadoras dos Tribunais Superiores, notadamente do Tribunal Superior do Trabalho.

A Justiça do Trabalho no Brasil advém da época do Estado-Novo, década de 30. Foi então, fruto de um projeto autoritário. Sua trajetória demonstra que muitas de suas decisões foram favoráveis ao establishment. Contudo, uma nova geração de juízes trabalhistas pregoa um ativismo acentuado na aplicação do direito, negando muitas vezes o caráter perceptivo das normas programáticas buscando sua aplicação imediata.

Com efeito, esta é a postura dos juízes trabalhistas no Espírito Santo. A efetivação de suas sentenças, embora problemática, não deixa de ser sentida na região, até porque para modificá-las o empregador corre risco e tem despesas maiores. *Lege ferenda*, interessante seria que o processo trabalhista tivesse no máximo tão só duas instâncias o que permitiria com certeza uma aplicação mais social do Direito. Conquanto, creditamos a Justiça do Trabalho à possibilidade de ser como no exemplo do TRT/17^a. Região, produtora de verdades desagradáveis contra aqueles que desejam que os inúmeros direitos sociais de normas programáticas inseridos na constituição de 1988 sejam esquecidos e nunca efetivados e, ainda, apostam na flexibilização e desregulamentação dos direitos trabalhistas como forma de aumentar a competitividade das empresas.

ABSTRACT

This research aims to provide a critical view of the work laws and justice, based on Espírito Santo Work Court services, seen as a court ideally accord workers, but its decisions face some effectiveness problems inasmuch as the superior courts are conservative, including Work superior court.

The Brazilian laws related to work are in use since 1930, the militaries period. Therefore, these laws were established on an authoritarian project. This court's route shows that many decisions were in favor of the establishment. On the other hand, a new generation of judges asks for strict activism concerning law, being contrary to its perceptive essence and some pragmatic rules in order to put them in practice immediately.

Likewise, judges in Espírito Santo behave similarly. Although their sentences may be problematic, they can be noticed in the region, so to modify them it would be both expensive and risky to the laborer. It could be interesting if the work process had only 2 instances, which would lead to a social practice of the law. However, we believe that work justice can be as TRT/17°. Unfortunately, it is an area filled with unpleasant truths against those who want those social rights present on 1998 constitution, to be forgotten and never put in practice. Those people use the flexibility and irregularity of work laws as a way to push the competitive among companies.

SUMÁRIO

RESUMO.....	VI
ABSTRACT.....	VII
INTRODUÇÃO.....	1
CAPITULO I - A JUSTIÇA DO TRABALHO E O MITO DO ESPAÇO PRIVILEGIADO DOS TRABALHADORES	6
1.1 Contexto histórico e social da Justiça do Trabalho.....	6
1.1.1 A Velha República e a Revolução de 1930.....	7
1.1.2 O Estado - Novo.....	11
1.1.3 Positivismo e Corporativismo.....	14
1.1.4 A doutrina social da Igreja.....	18
1.2 Os mitos dos direitos sociais.....	20
1.2.1 O mito da originalidade.....	21
1.2.2 O mito da doação.....	22
1.2.3 Os motivos dos direitos sociais.....	23
1.3 A problemática da Justiça do Trabalho.....	26
1.3.1 As primeiras experiências sobre uma jurisdição especial.....	26
1.3.2 O primeiro grande debate sobre a Justiça do Trabalho.....	30
1.3.3 A instauração da Justiça do Trabalho.....	31
1.3.4 A Justiça do Trabalho e os interesses dos trabalhadores.....	33
CAPITULO II - A CRIAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	39
2.1 O período econômico e social da região.....	39
2.1.1 A industrialização capixaba.....	40
2.1.2 Da ocupação da terra e da agricultura.....	43
2.1.3 O mercado de trabalho e as relações laborais.....	44
2.2 As reações quanto à criação do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo.....	48
2.2.1 A Constituição Federal de 1988 - o começo de tudo.....	49
2.2.2 As primeiras reações	51
2.2.3 As ameaças de extinção.....	55

2.3 O perfil do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo.....	60
2.4 A jurisprudência : uma comparação.....	70
CAPITULO III - O RETORNO SOCIAL DAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES NO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO ESPÍRITO SANTO.....	73
3.1 A problemática das sentenças nos dissídios individuais.....	73
3.1.1 Sentença: ato ideológico.....	73
3.1.2 Juízes legisladores?	78
3.1.3 As sentenças nos dissídios individuais do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo.....	80
3.2 A problemática das sentenças nos dissídios coletivos.....	86
3.3 O caso BANESTES.....	98
3.3.1 As demissões.....	98
3.3.2 As medidas jurídicas.....	100
3.3.3 A falta de efetivação.....	103
CAPITULO IV - NOVOS ENCAMINHAMENTOS PARA OS CONFLITOS TRABALHISTAS.....	107
4.1 A arbitragem.....	107
4.2 As Comissões de Conciliações Prévia.....	118
4.2.1 As trajetórias da Lei.....	120
4.2.2 Breves questões jurídicas.....	121
4.2.3 As possibilidades sociais do novo instituto.....	124
4.3 Perspectivas para a região.....	127
4.3.1 Arbitragem no Espírito Santo.....	127
4.3.2 As Comissões de Conciliações Prévias no Espírito Santo.....	129
4.3.3 Um balanço do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região.....	133
CONCLUSÃO.....	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como temática geral a Justiça do Trabalho, mais especificamente, o Tribunal do Trabalho da 17ª Região, que foi instalado em 1991 para exercer a jurisdição trabalhista no Estado do Espírito Santo, qualificado aqui como um tribunal de forte inclinação ideológica pró-trabalhador.

Para o homem do povo, a Justiça do Trabalho tem uma acepção marcadamente protecionista, muitas vezes passa ao largo de ser ela um mero ramo do Poder Judiciário, e sim um *locus* em que o empregado “tem sempre razão”. O que obviamente não é verdade, se analisados forem os ricos episódios em que esta se envolveu ao longo da história do país, pois, aprofundou-se em muitos deles o distanciamento dos interesses dos trabalhadores em favor de decisões sustentadoras do *establishment*. Surgida há exatamente sessenta anos, fruto do complexo momento político do Estado-Novo, a Justiça do Trabalho volta a freqüentar os debates, com propostas radicais que falam até em sua extinção... Da mesma forma, que tanto se fala dela, os destinos dos direitos trabalhistas também são questionados com propostas que vão de uma flexibilização mais intensa ou mesmo a total desregulamentação.

Diante de tantas controvérsias, parte da magistratura trabalhista pátria assume uma postura “ativista”, procurando, por exemplo, em face de uma legislação social repleta de caráter programático, negar tal caráter perceptivo e buscar uma imediata tutela de tais direitos. Esse fenômeno é deveras observado no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo. Constatado isto, formulou-se o problema desta pesquisa da seguinte forma: até que ponto as decisões com tais teores vêm efetivamente refletir na região, ou seja, na relação empregado-empregador e qual seu efetivo retorno social.

Como hipótese a este problema, tem-se que mesmo diante de uma hierarquia verticalizada como a do Poder Judiciário e mediante a postura conservadora dos

tribunais superiores, notadamente do Tribunal Superior do Trabalho, tal influência existe e é deveras importante para a região. Para sua comprovação utilizaram-se algumas variáveis essenciais, tais como: o mito do espaço privilegiado dos trabalhadores na Justiça do Trabalho; operadores jurídicos (da Justiça do Trabalho); decisões do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo; decisões do Tribunal Superior do Trabalho; novas possibilidades para solução dos conflitos trabalhistas.

Justifica-se este trabalho pela já falada atualidade do tema, sendo necessário um olhar crítico à instituição. Como dito, a questão de seu retorno social entrou em pauta ante as discussões que animam a reforma do Poder Judiciário ainda em tramitação no Congresso Nacional. As propostas de sua extinção não encontraram eco na sociedade civil, muito embora algumas mudanças efetivaram-se tais como: o fim da representação classista, a inclusão do chamado rito sumaríssimo com o escopo de se buscar uma maior celeridade do processo trabalhista e a constituição das comissões de conciliações prévias. A rigor, analisando-se a questão não só pelos tradicionais métodos do Direito mas também através das críticas de sociólogos, historiadores, economistas, entre outros profissionais, é cada vez mais complexo saber quem leva vantagem no atual modelo e quem lucraria com sua transformação...

Esta pesquisa abre a possibilidade de creditar a Justiça do Trabalho como produtora de verdades desagradáveis contra aqueles que desejam que os inúmeros direitos sociais de normas programáticas¹ inseridas na Constituição Federal de 1988,

¹ - Estamos aqui caracterizando normas programáticas de acordo com seu grau de aplicabilidade, ou seja, são normas de eficácia limitada pois não receberam do constituinte normatividade suficiente para sua aplicação, cabendo ao legislador ordinário a tarefa de completar a regulamentação das matérias nelas traçadas, valendo citar a doutrina de J.J GOMES CANOTILHO: “Em virtude da eficácia vinculativa reconhecida às “normas programáticas” deve considerar-se ultrapassada a oposição estabelecida por alguma doutrina entre “norma jurídica actual” e “norma programática (*aktuelle Rechtsnorm-Programmsatz*): todas as normas são *actuais*, isto é, têm uma força normativa independente do acto de transformação legislativa. Não há, pois, na constituição, “simples declarações (sejam oportunas ou inoportunas, felizes ou desafortunadas, precisas ou indeterminadas) a que não se deva valor normativo, e só o seu conteúdo concreto poderá determinar em cada caso o alcance específico do dito valor” (Garcia de Enterria). Problema diferente é o de saber em que termos uma norma constitucional é susceptível de “*aplicação directa*” e em que medida é exequível

sejam esquecidos e nunca efetivados e, ainda, apostam na maior flexibilização e até na desregulamentação² dos direitos trabalhistas para aumentar a competitividade das empresas. Portanto, justamente nesta Justiça, onde origem e evolução são muitas vezes tão problemáticas para os interesses dos trabalhadores, vamos buscar uma das possibilidades de enfrentamento para tal quadro.

Uma nova perspectiva como esta há de ser realista. Não existe uma única Justiça, ou, uma única concepção para aplicação do Direito. Há tensão entre as concepções dos juízes de primeira e segunda instâncias com os dos tribunais superiores, estes, em geral, mais quietos e conservadores. E num sistema, como já dito, verticalmente hierarquizado, a efetivação, o ativismo e o dinamismo dos operadores jurídicos dos órgãos inferiores sofrem natural limitação. Sendo assim, voltamos nosso olhar para o jovem tribunal trabalhista capixaba, enquanto local privilegiado para a defesa da cidadania do trabalhador.

Com efeito, como objetivo geral desta pesquisa, pretende-se verificar se o Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo, através de sua jurisprudência com tendência pró-trabalhador, tem influenciado ou afetado as relações empregados-empregadores na região, caracterizando e proporcionando, neste âmbito, uma Justiça do Trabalho solidária com os interesses dos trabalhadores na busca de uma verdadeira cidadania.

por si mesmo". CANOTILHO, J.J Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 1999, p.1103

² - Sobre as diferenças entre os termos flexibilização e desregulamentação, temos que "... o primeiro estrutura-se a partir da noção de *manutenção* de uma legislação de proteção ao trabalho, com algumas normas gerais e irrenunciáveis e outras que admitem as adaptações mencionadas, ao passo que o segundo forma-se a partir da idéia de um Estado que não intervém nas relações de trabalho, que incentiva o exercício da autonomia privada, coletiva ou individual, por meio da qual, sem limitações legais, são estabelecidas as condições de trabalho". ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende, FRAGALE FILHO, Roberto, MONÇÃO, Sarah Cristina Faria. As transformações da categoria sócio-jurídica trabalho vistas por meio do discurso dos magistrados do trabalho. **Plurima Revista da Faculdade de Direito da UFF**, v.03, n.10 mar. 1999, p.304.

Para persegui-lo, dividiu-se a pesquisa em quatro capítulos. No primeiro denominado “*A Justiça do Trabalho e o Mito do Espaço Privilegiado do Trabalhador*”, procurou-se abordar em primeiro plano o surgimento da idéia do Estado interventor nas soluções dos conflitos trabalhistas. Desta forma, como não poderia ser diferente, tratamos da lógica do Estado-Novo, privilegiando de fato tal período histórico ante a influência derradeira que ofereceu para nosso atual modelo de direito social e de uma Justiça especializada. Logo após, enfocamos a evolução desta Justiça tendo como paradigma as aspirações dos trabalhadores, desmistificando, portanto, que tenha sido a mesma até então, um espaço privilegiado para tal classe.

No segundo capítulo, procurou-se examinar de forma mais específica o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, denomina-se: “*A Criação do Tribunal Regional do Trabalho no Estado do Espírito Santo*”. Abordamos os momentos econômico e social do Estado com ênfase na questão laboral. Seu surgimento e reação da comunidade, a sua criação e apresentamos ainda um perfil dos juízes que o compõe.

No terceiro capítulo, “*O Retorno Social das Reivindicações dos Trabalhadores no Âmbito do TRT do Espírito Santo*”, procurou-se abordar a eficácia das decisões do jovem tribunal. Questionam-se, em primeiro plano, os sentidos do ato de sentenciar, seja no âmbito dos dissídios individuais como nos coletivos, apresentando-os como atos genuinamente ideológicos. Apresentam-se então vários exemplos de sentenças do tribunal trabalhista capixaba que rompem com o senso comum ditado pelo Tribunal Superior do Trabalho. E ainda um estudo de caso, o qual denominamos “*Caso Banestes*”, demonstrando todas as dificuldades de efetivar-se decisões que rompem com o mencionado senso comum.

No quarto e último capítulo, “*Novos Encaminhamentos para os Conflitos Trabalhistas*”, procurou-se analisar as possibilidades sociais da arbitragem e das comissões de conciliações prévias, ante as novidades trazidas por tais institutos e as perspectivas que já se apresentam para o Estado do Espírito Santo. E por fim, a importância do tribunal trabalhista para a região.

O método de abordagem utilizado foi o indutivo. Com relação aos métodos de procedimento, deu-se ênfase ao monográfico e ao estatístico. Já com relação à técnica de pesquisa, utilizou-se preponderantemente a documentação indireta, abrangendo tanto a pesquisa documental como a bibliográfica, ressaltando-se a grande quantidade de matérias jornalísticas citadas, o que só evidencia a atualidade do tema escolhido.

Sobre o embasamento teórico, pode-se dizer que três teorias compuseram a base deste trabalho. A primeira advém de LUIZ WERNECK VIANNA, que aborda as razões da constituição da Justiça do Trabalho no Brasil assim como dos direitos sociais nos idos da década de 30. Além disso, utilizamos como referência fundamental, seus trabalhos mais recentes que tratam sobre o perfil da magistratura brasileira. A segunda advém de MAURO CAPPELLETTI que analisa o grau de criatividade, modos, limites e aceitabilidade da criação do Direito praticada pela magistratura no mundo contemporâneo. O terceiro é de BOAVENTURA SANTOS que propõe uma análise cautelosa em relação aos chamados tribunais informais.

Finalizando esta introdução, pode-se evidenciar que a interdisciplinaridade é marcante nesta pesquisa. Não seria plausível que a discussão a respeito do tema fosse protagonizada somente por juristas, pois se assim fosse, faríamos uma abordagem tão só unilateral no sentido do formalismo jurídico. A análise do Judiciário, como das demais instituições, necessitam de uma perspectiva pluridisciplinar que infelizmente raramente é utilizada, lembrando ser marcante a dimensão de poder que todos os temas aqui tratados envolvem. Sendo assim, surgem os auxílios da Sociologia, da História, da Filosofia, da Economia, para tentar compreendê-los melhor. Como propriedade aduz a professora OLGA MARIA B. AGUIAR DE OLIVEIRA, citando GIRALDO ÁNGEL, “a interpretação jurídica implica em uma definição política. Exige assumir uma postura em relação com a função do direito. O processo de interpretação supõe, por conseguinte, tomar partido por uma determinada escola filosófica”.³

³ - OLIVEIRA, Olga Maria B. Aguiar de. **Monografia Jurídica**. Porto Alegre: Síntese, 1999. p.31.

CAPÍTULO I

A JUSTIÇA DO TRABALHO E O MITO DO ESPAÇO PRIVILEGIADO DOS TRABALHADORES

Trata este capítulo, da contextualização do período do surgimento da Justiça do Trabalho brasileira – a denominada era Vargas. Dividi-se em três partes: na primeira, aborda-se os contextos histórico e social; na segunda, adentra-se na questão do surgimento dos direitos sociais no Brasil e, na terceira, na forma pela qual se tentou criar uma jurisdição especial no país, para resolução dos conflitos envolvendo a questão do trabalho até a instituição da Justiça do Trabalho buscando identificar qual tem sido a atitude desta tendo como referencial os interesses dos trabalhadores.

1.1 Contexto histórico e social da Justiça do Trabalho

É difícil discordar de ROMITA quando de forma categórica aduz: “a Justiça do Trabalho é um produto perfeito e acabado do Estado Novo, elaborado à sua imagem e semelhança. Apresenta as mesmas características do ente que a gerou.”⁴. Com efeito, pretende-se abordar tal período histórico, enfatizando, principalmente, seu caráter centralizador e monolítico, sua ideologia positivista e corporativista, a influência da Igreja Católica Apóstolica Romama com sua doutrina social e a nova estruturação do trabalho após a Primeira Grande Guerra enquanto fatores que tiveram papel central na constituição deste ramo especializado de nosso Poder Judiciário.

Cronologicamente o Estado Novo durou oito anos (1937-1945). Contudo, sua herança vai bem mais além. Segundo MANNHEIN, citado pela historiadora

⁴ ROMITA, Arion Sayão . Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 95-112.

GOMES⁵, determinadas épocas, e nestas épocas determinados estratos sociais, podem ter um efeito duradouro sobre os hábitos mentais de uma nação, em especial se a época é decisiva para o desenvolvimento da história e da cultura nacionais. Ora, os conceitos e as práticas que o Estado Novo inaugurou, principalmente sobre a forma de solução dos conflitos trabalhistas, ganhou um fôlego impressionante, o que por si só, é capaz de demonstrar o grau de eficácia e de permanência política de suas propostas, por certo, autoritárias. Destarte, pela importância, passaremos então, a reconstituir tal período com as ênfases já mencionadas.

1.1.1 A Velha República e a Revolução de 30

Nosso primeiro período republicano (1891 até 1930), denominado como Velha República, caracteriza-se no plano econômico pela monocultura do café, em que, como bem lembra o historiador ALBUQUERQUE⁶ embora a ideologia do Estado Republicano fosse liberal⁷, a ação deste último regulava os interesses do setor hegemônico da classe dominante, produtora de café. Assim, na verdade, o Estado sempre interveio, financiando a compra de excedentes para impedir a desvalorização do produto. Era traço característico a descentralização política, respaldada inclusive

⁵ GOMES, Angela Maria de Castro. O Redescobrimento do Brasil. In. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. VELLOSO, Mônica Pimenta. GOMES, Angela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.109-150.

⁶ ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. **Pequena História da Formação Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Greal, 1986, p.240.

⁷ - Sobre liberaisismos destacamos: “A dimensão “ético-filosófica” do liberalismo denota “afirmação de valores e direitos básicos atribuíveis à natureza moral e racional do ser humano”. Suas diretrizes assentam nos princípios da liberdade pessoal, do individualismo, da tolerância, da dignidade e da crença na vida. Já o aspecto “econômico” refere-se, sobretudo, às condições que abrangem a propriedade privada, a economia de mercado, a ausência ou minimização do controle estatal, a livre empresa e a iniciativa privada. Ainda como parte integrante desse referencial, encontram-se os direitos econômicos, representados pelo direito de propriedade, o direito de herança, o direito de acumular riqueza e capital, o direito à plena liberdade de produzir, de comprar e de vender. Por último, a perspectiva “político-jurídica” do liberalismo está calcada em princípios básicos como: consentimento individual, representação política, divisão dos poderes, descentralização administrativa, soberania popular, direitos e

pela filosofia da Constituição de 1891, que acabava por garantir o domínio oligárquico, em suma, a autoridade do “coronel”. Os partidos eram regionais e prevalecia o famoso voto de “cabresto”. VIANNA⁸ aponta que os Estados de primeira classe, creditados para a reivindicação da Presidência da República, eram apenas dois: São Paulo e Minas Gerais. Os de segunda classe, que podiam candidatar-se à vice-presidência, eram Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Quanto aos demais, cita LIMA SOBRINHO, que de forma bem irônica, denominava-os como “Bagaceiros da Federação”.

O sociólogo ROWLAND apresenta com propriedade a engenharia social pela qual se mantinha o consenso entre os setores diversos da oligarquia, tendo contudo, como não poderia deixar de ser, a oligarquia paulista – os cafeicultores, como fração predominante:

- "a) Os cafeicultores, enquanto parte de uma oligarquia fundiária em nível nacional, tinham da mesma maneira que os demais setores, no monopólio efetivo da terra a base do seu poder político e econômico, e esta coincidência de interesses fundamentais servia de alicerce ao consenso;
- b) A Constituição de 1891 garantia uma relativa autonomia a cada Estado e a não-interferência dos Estados predominantes nos assuntos internos dos demais; já que situação e oposição em cada Estado eram facções pertencentes a uma mesma classe, aos Estados predominantes interessava não a identidade da situação e da oposição, mas a capacidade da situação de manter a sua autoridade dentro do Estado; o Governo Federal intervinha a pedido da situação (Artigo 6 da Constituição) para garantir esta autoridade; em troca do apoio dado desta forma à facção predominante da oligarquia em cada Estado ('*política dos governadores*'), estas aceitavam as regras do jogo político em nível nacional (sucessões presidenciais, etc.);
- c) O recrutamento para os cargos de maior prestígio no aparelho do Estado fazia-se (através da rede de parentesco e amizades políticas) entre as famílias oligárquicas - muitas delas decadentes - dos Estados periféricos." ⁹

garantias individuais, supremacia constitucional e Estado de Direito”. WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Saraiva, 1999, p.77.

⁸ VIANNA, Luiz Wernneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Belo Horizonte:UFMG,1999, p.32.

⁹ ROWLAND, Robert. **Classe Operária e Estado de Compromisso: origens estruturais da legislação trabalhista e sindical**. Revista Estudos. Cebrap: São Paulo, 1974. n. 8, p 9-10.

No campo das relações trabalhistas, a questão social em geral era remetida para o âmbito do Código Civil brasileiro de 1916, a rigor, dentro da lógica liberal do regime político o trabalho não tinha uma regulamentação especial; as relações de trabalho estavam subordinadas à locação de serviços previstos no código acima referido no artigo 1.216.

A historiadora GRINBER, ao demonstrar a lenta evolução do projeto do Código Civil, aduz que Clóvis Beviláqua teve a preocupação de assegurar direitos mínimos ao trabalhador, conforme já era realidade em outros países, propôs: que caso fosse impedido de trabalhar por motivo de doença, o trabalhador deveria continuar recebendo seu salário por tempo determinado; que, ainda em caso de moléstia, se o empregado vivesse em casa de seu patrão ou credor, este lhe devia cuidados e assistência médica; que menores de 15 anos não poderiam trabalhar em minas, fábricas e oficinas e que os trabalhadores desses locais não poderiam prestar mais de seis horas diárias de serviço; e, ainda, que os credores de serviços deveriam cuidar para que o local de trabalho tivesse condições mínimas de higiene e segurança, para que não compromettesse a saúde de seus trabalhadores; em caso contrário, o patrão ou credor poderia ser criminalmente responsabilizado.¹⁰

Mas, tais mudanças não foram aceitas. Conforme aduz GRINBERG, na realidade o que acabou prevalecendo foi que o Código Civil perpetuou formas de tratamento desiguais para o locatário e o locador de serviços, escolhendo o fortalecimento do direito de propriedade em detrimento da garantia de certos direitos dos trabalhadores.¹¹ O Estado era um espectador que não intervinha na vontade livre dos contratantes. Contudo, o Código Penal de 1890 já previa, em seu artigo 206, pena de prisão em caso de movimentos paredistas. Era a ortodoxia liberal. Não poderíamos

¹⁰ - Cf. GRINBERG, Keila. **Código Civil e cidadania**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001, p.62-63.

¹¹ - Cf. GRINBERG, Keila. Op. cit., p.64.

falar sobre a existência de um Direito do Trabalho¹², a par da existência, como veremos adiante de determinadas leis protetoras.

A fragilidade do modelo sócio-econômico era flagrante. Baseada a estabilidade no sucesso do café, diante das crises internacionais, o sistema abalava-se. A eclosão da Primeira Guerra em 1914 é um exemplo. A crise mundial aberta em 1929 acirra as contradições. Repercute de forma intensa em nossa vida política. É que dentro do esquema já mencionado, seria Minas Gerais que indicaria o candidato à sucessão do Presidente Washington Luís, mas, premida pela crise, a oligarquia paulista rompe com a aliança e indica como candidato Júlio Prestes de Albuquerque. Como oposição surge a candidatura de Getúlio Vargas (Aliança Liberal) que, perdendo as eleições, chegará ao poder através da Revolução de 1930.

Existe cisão dos historiadores e sociólogos sobre a razão sociológica do movimento¹³. Contudo, VIANNA fala sobre um consenso dos historiadores, enfatizando, que mesmo diante das mudanças ocorridas na estrutura agrária do país não se pode falar necessariamente em antagonismo entre o setor agrícola e industrial:

"Há consenso de que o movimento político-militar de 30 provocou alterações favoráveis ao sistema produtivo voltado para o mercado interno e de outras matérias-primas exportáveis, que não o café. A dificuldade tem raiz numa discussão antiga, cujos termos encontram-se mal colocados, que associa essa transformação a uma

¹² - Uma definição de Direito do Trabalho com inclinação sociológica: "No que se refere ao Direito do Trabalho, o objeto do bem público está na procura da harmonia entre o capital e o trabalho, da chamada paz social. Disso decorre sua aberta ruptura com o contratualismo liberal clássico, dado que é da sua essência se opor a um mercado composto de sujeitos formalmente iguais. Ao fundar, como ente jurídico particular, a existência de um 'parceiro economicamente mais fraco' - o vendedor da força de trabalho faz prevalecer a substância sobre a forma. Isto é, reconhece a desigualdade real entre os compradores e os vendedores dessa mercadoria, rejeitando a igualdade legal como pressuposto único para a celebração de contratos de venda da força de trabalho." (VIANNA, 1999: 358).

¹³ - Uma síntese: "Para Nelson W. Sodré e Octávio Ianni, a burguesia teve um papel decisivo no desencadear do movimento revolucionário, enquanto para Virgínio Santa Rosa e Hélio Jaguaribe, nada mais foi do que um movimento que refletiu o conflito entre classes médias na luta histórica pelo poder político e econômico". [...] "Acrece que, para Bóris Fausto, em posição inovadora, não foi o conflito de classes, mas a cisão na classe dominante ('aliança temporária entre facções burguesas não vinculadas ao café, as classes médias e o setor militar tenentista') que caracterizou a Revolução de 30". WOLKMER, Antonio Carlos. **Constitucionalismo e direitos sociais no Brasil**. São Paulo: Acadêmica, 1989, p. 38.

vitória do capitalismo sobre forças anti-capitalistas. Na realidade, trata-se apenas de uma diferenciação ocorrida no interior da classe burguesa, levando ao predomínio da facção industrial. O conflito entre as facções dominantes revestia-se do caráter de uma contradição, embora não antagonística. Decorria disso que uma, para se desenvolver, não tinha necessariamente transitar pela eliminação da outra. Essa percepção, como óbvio, não realiza uma apreensão dualista da realidade brasileira, discriminando, contrariamente, os dois segmentos básicos então em luta pelo domínio e/ou influência do aparato de Estado."¹⁴

Deve ser lembrado ainda, que a matriz da burguesia industrial é a burguesia agrária, conforme enfatiza com propriedade DINIZ “no início dos anos 30, ainda predominava, ao nível das elites dirigentes, uma visão muito restrita das possibilidades da industrialização no Brasil. Esta se concebia como um processo necessariamente contido nos limites da estrutura existente, devendo ocupar uma posição secundária e complementar”.¹⁵

Com efeito, na medida do possível tentava o Governo Central não colidir com as oligarquias, em que pesem, os confrontos inevitáveis como foi a Revolução Paulista de 1932. O historiador CARVALHO¹⁶ narra, inclusive, um aspecto curioso sobre a oligarquia mineira. É que o Governo Central escolheu como interventor Benedito Valadares que era justamente um dos expoentes da oligarquia local, cuja perplexidade com a escolha ficou immortalizada na famosa pergunta de sua própria mãe: “mas será o Benedito?”. Acabou sendo, e com isso, a oligarquia mineira acomodou-se no poder.

1.1.2 O Estado-Novo

Destarte, como uma forma de apaziguar as oligarquias, marcaram-se eleições gerais. Temos então, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de

¹⁴ VIANNA, Luis Werneck. Op. cit., p.394.

¹⁵ DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder relações de classes. IN: GOMES, Angela M^a de Castro, et al. **O Brasil republicano : sociedade e política(1930-1964)** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.79-120.

¹⁶ CARVALHO, José Murilo . Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In:D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **As instituições Brasileiras da era Vargas**. Rio de Janeiro:FGV, 1999, p.55-81.

1934¹⁷, a primeira que incorpora em seu texto preceitos de direitos sociais, em sentido mais preciso, estamos nos referindo ao direitos relativos ao trabalho ou aos trabalhadores, caracterizando já, as idéias centralizadoras e “modernizantes” dos ideólogos estadonovistas. Enfim, temos a eleição de Getúlio Vargas como presidente. Mas, os tempos eram difíceis: intensas greves ocasionando inclusive a Lei de Segurança Nacional (1935) e a chamada “Intentona Comunista” que no mesmo ano tentou tomar o poder (os revoltosos estavam congregados na Aliança Libertadora Nacional e seguiam as propostas revolucionárias do Partido Comunista Brasileiro). Surge então o Golpe de Estado, de 10 de novembro de 1937 com o Presidente Getúlio Vargas à frente e que se consolida ainda mais no poder através da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937.¹⁸

Das muitas e complexas particularidades do novo regime, sobressai o seu lado autoritário. A burguesia, que tinha à frente a oligarquia paulista, perde a

¹⁷ - O autor WOLKMER em sua obra especializada sobre o período assim entende a **Constituição de 34**: “A Constituição de 1934 demonstrou, no bojo de seu ecletismo, o impasse de avanços e recuos na correlação de forças, onde, de um lado, evidencia-se o esforço dos segmentos revolucionários autoritários em implementar uma modalidade de modernização centralizadora e, de outro, a capacidade de reação e resistência do setor oligárquico na manutenção da ordem político-jurídica anterior”. (Wolkmer, 1989, p.07). Por fim, faz o renomado professor um balanço sobre tal Carta Política: “Não obstante o pacto político haver incorporado algumas das mais expressivas postulações do 'bismarquismo', dentre elas, sua 'avançada' política social – defendida na Constituinte pelas pequenas bancadas, pelas forças do autoritarismo revolucionário e pelo próprio tenentismo – refletirá, sobretudo, a supremacia das grandes bancadas, identificadas com as metas do regionalismo burguês-oligárquico do centro-sul do país. Estes setores beneficiados com o ecletismo do texto retomam e restauram alguns dos mais caros princípios do ideário federalista e do modelo político liberal-democrático”. (WOLKMER, 1999: p.121)

¹⁸ - “**Constituição de 37**: “A Constituição de 1937 foi cognominada de 'Polaca' porque seu modelo fora a Carta Autoritária imposta à Polônia pelo Marechal Josef Pilusudski. Por este documento, o Estado auto-intitulava bem comum de todos os cidadãos. Os poderes do Executivo eram reforçados às expensas do Legislativo. O Presidente tinha a faculdade de dissolver o Parlamento, sendo submetido à sua autoridade a Câmara, o Exército e as Cortes de Justiça. O Legislativo era exercido pelo Parlamento Nacional (Câmara) com mandato de 4 anos e cada Estado podia eleger dez representantes e no mínimo três. Compunham ainda este poder o Conselho Nacional com um representante por Estado e dez membros nomeados pelo Presidente da República que também lhe indicaria ainda o Presidente, cujo mandato seria de seis anos. Do Legislativo ainda faziam parte o Conselho de Economia e o Conselho Administrativo.” (ALBUQUERQUE, 1991: 593).

representação política. Muito embora, conforme salienta VIANNA¹⁹, citando KARL MARX, em muitos períodos da história, livre de preocupações políticas, a classe burguesa alcançou um desenvolvimento jamais esperado. Ora, não por acaso, é sob o Estado Novo, que temos uma ascensão impressionante da produção industrial no Brasil²⁰, o que faz inclusive que muitos autores comparem tal período histórico, misto de crescimento industrial e autoritarismo, com o estado bismarkiano.²¹

Era um Estado interventor em quase todos os domínios da vida social que possuía um discurso forte e bem articulado pelo famoso Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Propagava a necessidade de uma autoridade realista, personificada em Vargas, capaz de intervir de forma correta na verdadeira “balbúrdia” que era então o Brasil do sistema liberal, e tal intervenção incluía também a questão social. Era o discurso estadonovista, o qual foi bem sintetizado por GOMES:

"A finalidade do novo Estado Nacional devia ser encontrado "fora" da política, das fórmulas e procedimentos operacionais do Estado liberal. E esta finalidade – que permitia ao governo aproveitar o melhor possível nossas riquezas e respeitar o nosso povo – consubstanciava-se no ideal de promoção do bem-estar nacional, de realização do bem comum. Desta forma, só poderia ser cumprida a partir do reconhecimento da situação de abandono em que se encontravam terra e homem brasileiro. Por tudo isso, o ponto central da Revolução Nacional, inaugurada em 1930 e realizada definitivamente em 1937, residia justamente em seus propósitos sociais em contraposição às preocupações políticas dominantes até então. A revolução tinha como sua marca específica o reconhecimento e o enfrentamento da questão social no Brasil." ²²

¹⁹ VIANNA, Luis Werneck. Op.cit., p.48.

²⁰ “A participação da indústria no produto físico global, calculada a preços correntes, aumentou de 21% em 1919 para 43% em 1939. Quanto ao ritmo de crescimento, a produção industrial no período de 1929/1939 cresceu à taxa média anual de 8,4%, enquanto a agricultura resceu a 2,2%, o que sugere que a atividade industrial substituiu em parte a atividade agrícola neste período.”(DINIZ, Eli. Op.cit., p.90)

²¹ - Sobre o tema ver WOLKMER, Antonio Carlos. Op. cit. p.23 e seguintes. Otto von Bismarck nos fins do século XIX, na Alemanha, preconizou uma inovadora política de direitos sociais ao mesmo tempo que proibia, via leis, as organizações sindicais ou partidos políticos de orientação socialista a atuarem nos meios operários.

²² GOMES, Angela Maria de. Op.cit.,p.8.

O próprio Getúlio, em discurso citado por PAIM²³, vem a declarar: “[...] A época é das assembléias especializadas, dos conselhos técnicos integrados à administração. O Estado puramente político, no sentido antigo do termo, podemos considerá-lo atualmente, entidade amorfa, que, aos poucos, vai perdendo o valor e a significação”. FAORO²⁴ aduz que existe de fato uma grande novidade no novo regime, por tratar-se de um “Estado Administrativo”, tomando um caráter meramente burocrático, à medida que procura realizar a distribuição de recursos e investimentos por motivos técnicos, sem o predomínio de razões estaduais.

Com todo esse arsenal ideológico, já podemos antever que o dito enfrentamento da questão social será realizado de forma técnica, leia-se autoritária, simbolizando um pai, personificado em Getúlio Vargas, que sabe melhor do que ninguém o caminho que o filho deve seguir, não aceitando divergências fora das normas estabelecidas. Em suma, a dita “solução” tem o aspecto burocrático do regime, sugerida por FAORO, cabendo, agora, analisarmos as matrizes ideológicas da “solução” que fora encontrada para a questão social brasileira.

1.1.3 Positivismo e Corporativismo

Alguns estudiosos creditam ao castilhismo-borgismo (Júlio de Castilho e Borges de Medeiros foram governadores do Estado do Rio Grande do Sul no período da “Velha República”) como o primeiro grande ensaio do Estado-Providência no Brasil que veio a consolidar-se tão somente a partir dos anos 30. Tal corrente, da qual Getúlio Vargas também fazia parte (presidiu o Estado de 1928 a 1930), tinha prática completamente diferenciada dos demais entes da Federação em relação à questão social, por ser bem mais maleável, não a encarando sob os auspícios da ótica do Liberalismo. Apontam tais autores (estamos trabalhando em especial com Alfredo

²³ PAIM, Antonio. Pensamento e Ação corporativa no Brasil. In: Souza, Francisco Martins. Raízes teóricas do corporativismo brasileiro. **Raízes teóricas do corporativismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999, p.48.

²⁴ FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Porto Alegre: Globo, 1975. p.706.

Bosi e Roberto Fragale Filho) que em tal círculo gaúcho predominava a doutrina positivista preconizada por Saint-Simon e Augusto Comte.

A cartilha positivista sobre a posição do proletariado, preconiza sua incorporação à sociedade moderna sob a liderança da burguesia industrial. Com efeito, tal doutrina afasta por completo a possibilidade da luta de classes, pregando, pelo contrário, a hipótese da solidariedade, da chamada paz, harmonia ou equilíbrio social. Fazendo portanto, contraponto ao marxismo cuja proposta gira em torno da potencialidade e emancipação da classe trabalhadora, BOSI faz síntese perfeita:

"O termo *développement* no sentido forte de progresso material e social já comparece em Saint-Simon e no jovem Comte. Para estabelecer o sistema seria indispensável instaurar uma economia planejada que regulasse o desenvolvimento da nação como um todo. A Lei interviria, se preciso, até o limite de abolir o instituto da herança, um dos maiores óbices criados ao progresso por manter privilégios individuais em detrimento da solidariedade social. Os industriais e os seus financiadores seriam os missionários de um novo credo, que Saint-Simon julgava ainda cristão, e pelo qual "as classes mais numerosas e sofredoras" seriam incorporadas e protegidas pela sólida união de Indústria e Governo. Quanto aos ganhos pecuniários que a produção trouxesse para o capital, poderiam ser redimidos de qualquer mancha egoísta pela instituição de uma *sociedade altruísta*, termo cunhado então, para designar um regime próspero e distributivo. A recompensa do mérito iria para os fortes; a assistência benévola, para os fracos. Nascia, deste modo, o ideal reformista do Estado-Providência: um vasto e organizado aparelho público que ao mesmo tempo estimula a produção e corrige as desigualdades do mercado."²⁵

O Estado do Rio Grande do Sul, na época tratada, foi o primeiro estado que sancionou reivindicações sociais²⁶ e que, ao invés de simplesmente reprimir os

²⁵ BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.274.

²⁶ - Embora não seja o objetivo desta pesquisa aprofundar o tema, não deixa de ser instigante as informações da historiadora Angela Maria de Castro Gomes sobre o comportamento da bancada gaúcha federal que sistematicamente, de forma paradoxal com sua progressista orientação positivista, vetava as propostas de regulamentação do trabalho ocorrida nos anos 20: "É extremamente interessante observar como o positivismo gaúcho é capaz de combinar a defesa liberal do mercado de trabalho, com uma forma de controle político a nível estadual que assegurava todas as dimensões de um poder autoritário. Muito provavelmente, inclusive, a reação gaúcha devia-se, também, a um desejo de preservar a instância regional do intervencionismo da União. [...] Na verdade, um dos temas marcantes do Positivismo era exatamente o da 'incorporação do proletariado'. Porém, ela deveria ocorrer através de outros instrumentos que não os da ação legislativa sobre o trabalho. [...] A própria visão do conflito

conflitos trabalhistas, procurou mediar e, quando não possível, arbitrá-los, medidas que FRAGALE FILHO²⁷ afirma ser surpreendente não só em virtude da época, mas pela influência que tal prática terá na obra trabalhista do Estado Novo, pregando a incorporação do trabalhador – optava-se, mais uma vez frisando, pela coordenação e não pela luta de classes, porquanto desejava-se uma administração pública do conflito, conforme verifica-se, ainda nos dias atuais, na dinâmica da Justiça do Trabalho.

É indiscutível, portanto, reconhecer a importância da experiência do núcleo positivista gaúcho como chave fundamental para compreender a lógica da chamada era Vargas, pois, “ (...) mais que nesses exemplos universais – Mussolini, Salazar e Pilsudski -, o Estado Novo nutriu-se de herança gaúcha. Vargas é o realizador no plano nacional da política desenvolvida em seu Estado do Rio Grande do Sul sob a República”.²⁸

E o sentido do corporativismo? Conforme indica o filósofo francês CHÂTELET²⁹, o corporativismo não é uma concepção política uniforme, ficando na fronteira incerta entre o sociologismo e o comtismo. Aponta contudo o citado autor, uma característica básica de tal doutrina que é a de integrar-se em concepções destinadas “objetivamente” a reforçar o Estado e a lutar sutilmente contra a influência do sindicalismo operário ou assumir mesmo a forma fascista (Salazar, Franco ou

como um problema moral e sanitário, basicamente, conduz ao tipo de solução proposta: a educação do proletariado como fórmula de estímulo à sua ascensão ética e econômica. É por esta razão que, embora considerando a ação do operariado, inclusive a grevista, um elemento natural da ordem econômica, a bancada gaúcha, exatamente por defender as atividades do comércio e da indústria, ressaltando suas dificuldades, conclui - em princípio - pela negação do intervencionismo do Estado no mercado de trabalho.” GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e Trabalho. Política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 77.

²⁷ FRAGALE FILHO, Roberto da Silva. *A Aventura Política Positivista: um projeto republicano de tutela*. São Paulo: LTr, 1998, p.95.

²⁸ FRAGALE FILHO, Roberto da Silva. Op. cit., p.103.

²⁹ CHÂTELET, François. DUHAMEL, Olivier. PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 189.

Mussolini). O historiador BORIS FAUSTO³⁰ aduz com perspicácia que a direita que surge no pós-guerra é muito diferente da direita tradicional que é conservadora, infensa a mobilizações sociais e preservadora de valores clássicos; pois esta nova direita propõe-se a utilizar o arsenal ideológico revolucionário das esquerdas e mobilizar as massas, chocando-se muitas vezes com a direita tradicional. Entre outros exemplos, cita o regime fascista italiano e o nazista.

Malgrado as dificuldades já indicadas, sobre uma conceituação precisa do corporativismo, em linhas gerais, temos que o sentido de corporações, refere-se aos grupos sociais organizados que expressam através do Estado seus interesses, de forma sempre harmônica. A rigor, a grande pretensão de tal concepção política é eliminar conflitos nos planos sociais, ideológicos e políticos. Ante tal diapasão, o destino reservado para as organizações operárias (exemplo típico dos sindicatos) será sua integração ao corpo estatal, daí o atrelamento dos sindicatos ao Estado com uma legislação rígida para seu funcionamento cujos ranços até hoje se observam em diversos aspectos (sindicato único, imposto sindical, etc). Também, da própria Justiça do Trabalho que tem como escopo maior, dentro da lógica corporativista, proceder à conciliação de classes. A ênfase, portanto, é na racionalização do espaço político, sendo total a desvalorização da representação política tradicional, via partidos políticos. No plano econômico, também sobressai a solução técnica e planejada, daí inclusive a criação dos Institutos: do Açúcar e do Alcool (IAA), Instituto Brasileiro do Café (IBC), Instituto do Mate, etc.; que procuram coordenar a produção evitando os desequilíbrios provocados pela concorrência.³¹

³⁰ FAUSTO Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce.(Org.). **Repensando o Estado Novo**. 1ed.Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 17.

³¹ - A opção do governo Vargas pela fórmula corporativa pode assim ser explicada: " Durante o Governo Provisório , Vargas estava empenhado em assegurar a autoridade do seu governo e encontrar uma fórmula institucional que garantisse o afastamento das oligarquias do exercício do poder. Adotou a fórmula corporativa por três razões principais: a) conferia sentido político-institucional aos órgãos técnicos que vinha criando para coordenar a intervenção do governo no setor agrário-exportador e contornar a crise econômica; b) correspondia às aspirações , vagas mas anti-liberais , do outubrismo, e garantia-lhe o apoio das forças anti- oligárquicas; c) justificava as suas tentativas de 'acabar com a luta de classes ' no setor urbano- industrial, e de garantir , por assim dizer , a sua retaguarda enquanto, combatendo as pretensões políticas e defendendo os interesses econômicos das oligarquias , tentava manter a unidade da classe

1.1.4 A doutrina social da igreja

Para VIANNA, o interesse da Igreja Católica Apostólica Romana com a questão social a partir do final do século XIX, é uma tentativa de articular um novo projeto de hegemonia ideológica, pois que, expulsa fora do “Estado pelos três grandes ciclos da revolução burguesa – a reforma luterana e as revoluções inglesa e francesa”.³² Assim, disputa com as idéias socialistas nos meios operários e visa que o Estado alinhe-se ao projeto doutrinário, ou seja, de reconhecimento da necessidade de admitir-se a questão social.

Sua proposta também é corporativista, no sentido que prega a aproximação das classes. O documento histórico fundamental é a *Rerum Novarum* (1891) do Papa Leão XIII que demonstra tal feição de forma precisa no seguinte trecho: “Para a solução da questão operária, muito poderão contribuir os capitalistas e próprios operários com instituições ordenadas a oferecer oportuna ajuda aos necessitados e a unir e aproximar as duas classes entre si”³³. O projeto de organizações mistas de patrões e empregados fracassou, mas essa linha contribuiu, segundo aduz PAIM, com propriedade, para fazer sobressair no movimento sindical a possibilidade da convivência de interesses entre Capital e Trabalho circunscrevendo-se a esfera do conflito tão-só nas melhorias das condições de trabalho, na participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, etc.

A verdade é que a assunção da questão social pela Igreja deu-se em um contexto de plena falência do estado liberal. Exemplo típico de tal contexto foi o Tratado de Versalhes celebrado em 1919. Foi uma reorientação no mundo do trabalho imposto pelas próprias classes dominantes, e que acabou por afastar as concepções liberais de liberdade de contrato, pois diversos direitos sociais foram garantidos como forma inclusive de preservar, na medida do possível, uma uniformidade do preço da força de trabalho, sendo certo que o Brasil também fora consignatário do tratado.

dominante . Nesta conjuntura , o potencial desagregador da classe operária ameaçava sobretudo o novo equilíbrio interno da classe dominante." ROWLAND, Robert. Op.cit., p.34.

³² VIANNA, Luis Werneck. Op.cit., p. 195.

³³ PAIM, Antonio. Op. cit., p.122.

GENRO, sintetiza, dizendo que com tal diploma “ (...) conquistas gerais oriundas da luta de classes travada até então nos países industrializados passaram a constituir regras mínimas a serem observadas na concorrência entre os capitalistas de diversos países”.³⁴

A doutrina social da Igreja católica, além de influenciar sobremaneira camadas médias da sociedade, também é reivindicada pelos próprios teóricos estadonovistas. O livro *Direito do Trabalho e Democracia Social* de OLIVEIRA VIANNA, sem dúvida, o maior teórico do Estado Novo, principalmente sobre a construção da doutrina social³⁵, enaltece tal doutrina como justa e equilibrada, pois, incorpora o trabalhador à empresa como um elemento de sua unidade política. Aduz ainda o referido teórico, que a política social da Revolução de 30, e especialmente as leis trabalhistas, pautaram-se pelos princípios da doutrina social da Igreja, visando ao bem comum, à dignidade do trabalhador e à justiça social. Enfim, até como uma forma de legitimar-se ainda mais perante a sociedade, o Estado Novo fazia encômios a Roma.³⁶

³⁴ - GENRO, Tarso. **Direito Individual do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1988. p.29.

³⁵ VIEIRA, Evaldo Amaro, Oliveira Vianna & o Estado Corporativo: um estudo sobre Corporativismo e Autoritarismo. 1. ed. S. Paulo: Grijalbo, 1976. p.61

³⁶ - “E nesse esforço também se aliavam a ideologia do trabalhismo e as nossas tradições cristãs, que ela reutilizou para tentar legitimar-se ainda mais perante as distintas classes sociais. Nessa perspectiva, o 'Estado Novo' oficializou as comemorações do cinquentenário da encíclica *Rerum Novarum*, entre 1941/1942, e determinou que fossem cunhadas duas medalhas de ouro, enviadas posteriormente ao Papa Pio XII. Dois vultos da justiça social eram homenageados, como explicou Marcondes Filho na solenidade de entrega das medalhas ao núncio apostólico do Brasil: 'na primeira, a figura de Leão XIII, inspirador da Justiça social no mundo moderno. Na segunda, a efígie de Getúlio Vargas, instaurador da Justiça social no Brasil'". [...] “Nesse cenário, a *Rerum Novarum*, com sua proposta de congraçamento entre as classes, fará parte do encarniçado combate desfechado pela ditadura, tanto teórica como praticamente, contra a luta de classes. A convite do DIP, por exemplo, San Tiago Dantas, catedrático da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, expunha o significado dessa encíclica em conferência proferida no Palácio Tiradentes: ela dera uma contribuição decisiva 'para inverter o que parecia o rumo inexorável da história moderna', tendo 'contido um dos mais poderosos movimentos de subversão histórica, qual se anunciava o socialismo no século XIX'. (STD, “A Encíclica “*Rerum Novarum*”, BMTC no 91, mar/1942)”. PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala: Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo. 1999, p.157.

1.2 Os mitos dos direitos sociais

Com efeito, a partir da década de 30, conhece o Brasil, mais precisamente o proletariado urbano, ante a ascensão da elite política ligada ao círculo político getulista, uma impressionante febre legislativa culminando com a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (1943) e com a própria criação da Justiça do Trabalho (1941). É sistemático que tal febre legislativa dizia respeito tão somente ao trabalhador urbano, porque, no campo, Getúlio Vargas era fiel aos seus compromissos com a oligarquia rural, que experiente, sabia, ao contrário da nova classe industrial, manter o controle da situação sempre a base da repressão e do clientelismo; daí o atraso impressionante de tempo que os direitos sociais levaram para chegar aos rurícolas. É curiosa e bem ilustrativa a citação que o historiador FERREIRA, ao trabalhar com as cartas que Getúlio Vargas recebia dos populares, faz de um trecho de um trabalhador rural sobre tal atraso, que demonstra bem que tal cisão fazia-se sentir até no imaginário popular: “(...) me atrevo a dirigir-me a V.Exa. porque estou informado que muito tem feito a benefício dos trabalhadores, apesar de até esta data ninguém teve a felicidade de ser beneficiado.”³⁷

Três pontos são fundamentais fundamentais: o mito da originalidade (a legislação social teve seu início a rigor na Velha República a par dos discursos dos teóricos estadonovistas que pretendiam demonstrar que antes a questão social era tratada como um mero caso de polícia); o mito da outorga social (ela não foi fruto de uma “dádiva” getulista caída do céu) e, por fim, tenta-se esclarecer a razão desta legislação social promovida pelo Estado.

³⁷ FERREIRA, Jorge, *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-45*. R. Janeiro:FGV 1997.p.59.

1.2.1 O mito da originalidade

MORAES FILHO³⁸ foi um dos primeiros estudiosos a chamar atenção: muito ao contrário do que ruidosamente propagavam os teóricos estadonovistas, a “questão social” na República Velha não era apenas um “caso de polícia”, pois já era uma questão política, que mobilizava inclusive importantes correntes da época. De fato, muito embora a ortodoxia liberal da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 não reconhecesse a questão social, todavia, já com uma emenda em 1926 o Congresso ficou incumbido de legislar sobre o salário. Ademais, mesmo sob a vigência de tal Carta pregadora da cartilha liberal da não intervenção do Estado no mundo do trabalho, tivemos promulgados: a Lei 3.724. de 1919, que veio amparar os trabalhadores quando vítimas de acidentes de trabalho; a Lei 4.682 de 1923 (famosa Lei Elói Chaves) que instituiu as caixas de aposentadorias e pensões para os ferroviários; o Decreto 5.083 de 1926 que estabelecia limites para o trabalho do menor, além da criação do Conselho Nacional do Trabalho no ano de 1923.

Toda essas medidas levam a considerar: “ (...) que o mito de que antes de 30 a questão social se constituía num *affaire* policial não encontra justa adequação no comportamento do Estado oligárquico – vide os anos 20”³⁹. E tanto é assim que tal comportamento foi um dos fatores para declinar o movimento paredista “ (...) em todo o Estado de São Paulo, de 1920 a 1929, sucedem apenas 50 greves contra 66 no quinquênio 1915-1919, sendo que nenhuma delas generalizou-se”. Por seu turno, estudiosa do período, em seu clássico *Burguesia e Trabalho*, GOMES demonstra que “a intervenção do Estado no mercado de trabalho, sem dúvida, redefine em mais um ponto a ortodoxia liberal da Constituição de 1891, já que existiam outros exemplos de uma adaptação desse tipo, valendo citar apenas as existências das tarifas e da política de valorização do café”.⁴⁰

³⁸ - MORAES FILHO, Evaristo de. **O Problema do Sindicato Único no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1952, p.197-215.

³⁹ VIANNA, Luiz Wernneck. et al. **A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999. p.96.

⁴⁰ GOMES, Angela Maria de. Op.cit., p.165.

Outros autores consideram que tais leis sociais do pré-trinta são assistemáticas e que atingiram setores isolados da classe trabalhadora. Como exemplo, FAORO, citado por WOLKMER, assinala que as “ (...) reivindicações operárias, antes de 1930, não conseguiram, apesar de leis votadas e não aplicadas, conquistar posição de barganha na sociedade, nem reconhecimento oficial. Perdidas entre o anarquismo e comunismo, sofriam a hostilidade dos grupos dominantes, que as encaravam como ameaça à ordem pública”⁴¹

O que nos parece fundamental assinalar e não se ocultar, como procurou fazer a propaganda estadonovista: foi a luta dos trabalhadores que romperam pela primeira vez com o liberalismo ortodoxo e fizeram o Estado emitir legislação trabalhista, mesmo de forma assistemática e restrita para certas categorias.

1.2.2 O mito da doação

O mito da doação foi a tônica da era Getúlio Vargas. Um exemplo bem típico é o discurso do Ministro Salgado Filho, citado por ROWLAND, sobre a origem da legislação trabalhista:

“O que se chama de reivindicações trabalhistas não foram jamais obtidas em qualquer país como estão sendo aqui verificadas. No Brasil, não há reivindicações nesse assunto. Há concessões. Concessões do Governo aos eficientes colaboradores, que são homens de trabalho, quer braçal, quer intelectual”⁴².

De fato, como já se disse, na década de 30 inaugura-se uma verdadeira inflação de leis sociais⁴³ mostrando o atendimento de certas aspirações dos

⁴¹ WOLKMER, Antonio Carlos. Op.cit., p.45.

⁴² ROWLAND, Robert. Op. cit. , p. 28.

⁴³ - Exemplos: Decreto nº19.671 - A, de 4 de fevereiro de 1931 , que criou o Departamento Nacional do Trabalho destinado a tomar medidas pelo estabelecimento da Previdência Social; nº21.471 , de 17 de maio de 1932, que regulamentou o trabalho feminino; nº21.186, de 22 de março de 1932, dispondo sobre a duração de oito horas da jornada de trabalho para os comerciários; nº21.364, de 4 de maio de 1932, o mesmo para os industriários; nº22.042, disciplinando sobre o trabalho de menores na indústria; nº21.175, de 21 de março de 1932, que criou as carteiras profissionais ; nº21.396, de 12 de maio de 1932, estatuinto as Comissões Mistas de Conciliação e Julgamento, logo em seguida ao

trabalhadores, atendimentos estes que inclusive, muitas vezes, entram em atrito com a burguesia industrial, ainda não cooptada totalmente ao projeto corporativo. Em contrapartida, os sindicatos eram atrelados de forma feroz ao Estado, com uma legislação autoritária aos extremos.

A par de algumas resistências, na base da cooptação ou truculência acabaram por sucumbir. Eis uma imagem perfeita da época, cujo protagonista é Lindolfo Collor, primeiro Ministro do Trabalho da Era Vargas: “Com o dedo em riste, dirigia-se aos trabalhadores de forma ameaçadora: 'ou aceitam a ação do Ministério do Trabalho, que traz uma mentalidade nova, de cooperação (...) ou se consideram dentro de uma questão de polícia, no sentido de polícia, no sentido do antigo governo' ”. Para ele, não existia meio-termo: “ou abandonam a mentalidade bolchevista e subversiva, ou se integram no corpo social a que pertencem”.⁴⁴ Certa está Marilena Chauí, também citada por PARANHOS, ao apontar que:

“(...) com ou sem partido, com ou sem as “más influências” anarquistas e anarco-sindicalista, com ou sem ANL, com ou sem ‘maturidade’ política, a classe operária constitui, senão um perigo imediato, pelo menos uma ameaça suficientemente forte para obrigar a ‘questão social’ a receber um tratamento político simultâneo ao tratamento policial”⁴⁵

1.2.3 Os motivos dos direitos sociais

Mas, qual o sentido dos direitos sociais advindos a partir da Revolução de 30 e do Estado Novo? RODRIGUES utiliza-se do termo conciliação, lembrando que sempre se pleiteou por reformas no Brasil mas as lideranças fizeram pequenas e moderadíssimas concessões, pois, que a política de conciliação teve como objetivo aplinar mais as divergências dos grupos dominantes do que conceder benefícios ao

estabelecimento do instituto das convenções coletivas de trabalho; nº22.132, de 25 de novembro de 1932, que alterou a legislação anterior das Comissões Mistas de Conciliação, para só conceder o direito de demanda aos sindicalizados; nº23.013, de 19 de agosto de 1933, concedendo férias aos bancários, a que se sucedem, no ano seguinte, igual benefício aos industriários.

⁴⁴ PARANHOS, Adalberto. Op. cit., p.89.

⁴⁵ PARANHOS, Adalberto. Op. cit., p. 93.

povo. Reconhece, porém, o historiador que somente com Getúlio Vargas houve alguns ganhos materiais. Seu governo foi conciliável e inconciliável. Conciliável com os interesses fundamentais do povo exceto a educação e o campo; inconciliável com os grupos divergentes da própria minoria, os que visavam apenas aos compromissos pessoais e partidários e não reais-nacionais. Entende, então o historiador que a inconciliação negativa foi sua desatenção à educação do povo e especialmente o esmagamento dos insubmissos do campo, que no fundo se revoltavam contra a vida sub-humana que levavam, como o foi também sua inabilidade em adaptar-se ao sistema representativo e de garantias sociais.⁴⁶

Angela Maria de Castro Gomes, citada por FERREIRA⁴⁷, utiliza-se do termo pacto; pois que o Estado conseguiu, tendo como referência a legislação social e trabalhista e a valorização do trabalhador como socialmente necessário legitimar-se como verdadeiro guardião dos interesses materiais e simbólicos da classe operária. Fala então que não existia mera submissão ou perda de identidade, mas uma troca, no estilo: aceito sua proteção e suas benesses e em contrapartida obedeço aos limites que me são impostos. A autora lembra então o sucesso da experiência (e de fato Vargas foi um dos políticos mais populares do País, sendo seu legado ainda hoje disputado), que foi conseguido porque de fato veio a alterar a vida dos trabalhadores.

Contra tal idéia de pacto insurge-se VIANNA em seu clássico *Liberalismo e Sindicato no Brasil*:

"A noção de contrato sugere livre manifestação de vontade em pelo menos duas pessoas com atividade num mercado. A nova ordem, exatamente porque jamais se encontrou com a parte capaz de com ela transacionar, utilizou-se da imagem da outorga, com o fim de figurar um pacto implícito. Mesmo sob essa forma fantasiosa, a ideologia da outorga, com a conseqüente celebração presumida de um pacto com as classes subalternas, terá de aguardar o esmagamento das oposições políticas e da resistência operária organizada, deixando campo livre para a manipulação da propaganda. [...] Como pensar em "pacto" sem troca de benefícios? Por outra parte, a maciça e

⁴⁶ Cf. RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e Reforma no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965 p.99.

⁴⁷ FERREIRA, Jorge. Op. cit., p.43.

brutal repressão aos sindicatos após novembro de 1935, bem como o expurgo dos traços liberais mantidos pela Carta de 34, consistem em indicadores suficientes para impedir a passagem das correntes 'contratualistas' ".⁴⁸

Outras teorias⁴⁹ indicam que a legislação social teve como escopo aumentar a acumulação do capital, vide o exemplo do salário mínimo. ROWLAND não acredita em tal hipótese, acreditando sim, que a medida fora para fortalecer o mercado interno e para aumentar o controle político exercido pelo Estado sobre a classe operária. Contudo, admite tal autor, que não deixou de ocorrer também a aceleração da acumulação de capital na indústria, pois a médio e longo prazo "ele impediu que setores da classe operária obtivessem aumentos salariais proporcionais ao aumento de produtividade, aumentando assim a taxa de exploração"⁵⁰. Podemos então concluir, que a instauração da legislação social tinha como objetivo o controle político da classe trabalhadora pelo Estado e que também veio aumentar a exploração dos trabalhadores e a acumulação do capital da ascendente classe industrial brasileira.

⁴⁸ VIANNA, Luis Werneck. Op. cit., p.61.

⁴⁹ - Leôncio Martins Rodrigues faz síntese lapidar: "Mostrando as semelhanças com a carta Del Lavoro italiana, alguns autores apontam o caráter fascista do corporativismo getulista, enfatizando seus aspectos repressivos e controladores do movimento operário. Outros autores interpretam a política trabalhista em função de um projeto de acumulação a serviço de uma nascente burguesia industrial. Esta linha de interpretação é defendida por Octavio Ianni e Francisco Oliveira. (...) De outro ponto de vista R.Rowland entende que 'toda a legislação trabalhista e sindical do primeiro período Vargas teve, suas origens na necessidade de estabelecer o controle político do Estado sobre a classe operária', processo este em que a burguesia industrial 'foi durante muito tempo alheia' R.Rowland, 'Classe Operária e Estado de Compromisso' Estudos Cebrap 8, abril-maio de 1974, p.33. Luiz Werneck Vianna, por sua vez, relaciona a legislação trabalhista (e mais tarde o salário mínimo) com a intenção de ampliar o mercado interno em benefício dos industriais. O salário mínimo especialmente teria aviltado o salário dos operários mais qualificados mas elevado o da massa operária de mais baixa qualificação". RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária(1930-1964). In: GOMES, Angela Maria de Castro et al. **O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.207.

⁵⁰ ROWLAND, Robert. Op. cit., p. 33.

1.3. A problemática da Justiça do Trabalho

1.3.1 As primeiras experiências sobre uma jurisdição especial

Sempre foi uma preocupação da oligarquia rural cuidar para que os conflitos entre trabalhadores e proprietários de terras (coronéis) nunca fugissem de seu controle. Assim sendo, mesmo com a grande reforma processual ocorrida no ano de 1871, que tinha como escopo profissionalizar a magistratura, tornando a aplicação do direito mais previsível ante o estágio de desenvolvimento capitalista que atingia o país, como explica KOERNER⁵¹, as questões de menor valor, entre as quais se incluíam as questões que envolviam o trabalho, seriam julgadas por juízes leigos ou temporários, suscetíveis, por certo, de sucumbirem mais facilmente às pressões locais.⁵²

Contudo, mudando o eixo do sistema de mão-de-obra, do escravista para o do trabalhador livre, as condições de trabalho tiveram que sofrer modificações, inclusive a administração da Justiça, como forma de se tentar fixar o imigrante no país. O Estado de São Paulo tentou algumas soluções: a primeira foi a criação do Patronato Agrícola no ano de 1911, que conforme indica KOERNER⁵³, tinha como objetivo arbitrar as disputas entre imigrantes e fazendeiros, sendo composto por: um diretor, o advogado patrono e um oficial ajudante. O custo para demandar era reduzido (se fosse vencido, o imigrante pagava somente um quarto das custas após a decisão final); mais tarde a competência ampliou-se para os demais trabalhadores rurais. Não se pode

⁵¹ KOERNER, Andrei. **O poder Judiciário na Constituição da República**. 1992. p.104 Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo.

⁵² - "A Reforma de 1871 estabeleceu também dois tipos de comarcas, o que era uma resposta às pressões pela profissionalização dos magistrados, posta pela expansão econômica do país. Ao mesmo tempo, foram ampliados os poderes dos juízes de paz na resolução dos conflitos de pequeno valor monetário e no julgamento das infrações regulamentares e dos crimes policiais, o que era parte da estratégia de abolição gradual da escravidão, garantindo-se formas repressivas de controle da força de trabalho para a agricultura de exportação. Ou seja, estendia-se o campo de ação do direito legal para as relações privadas entre proprietários, enquanto vigorava o direito costumeiro para as relações entre fazendeiros e trabalhadores." KOERNER, Robert. Op. cit., p.193-194.

⁵³ KOERNER, Andrei. Op. cit., p.220.

deixar de reconhecer, que se tratava, com suas facilidades de demanda para o hipossuficiente, de um gene de nossa Justiça do Trabalho. Mas não deu certo, não se conseguiu obter a imparcialidade.

Mais uma tentativa: em 1922, no Estado de São Paulo, o Presidente do referido Estado era Washington Luiz (depois Presidente da República e que ficou conhecido como autor da célebre frase: “A questão social no Brasil é uma questão de polícia”), que sancionou lei aprovada pelo Congresso Estadual – Lei 1.869/22, criando os chamados Tribunais Rurais, que tinham como escopo julgar os contratos de locação de serviços agrícolas. Em sua mensagem ao Congresso, o Presidente do Estado de São Paulo, citado por KOERNER, aduziu que “(...) a dificuldade de solução rápida e barata das controvérsias entre fazendeiros e colonos, na execução dos contratos rurais, era um dos grandes estorvos, um dos obstáculos mais sérios à organização da vida agrícola com o trabalho estrangeiro”⁵⁴. Sua composição: era presidido pelo Juiz de Direito da Comarca, sendo constituído ainda por um árbitro designado pelo próprio trabalhador ao instituir sua queixa, sendo o outro apresentado pelo proprietário de terra. Uma das razões apresentadas para o fracasso do instituto foi que na prática, quem acabava julgando era o Juiz de Direito da Comarca.⁵⁵

⁵⁴ KOERNER, Andrei. Op. cit., p.221.

⁵⁵ - O jurista Waldemar Ferreira, citado por Francisca Rita Alencar Albuquerque, expõe assim os motivos do fracasso do Tribunal Rural: “As questões que passaram para a competência dos Tribunais Rurais, que funcionariam nas sedes das comarcas, sob a presidência do juiz de Direito, eram então da alçada dos juizes de paz, com jurisdição nos distritos. Processavam estes e julgavam, pelo rito sumaríssimo em primeira instância, de acordo com o disposto no art. 123, II, d, do decreto n. 123, de 10 de novembro de 1892, as causas de valor até 500\$000. Viram-se os operários, que não trabalhavam no distrito de sede de comarca, obrigados a transportarem-se para esta, a fim de dirigirem-se ao juiz de Direito. Se isso, de um lado, reverteu, para eles, numa garantia, por não ser aquele um juiz político, como o de paz, de outro lhes trouxe maiores encargos e dificuldades nem sempre fáceis de remover. A de maior substância era, sem dúvida, a da própria constituição do Tribunal Rural. Na escolha do juiz, que deveriam indicar para formá-lo, não eram pequenos os tropeços. Havia os operários de procurá-lo no círculo de seus amigos e entre os de sua classe. Poucos se dispunham a romper a sua natural timidez, reflexo de sua condição social, para coparticipar de um tribunal em que teriam que hombrar com o juiz de Direito e, em face dele, manifestar, de público, o seu juízo”. (‘Princípios de Legislação Social e Direito Judiciário do Trabalho’, vol. I, págs. 49/50)”. ALBUQUERQUE, Francisca Rita Alencar. **A Justiça do Trabalho na Ordem Judiciária Brasileira**. São Paulo: LTr, 1993, p.84-85.

É com a Revolução de 30 e a chegada ao poder do núcleo positivista gaúcho que a vontade política de transformar o Estado em verdadeiro árbitro dos conflitos relacionados com o trabalho torna-se uma verdadeira obsessão, fiéis que eram tais políticos e teóricos aos princípios positivistas e corporativistas conforme já examinamos. Antes disso, era difícil para os sindicatos canalizarem suas reivindicações. GOMES, em seu clássico, *Burguesia e Trabalho*, aponta que as reuniões de trabalhadores e seus movimentos de rua eram acompanhados por alguns importantes jornais da Capital, que lhes davam certo apoio. Além disso, muitas vezes, o chefe de polícia local, além de seu papel repressor, fazia-se às vezes de conciliador e árbitro. Curiosamente, também, em certos casos, pois a tônica estava mais no descaso do patronato, surgiam comissões mistas que buscavam a negociação.⁵⁶

Enfim, após a Revolução de 30, o Estado passa a ter a vontade política de arbitrar os conflitos trabalhistas. Duas iniciativas, no ano de 1932: foram criadas as Comissões Mistas de Conciliação para os conflitos coletivos (Decreto n. 21.396) e as Juntas de Conciliação e Julgamento para os conflitos individuais (Decreto n. 22.132). Eram compostas de representantes de empregados e empregadores, em igualdade numérica, e comandada por um elemento estranho, que ao contrário do Tribunal Rural, não precisava ser necessariamente bacharel. Quanto às Comissões Mistas, sabe-se que seu objetivo era tentar conciliar as partes envolvidas no conflito coletivo; se inviável, passava-se para a fase administrativa. Porém, este arbitramento não era soberano pois as partes poderiam recorrer para uma comissão nomeada pelo Ministro do Trabalho. No plano individual, as Juntas também não tinham autonomia, pois as decisões

⁵⁶ - "No caso do setor têxtil, a greve de agosto de 1918 termina por um acordo em que a União dos Operários em Fábricas de Tecido é reconhecida pelo Centro Industrial do Brasil (CIB) na expectativa de que tal procedimento colaborasse no sentido de uma boa harmonia entre o capital e o trabalho, eliminando os radicalismos das greves. Em face de estes acontecimentos são formadas, no CIB, duas comissões permanentes unicamente encarregadas de tratar com a união de todas as questões trabalhistas, realizando acordos e evitando paredes. [...] Portanto, trata-se da experiência da organização de uma espécie de Tribunal, composto basicamente pelas comissões mistas de patrões e trabalhadores, mas nos quais tinha papel de destaque o Chefe de Polícia. Porém, este fato não chega a descaracterizar o conteúdo privatista da iniciativa, ou seja, não se trata da formação de uma instituição pública e sim da tentativa de, na órbita das relações privadas do trabalho, solucionar os conflitos aí desencadeados. A

estavam sujeitas à revisão do Ministério do Trabalho (advocatória), com prazo de seis meses; e além disso, a execução dava-se perante a Justiça Comum, que na prática, tinha ainda a possibilidade de anular tais decisões. Ademais, demonstrando todo o caráter arbitrário, o trabalhador, para ajuizar a demanda tinha que ser sindicalizado⁵⁷.

Para VIANNA, todo este grande ensaio, anterior à Justiça do Trabalho, já foi um grande passo para as pretensões das idéias corporativas a fim de que o mercado de trabalho fosse dirigido pela linguagem normativa do Direito, que em suma, despolitiza o conflito:

"Basicamente essa foi a fórmula que presidiu a institucionalização da Justiça do Trabalho, conferindo-lhe o poder de prolatar sentenças normativas, de cumprimento obrigatório para as partes envolvidas no litígio. A fixação do salário não resultaria do poder de império do Estado e nem das "condições livres do mercado". Convertia-se a disputa mercantil entre o capital e a força de trabalho num fato jurídico, tratado segundo os cânones do Direito. Em casos de dissídios coletivos, os Conselhos Regionais - órgãos imediatamente superiores às Juntas de Conciliação e Julgamento - decidiriam, findo o período de conciliação, por cima da vontade unilateral dos contendores a "fórmula justa" aplicável, por meio de uma sentença normativa. [...] Caberia à Justiça o papel de direção consciente do mercado de trabalho, vertendo as relações mercantis entre o capital e o trabalho para a linguagem normativa do Direito. O arbítrio da Justiça do Trabalho, não obstante, conhecia limitações que não provinham do campo propriamente jurídico: a legislação dispunha que, entre as fontes de consulta para uma decisão do judiciário trabalhista, deveria constar a firme observância do princípio do primado do interesse público sobre o das classes e o dos indivíduos."⁵⁸

A Justiça do Trabalho fora então inserida na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, embora não fizesse parte da estrutura do Poder Judiciário. Ante a necessidade de sua regulamentação, surge com certeza o primeiro grande debate sobre a razão de ser da instituição: de um lado Oliveira VIANNA⁵⁹,

autoridade governamental cabia, teoricamente, o aconselhamento das partes e a função de *tertius*". GOMES, Angela Maria de. Op. cit., p.138.

⁵⁷ - Parece-nos válida a analogia de tal situação com a do Artigo 195, parágrafo 3º da CLT, que admite que o Sindicato pode arguir em juízo a insalubridade e periculosidade, somente em favor de seus associados e não da categoria, parte de jurisprudência entende que tal preceito ainda se encontra em vigor.

⁵⁸ VIANNA, Luis Werneck. Op. cit., p.282.

⁵⁹ - Um dado que consideramos curioso, a par de não ser o objetivo desse trabalho esmiuçar a riqueza do pensamento de Oliveira Vianna, tanto nas suas idéias jurídicas e sociológicas, é que

como autêntico representante das idéias corporativas do regime, e do outro WALDEMAR FERREIRA⁶⁰, que era banqueiro e catedrático de Direito da Universidade de São Paulo. Do debate, surgiram dois clássicos sobre o tema, de VIANNA *Problemas de Direito Corporativo* e de FERREIRA, *Princípios de Legislação Social*.

1.3.2 O primeiro grande debate sobre a Justiça do Trabalho

O jurista paulista representava as idéias clássicas do liberalismo. Negava que o estado pudesse intervir nos conflitos coletivos de trabalho e exercer o papel de árbitro. Idéias, totalmente opostas, por tudo já visto à matriz do círculo varguista que à época consolidava-se no poder, exemplo de OLIVEIRA VIANNA, e desdenhavam as concepções liberais.. Em determinada altura de seu citado clássico, OLIVEIRA VIANNA, denomina FERREIRA como “o eminente mestre do Direito Clássico”. E

mesmo sendo autor das idéias genuinamente corporativas, com afetação na estrutura sindical e da Justiça do Trabalho, o filósofo Antonio Paim pensa diferente: “Oliveira Vianna (1883/1951) não era corporativista. Esse equívoco deve-se ao fato de que tenha denominado *Problemas de Direito Corporativo* o livro, publicado em 1938, com os textos que havia elaborado em defesa do projeto de criação da Justiça do Trabalho, submetido ao Congresso Nacional em 1935, então criticado pelo Deputado Waldemar Ferreira. A denominação adotada por Oliveira Vianna prende-se ao fato de que não se consagrara a fórmula *Direito do Trabalho*. A posição de Oliveira Vianna nessa matéria é estudada por Alberto Venâncio Filho, na reedição do livro considerado, patrocinada pela Câmara dos Deputados [Coleção do Pensamento Político Republicano, vol. 16].” PAIM, Antonio Carlos. Op. cit., p.126.

⁶⁰ - Com muita propriedade o sociólogo José Eduardo Faria assim apresenta as idéias de Waldemar Ferreira: “Para o jurista paulista, todo conflito jurídico devia ser encarado apenas como um antagonismo entre cidadãos livres, atomizados e independentes; e a intervenção do Estado, num regime livre de mercado, teria por finalidade assegurar os efeitos e as consequências dos contratos livremente realizados por esses cidadãos; por esse motivo, dizia ele, caberia à União a prerrogativa de legislar com exclusividade as normas gerais então relativas ao trabalho, à produção e ao consumo e de estabelecer as limitações exigidas pelo bem público, não podendo delegar suas atribuições em hipótese alguma — o que impediria a Justiça do Trabalho de contar com qualquer grau de poder normativo nos dissídios coletivos. Recusando-se a qualificar os conflitos coletivos como conflitos jurídicos, pois como bom liberal, acreditava que a intervenção estatal na formação dos contratos coletivos equivalia a uma grave restrição de liberdade e das atividades industriais nas suas mais elevadas manifestações. *Ferreira* afirma que os juristas deveriam concentrar sua atenção nos conflitos individuais ao nível de cada empregado em relação à sua empresa.” FÁRIA, José Eduardo. *Os Novos Desafios da Justiça do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1995, p.26.

chama de ingênuas as emendas que pretendiam abolir seu projeto de organização da Justiça do Trabalho mormente quanto às sentenças normativas:

"O mundo de emendas propostas – tendentes a suprimir estas incompatibilidades pelo expediente simples e ingênuo de suprimir estas instituições e princípios novos, de maneira que da justiça e do processo do trabalho só ficassem aquilo que fosse rigorosamente compatível com a justiça ordinária e o processo civil tradicional – bem prova que não podia passar pela cabeça dos seus proponentes sequer a vaga idéia de existir qualquer coisa diferente do que o Direito Clássico, de LOBÃO, de PEREIRA E SOUZA e de RAMALHO, reconhecem como sendo organização da justiça e princípios do processo. Se fossem aprovadas todas as emendas propostas, o processo do trabalho ficaria sendo, apenas, uma nova forma de processo do processo ordinário: de modo algum, processo de trabalho."⁶¹

WALDEMAR FERREIRA acusava o projeto de VIANNA de inconstitucional e fascista, notadamente pela usurpação que os Tribunais Trabalhistas, dentro de sua ótica, fariam da competência do Legislativo de legislar sobre as matérias trabalhistas. Oliveira Viana dizia que isto estava dentro da modernidade, e chegou a invocar a distante Nova Zelândia, país que mesmo sendo democrático atribuía competência normativa para seus tribunais trabalhistas. Ademais, aduzia, que a rigor, tal poder normativo dos tribunais representava a grande originalidade da Justiça do Trabalho: "O campo de ação e de competência da Justiça do Trabalho e dos seus tribunais especializados foi, em todos os tempos, o dos conflitos *collectivos* de natureza econômica. Estes conflitos constituem o clima próprio dos tribunais do trabalho"⁶².

1.3.3 A instauração da Justiça do Trabalho

Com efeito, o projeto de OLIVEIRA VIANA é vitorioso, assegurado inclusive pela Constituição de 1937. Enfim, em 1º de maio de 1941, com solenidade, fanfarras, poder normativo e representação paritária, instaura-se no país a Justiça do Trabalho⁶³.

⁶¹ VIANNA, Oliveira. **Problemas de Direito Corporativo**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1938, p.100.

⁶² VIANNA, Oliveira. Op. cit., p.105.

⁶³ - O sociólogo Leôncio Martins Rodrigues sintetiza bem sua estrutura que, com a exceção da recente extinção dos juízes classistas, mantém até hoje grande parte da antiga estrutura: " Os

Consolida-se a ideologia de que os conflitos trabalhistas têm como parâmetro a lei. Esta que prega a colaboração e a harmonia das classes sociais; é o primado do Direito sobre a Economia em um quadro político em que os sindicatos quando não atrelados ao Ministério do Trabalho sofrem a truculência da polícia de Vargas. Greves? Nem se poderia pensar em tal hipótese, pois além de todo arcabouço legal e ideológico repressor, a própria constituição de um órgão capaz de solucionar o conflito, tornava tal instrumento desnecessário dentro da ótica do regime.

O sucesso da instituição foi gritante, tanto assim que mesmo na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946, tida como democrática, a receita corporativa foi mantida: “ (...) tendo impedido a consagração constitucional do princípio da autonomia sindical, restringindo o direito de greve e dado seqüência ao papel institucional da Justiça do Trabalho sob o Estado Novo, devolviam ao Estado seu corte hierático e preservavam o corporativismo.”⁶⁴

Portanto, a origem da instituição “Justiça do Trabalho” enquadrava-se em um projeto corporativo, que tinha como principal escopo a solução dos conflitos trabalhistas dentro de uma margem de segurança – a lei. E dentro de um contexto

órgãos da Justiça do Trabalho ficaram constituídos pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelos Tribunais Regionais do Trabalho e pelas Juntas de Conciliação e Julgamento ou os Juizes de Direito. A presidência de cada junta deveria caber a um juiz do trabalho e a dois vogais, representando um dos empregadores e, outro, os empregados, designados pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da respectiva jurisdição (a CLT estabeleceu oito regiões). Tanto as funções de juiz como a de vogal eram remuneradas. A CLT estabelecia para os juizes do trabalho, após dois anos de exercício, 'as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade dos vencimentos'. Nesta estrutura piramidal, o Presidente da República reservava-se o controle de todo o sistema. Assim, o Tribunal Superior Eleitoral compunha-se de 11 juizes, dos quais 4 'representantes classistas' (dois dos empregadores e dois dos empregados). Todos 11 juizes eram de nomeação direta do Presidente da República, que nomeavam também diretamente todos os juizes dos Tribunais Regionais da 1ª e 2ª Regiões e os juizes alheios aos interesses profissionais das demais regiões. Dado que os Tribunais de Trabalho se encarregavam de praticamente todos os aspectos das relações profissionais urbanas (da indústria, do comércio, dos transportes, das profissões liberais, etc.) percebe-se que a Presidência da República, isto é, Getúlio Vargas, passava a ter o controle direto de uma área fundamental da sociedade brasileira e de crescente importância na medida em que avançava o processo de modernização." RODRIGUES, Leôncio. Op.cit., p.525.

⁶⁴ VIANNA, Luis Werneck. Op. cit, p.358.

político de atrelamento dos sindicatos ao Estado. De fato, um começo nada promissor para os interesses dos trabalhadores.

1.3.4 A Justiça do Trabalho e os interesses dos trabalhadores

Dos muitos episódios vividos pela instituição, fica patente que muitas vezes prevaleceu a solidariedade com o *status quo* ao invés da aplicação do Direito de forma independente.

A começar pela primeira grande ruptura que o sistema de legalidade da contratação e dispensa de mão-de-obra teve: a implantação no Brasil do fundo de garantia do tempo de serviço – o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)⁶⁵, que garantiu para os empregadores um sistema bastante flexível para a demissão dos trabalhadores, respondendo às expectativas do capital externo que entrava no país. Conforme aduz VIANNA⁶⁶, a ideologia da CLT, com seu primado do Direito sobre a Economia, do público sobre o privado, e que exercia forte influência entre juristas e pensadores católicos com sua matriz “comunitária”, sofre sério abalo com a instauração de tal sistema.⁶⁷

⁶⁵ - O FGTS foi instituído pela Lei 5.107 de 16 de setembro de 1966. A referida, entre outras complexidades que não nos interessa, possibilitava que o trabalhador, ao ser contratado, “optasse” (na prática era coagido a inserir-se no regime fundiário) por tal sistema, então, por ocasião de sua dispensa (ou outros motivos que não nos interessa) teria acesso a determinado *quantum* mensalmente depositado pelo empregador. Caso não fosse optante, estaria sendo regido pelas normas celetistas, que no caso de dispensa previa indenização (a rigor ainda prever, na hipótese, pouco provável, do trabalhador não ser optante mesmo antes da Constituição Federal de 88) por um mês de remuneração por ano de serviço (Art.478) e, mais importante, determina que o empregado que contar com mais de dez anos de serviço não pode ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior (Art.492). Foi ainda criada a Lei 5.958 de 10.12.73 que permitiu a chamada opção retroativa, ou seja, mesmo não sendo optante por ocasião da admissão, o trabalhador poderia inserir-se em tal sistema, e como o nome já diz, de forma retroativa.

⁶⁶ VIANNA, Luis Werneck. Op. cit, p.318.

⁶⁷ - Délio Maranhão (1991: 588) demonstra perfeitamente o clima existente dos operadores jurídicos trabalhistas de desapontamento com tal instituto: “Na ‘Declaração de Belém’, documento firmado pelos membros do Instituto Latino-Americano de Direito do Trabalho e de Seguridade Social [...] ficou solenemente afirmado que a estabilidade é uma ‘das instituições fundamentais do Direito do Trabalho’.” E, no Seminário de Direito do Trabalho promovido pela Comissão de Legislação Social da Câmara dos Deputados e realizado em Brasília, de 27 a 30 de novembro de 1972, foi unanimemente recomendada a supressão da opção, desde que o

Haveria possibilidades de profundos questionamentos sobre a legalidade destas transformações, notadamente, no sentido de dar-se uma equivalência econômica entre os dois sistemas (o da estabilidade e o fundiário). Mas, através do Enunciado número 98 do TST, ficou definido que a “equivalência entre os regimes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e da estabilidade da Consolidação das Leis do Trabalho é meramente jurídica e não econômica, sendo indevidos quaisquer valores a título de reposição de diferença”. O advogado PAULON relembra bem o momento:

"O Tribunal Superior do Trabalho, através da Súmula n. 98, golpeou a luta dos advogados trabalhistas comprometidos com a democratização do trabalho [...] Independente dos fatores ideológicos, foram muitos os juízes, tanto de primeira instância quanto de Tribunais Regionais que, limitados ao 'material de trabalho do judiciário', ou seja, a *lei*, concluíram pela equivalência econômica entre os dois regimes. Isto porque a Constituição Federal não distinguiu a equivalência assegurada em seu texto, mesmo porque só é concreta para o trabalhador a equivalência de iguais valores econômicos."⁶⁸

A partir de 1965, consoante as diretrizes traçadas pela Lei n. 4.725, de 13 de julho de 1965, nos dissídios coletivos, passou a Justiça do Trabalho tão-só a aplicar os índices de reajustes oriundos do Poder Executivo. Ademais, legitimou a autoritária lei de greve (Lei n. 4.330, de 1º de junho de 1964), pois aproveitando-se de suas filigranas, julgou inúmeras greves como ilegais. Tanto assim, que FARIA demonstra que o desafio do novo sindicalismo surgido com as lutas do ABC paulista, foi justamente resistir não só a política do Executivo, mas as decisões do judiciário trabalhista: “Resistir às determinações governamentais ou a certas decisões de Tribunais Regionais do Trabalho e do próprio Tribunal Superior do Trabalho passa a ser, para as lideranças trabalhistas, uma atitude destinada a mostrar tanto às autoridades do Executivo quanto aos magistrados que, dentro dos estritos limites do direito positivo, já não haveria mais espaço para 'soluções' conciliatórias – no âmbito

sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço não era incompatível “com a garantia do empregado contra a dispensa arbitrária, assim considerada a qual não tenha ele dado motivo nem seja socialmente justificada”.

⁶⁸ PAULON, Carlos Artur. *Direito Alternativo do trabalho*. São Paulo: Ltr, 1984. p. 76

estritamente jurídico, as únicas soluções possíveis limitavam-se aos reiterados julgamentos de ilegalidade das greves”.⁶⁹

Mais recentemente é difícil considerar mudanças positivas. O sociólogo CARDOSO⁷⁰ aduz, por exemplo, que em termos das sentenças normativas, em momentos cruciais da Economia, a Justiça do Trabalho foi desfavorável aos trabalhadores (Planos Cruzado, Bresser, Verão, Plano Collor I e II) mas fora favoráveis a eles diante dos fracassos de tais planos.⁷¹

Por seu turno, uma das grandes promessas da Constituição Federal de 1988, oriundas do artigo 8º, inciso III, foi reconhecer aos sindicatos a possibilidade de atuação ampla como substituto processual de sua categoria profissional, potencializando que a Justiça do Trabalho viesse a desempenhar papel central na defesa da cidadania do trabalhador, deixando de ser, pelo menos em menor grau, a Justiça do trabalhador desempregado.

Pois bem, através do Enunciado 310 do TST, houve o esvaziamento de tal possibilidade, criando uma série de restrições para tal substituição, na verdade, admitindo-a tão somente para as hipóteses previstas na legislação específica. Contudo, o Supremo Tribunal Federal, em posição muito mais sensível do que a do TST, vem, anteriormente até ao referido Enunciado, dando sentido mais amplo para o preceito constitucional.⁷²

⁶⁹ FARIA, Jose Eduardo. Op. cit., p. 33.

⁷⁰ CARDOSO, Adalberto Moreira. **Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal: a era Vargas acabou?** Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 60.

⁷¹ - Pelo Enunciado 315 (Plano Collor) no âmbito do TST, os trabalhadores nunca fizeram jus a quaisquer direitos. Quanto aos Planos Bresser e Verão, inicialmente considerou justiça das reivindicações: Enunciado 316 (Plano Bresser) e Enunciado 317 (Plano Verão). Contudo, tais enunciados foram cancelados ante posição do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

⁷² - Enunciado 310 – SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL: “I- O artigo 8º, inciso III, da Constituição da República não assegura a substituição processual pelo sindicato; II- A substituição processual autorizada ao sindicato pelas Leis ns. 6.708, de 30.10.79 e 7.238 de 29.10.94, limitadas aos associados, restringe-se às demandas que visem aos reajustes salariais previstos em lei, ajuizados até 3 de julho de 1989, data que entrou em vigor a Lei n. 7.788. III- A Lei n. 7.788/89, em seu artigo 8º, assegurou durante sua vigência, a legitimidade do sindicato como substituto processual da categoria; IV- A substituição processual autorizada

Um outro aspecto parece-nos vital. É o papel estrutural que vem desempenhando a Justiça do Trabalho numa sociedade marcada pelo desemprego crescente. Intui-se que o trabalhador ao longo do contrato de trabalho, suporte as mais violentas lesões a fim de garantir seu emprego, só vindo a recorrer à Justiça do Trabalho quando é despedido. Já em tal fase, carece resolver o mais rápido possível o processo pois necessita sobreviver ao desemprego.

Com efeito, todo esse quadro transforma a Justiça do Trabalho em um conhecido balcão de negociações da força de trabalho. Em média, 40% das ações impetradas terminam em acordos.⁷³ Acordos esses que, via de regra, tendem a ser desfavoráveis aos trabalhadores, ante a natural necessidade do obreiro, em geral desempregado, ávido, portanto, em obter uma quantia mínima para seu sustento, com a pressão oriunda dos próprios operadores jurídicos (juízes e advogados) no afã de uma judicatura e advocacia *de resultado*.

pela Lei n. 8.073, de 30 de julho de 1990, ao sindicato alcança todos os integrantes da categoria e é restrita às demandas que visem à satisfação de reajustes específicos, resultantes de disposição prevista em lei de política salarial. (...)" Citamos agora decisão do Supremo Tribunal Federal: "Sindicato de servidores federais, em uma unidade da federação que reivindica igualdade de vencimentos para certa categoria profissional, tendo em conta os vencimentos de outra categoria profissional. Legitimidade Ativa do Sindicato Requerente, Constituição, art.8º, III" (Supremo Tribunal Federal, Rel. Min. Néri da Silveira, M/3475/400.DJU 07.05.93).

⁷³ - Podemos constatar tal fato ante a realidade existente no Rio de Janeiro e em São Paulo conforme pesquisas publicadas na imprensa.. Quanto ao Rio de Janeiro: "Segundo o TRT, no ano passado, de um total de 234.687 processos de empregados contra seus patrões resolvidos nas Juntas de Conciliação do Rio, em 42% deles foi fechado acordo entre as partes. Outros 17,6% foram considerados pela Justiça procedente em parte. Ou seja, somente parte da reivindicação do empregado foi atendida, o que pode variar desde um pequeno percentual à quase totalidade da quantia vindicada". Patrões em vantagem. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 maio. 1988. p.04, c.2. Sobre São Paulo: "A maior parte das reclamações trabalhistas acaba em conciliação. de acordo com dados do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e Baixada Santista). No ano passado, em 42% dos casos (102.787) houve conciliação. Um número significativo de ações foi julgado procedente em parte (25%), ou seja, o trabalhador recebeu uma parcela do que estava pleiteando". Crise reduz número de ações trabalhistas em São Paulo. *FOLHA DE SÃO PAULO*, São Paulo, 17 out. 1988, p.11, c.3.

Para a socióloga JUNQUEIRA⁷⁴: “Neste ambiente burocratizado, a conciliação subsume-se a um padrão abertamente autoritário – ‘conciliação repressiva’ , nas palavras de BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS em que as partes são levadas a um acordo a partir de ameaças nem sempre veladas (‘senão eu chamo o juiz’).”⁷⁵

Portanto, se a par da Justiça do Trabalho, com seu acesso e procedimentos processuais tenha se tornado o ramo do Poder Judiciário mais próximo do homem mais simples, quando se tratam das soluções das chamadas macrolesões, capazes, de fato, de incomodarem o *status quo*, suas decisões, premidas pela tutela do Tribunal Superior do Trabalho, dentro das interpretações legais possíveis (escolhas), na maioria das vezes se voltaram contra os interesses dos trabalhadores. Ademais, dentro da estrutura que se encontra inserida, engendra verdadeira relação de promiscuidade, chancelando, através dos acordos judiciais, a transação dos direitos trabalhistas, sem qualquer exame mais detalhado dos prejuízos causados aos trabalhadores.

Não estamos indicando com isto que exista um outro modelo mais viável socialmente para solução das demandas individuais e coletivas do trabalho. Ora, como veremos mais adiante um modelo que engendra a negociação informal entre empregado e empregador também tem suas sérias complexidades para os interesses dos trabalhadores. Ademais, temos consciência de que o Poder Judiciário como qualquer instituição estatal pode vir a ter posições ideológicas ao sabor de suas circunstâncias⁷⁶. Com efeito, podemos ainda acreditar em um “*vir-a-ser*” da Justiça do Trabalho, muito mais independente e comprometida com a defesa dos direitos sociais, o que, aliás, é passível de ser demonstrado com a movimentação jurisprudencial dos tribunais regionais, como veremos mais adiante, e com os movimentos de associações dos juízes. CAPPELLETTI aduz com propriedade:

⁷⁴ JUNQUEIRA, Eliane Botelho. *A Sociologia do Direito no Brasil: introdução ao debate atual*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1993. p.101.

⁷⁵ JUNQUEIRA, Eliane Botelho. Op. cit., p.102.

⁷⁶ - Sobre o tema, há de ser citada a excelente dissertação da juíza BIAVASCHI, Magda Barros. *Magistratura e transformação social: as teses coletivas dos juízes gaúchos*. In : Dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Pós- Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis , 1998. 226p.

"Chego, finalmente, à observação de que os juízes são por natureza conservadores . A história, segundo penso, provou que essa observação, no máximo, contém meia verdade. Os juízes, como todas outras pessoas e grupos no mundo, podem ser progressistas e ativistas ou conservadores e até reacionários, em consequência de muitas circunstâncias entre as quais, obviamente, os sistemas de educação jurídica e de seleção judiciária . É verdade, como vimos , que os juízes profissionais, especialmente os mais velhos, e assim de regra justamente os das cortes superiores, demonstraram em muitos países ser pouco sensíveis às finalidades sociais, tipicamente perseguidas pelo moderno *welfare state*." ⁷⁷

Portanto, as possibilidades da Justiça do Trabalho vir a se tornar cada vez mais uma instituição solidária com os interesses de todos aqueles que lutam pela não desregulamentação ou maior flexibilização dos direitos trabalhistas é sempre uma perspectiva possível. Inclusive, ante as ações concretas de magistrados que com suas sentenças já distanciam-se dos interesses do *establishment*, ou seja, o sistema de poder.

É nesse contexto que podemos pensar no significado da criação de um pequeno tribunal que terá a responsabilidade de produzir a jurisprudência trabalhista em um enredo social que difere-se totalmente da época em que a Justiça do Trabalho foi criada, se considerarmos que: o estado vive atualmente um momento de intervenção cada vez mais reduzido na vida econômica e social; por seu turno, o movimento sindical, articula em seu próprio nome os interesses da categoria (substituição processual) que representa um número bem maior e inovador de demandas trabalhistas; a produção capitalista pauta-se hoje na terceirização e no grande número de privatizações de empresas públicas. Conviver com essas questões consistirá no destino do jovem Tribunal, cujos operadores jurídicos, contudo, encontram-se longe de um perfil conservador como veremos no próximo capítulo.

⁷⁷CAPPELLETTI , MAURO , **Juizes Legisladores?** Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 1993 p.90.

CAPÍTULO II

A CRIAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O objetivo desse segundo capítulo volta-se em primeiro plano para atualidade do Estado do Espírito Santo quanto ao seu estágio econômico e social, com ênfase nas questões laborais contemporâneas, porque é neste *locus* que o jovem Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região atua. Sobre este, vamos abordar aspectos de sua criação e as reações ao longo de sua ainda curta história. Falamos, por fim, do perfil deste tribunal, procurando abordar, sobremaneira, sua ideologia, pois que, como veremos, a opinião pública da comunidade tende a apontá-lo como um tribunal deveras solidário com os interesses dos trabalhadores.

2.1 O período econômico e social da região

A economia contemporânea capixaba pauta-se sobretudo na cafeicultura e nas grandes plantas industriais implantadas principalmente por ocasião do chamado *milagre econômico* dos anos sessenta e setenta. Com efeito, explica ROCHA⁷⁸ que a atividade cafeeira que no século XIX monopolizou por completo a economia é ainda a principal atividade agrícola regional, sendo ainda responsável pela estrutura atual da agricultura capixaba. Por seu turno, a industrialização teve a seguinte trajetória: formou-se o complexo exportador de minério de ferro e *pellets*, liderado pela Companhia Vale do Rio Doce. No período mais recente, surgiram outras três frentes de desenvolvimento representadas pelo: complexo produtor/exportador de placas de aço; o complexo produtor/ exportador de celulose de eucalipto; e o complexo das atividades econômicas urbanas mais voltadas para os mercados regional e nacional.

⁷⁸ ROCHA, Haroldo C. Formação Econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial . In: VASCONCELLOS & DAVEL (Org.) . **Inovações Organizacionais e Relações de Trabalho: ensaio sobre o Espírito Santo** . Vitória :EDUFES, 1998, p. 33.

2.1.1 A industrialização capixaba

A par dos anteriores ensaios é com os chamados “Grandes Projetos”⁷⁹ que podemos falar na industrialização do Estado, que se processou sob o signo da subordinação administrativa, da oneração dos cofres públicos (incentivos fiscais, crédito facilitado e empréstimos externos) e da degradação ambiental.⁸⁰ Sem se falar no agravamento das contradições sociais vistas sob a ótica da relação capital-trabalho.

A “revolução industrial” que se operou no espaço capixaba durante as duas décadas de regime autoritário-burocrático (1964-85) não tardaria a evidenciar os mesmos problemas que o “modelo perverso” do milagre econômico causara no

⁷⁹ - Seguindo o professor Haroldo Correia Rocha (1998:47), podemos denominar e caracterizar assim as grandes empresas capixabas: **BANESTES** : " Em 1937 , foi criado pelo Governo o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo , que em fins da década de 60 , foi transformado no BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo". **CVRD** : " No caso das ferrovias , o acontecimento importante que ocorreu foi a criação da Companhia Vale do Rio Doce em 1942 (CVRD, 1992, p.56) . (...) A CVRD , na verdade , acabou se transformando num complexo exportador de minério e num dos mais importantes vetores de crescimento da economia capixaba. Além do desenvolvimento da infra-estrutura de transportes e da atividade de comércio daí derivada , pode-se considerar também como um desdobramento da CVRD a formação , no período mais recente , do complexo produtor/exportador de ferro gusa e aço. "(p.47-48). **SAMARCO**: " Neste mesmo segmento , foi implantada ainda a Usina de Pelotização da Samarco Mineração S/A , com capacidade de produção de 5 milhões de toneladas/ano, geração de 450 empregos e investimentos de 600 milhões de dólares. **CST** : " A CST ,empresa planejada no âmbito do II PND, teve sua planta industrial construída entre 1979 e 1983. Envolveu investimentos de 3 bilhões de dólares e criou uma capacidade de produção de 3 milhões de toneladas/ano de placas de aço , destinadas, principalmente , à exportação." **ARACRUZ CELULOSE** : "(...) Esta empresa nasceu a partir de uma outra do mesmo grupo , a Aracruz Florestal S/A , que desde 1967 , já plantava florestas de eucalipto na região norte do Estado, beneficiando-se de incentivos fiscais específicos para reflorestamento. Assim, o projeto da Aracruz, além de impactar o setor industrial capixaba , já vinha impactando fortemente o meio rural, pois a empresa transformou-se no maior proprietário rural do Estado, possuindo mais de 100 mil hectares de terra e tendo aproximadamente 80% desta área ocupada com plantações de eucalipto."

⁸⁰ COUTINHO, José M. **Uma história da educação no ES**. 1993. Vitória:DEC e SPDC/UFES, p.99-104.

BONIFÁCIO, Jose Roberto. Apontamentos iniciais para os estudos de uma geopolítica do Estado do Espírito Santo. Vitória. 2000. p 7-14.

restante do País.⁸¹ O caso do Espírito Santo adquiriu um sentido mais dramático em razão da debilidade estrutural de sua economia, que já desde os anos 50 sofria uma alteração em seu eixo, do campo (com as plantações de café geradoras de mais da metade da renda estadual e ocupadora de quase 2/3 de sua população economicamente ativa – vide dados da tabela 01⁸² para a cidade, mais especificamente o entorno geográfico da Capital, naquele momento acelerada sob o impacto da superação (sem qualquer mediação de etapas preparatórias) do velho setor agrário regional por um moderno setor industrial crescentemente internacionalizado.

Tabela 01 -População economicamente ativa- Segundo Setor -1950/77

Setores	1950	1960	1970	1977
Primário	230.635	299.544	240.383	195.453
Secundário	16.608	22.820	62.264	57.340
Terciário	56.753	103.436	155.140	252.612
Total	303.996	425.800	457.787	536.261*

*Somados os não declarantes:30.856.

Fonte:Secretaria de Estado do Planejamento - Pesquisa Sócio-Econômica do Estado do Esp.Santo-1979

O estilo de desenvolvimento capixaba centrado então nos “grandes projetos” gerou sérias distorções. A extrema concentração geográfica dos investimentos na área metropolitana da Grande Vitória, em detrimento do interior (já enfraquecido pelo

⁸¹ A abordagem dos rebatimentos do Regime Militar (1964-85) e do “Milagre Brasileiro” (1968-1973) na realidade regional do Espírito Santo pôde ser à época detectada por meio da consulta às seguintes fontes de imprensa: Rocio, Sérgio. O Estado em apuros. In Revista Espírito Santo Agora, Julho 1979, pp.5-7; Carvalho, Otaviano de. Industrialização: Um processo pensado. In Revista Espírito Santo Agora, Maio 1981, pp.15-18. Em nível técnico e acadêmico, os principais trabalhos são: os de Medeiros (1978), Motta (1982), Rocha & Cossetti (1983) e Morandi (1980), os quais emolduram teoricamente o quadro mais geral do processo de constituição e evolução do mercado de trabalho no Espírito Santo.

⁸² CARVALHO, Otaviano de. **Industrialização: um processo pensado**. In: Revista Espírito Santo Agora, maio 1981, p.15-17.

deslocamento do eixo econômico e demográfico); a disparidade entre o montante de investimentos e o volume de emprego direto gerado pelas novas plantas industriais instaladas, em decorrência de sua alta tecnologia e de sua baixa inserção na economia regional; o fluxo migratório de trabalhadores capixabas (280 mil, ou 15% da população em 1980) para outros Estados brasileiros (Rondônia, por exemplo), premidos pela dissolução da base econômica agrária e pelo crescimento da população economicamente ativa sem possibilidade de absorção nos quadros do novo mercado de trabalho ora em gestação: eis os complicadores que se impuseram ao Espírito Santo ao término deste estágio de sua modernização.⁸³

Tabela 02 - Grandes Projetos

Discriminação	Investimentos/Total (US\$10 ³)	Empregos diretos
Cia Sid. de Tubarão	2.792.252	4.674
Samarco Mineração	592.856	567
Aracruz Celulose S/A	560.841	947
Níbrasco	185.681	537
Antártica	8.291	50
Usina III (CVRD)	120.000	470
Usina II (CVRD)	50.000	360
Usina I (CVRD)	20.000	280
Hispanobras	102.142	360
Itabrasco	100.639	360
Cofavi	48.692	1.816
Total	4.573.103	10.421

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento

Indicadores de Desempenho do Setor Industrial para o Estado do Espírito Santo - Dez/78

⁸³ CARVALHO, Otaviano de. Op. cit., p. 17.

2.1.2 Da ocupação da terra e da agricultura

Buscando resumir os aspectos que foram levantados em nossa pesquisa, podemos apresentá-los com a seguinte periodização da evolução da formação econômica do Espírito Santo:⁸⁴

a) - Do período colonial até abolição da escravatura — O território capixaba ainda pouco povoado teve o latifúndio, como forma de propriedade e exploração da terra, associado ao capital comercial na formação do patrimônio de escravos, animais e equipamentos destinados às grandes monoculturas de exportação de açúcar e, principalmente, de café.

b) - Fim da escravidão até 1920 — Decomposição lenta do latifúndio, seu retalhamento em pequenas propriedades, aliado às oportunidades abertas ao trabalho livre de origem estrangeira. A economia de base primário-exportadora orientada sobretudo para os mercados externos do país, apoiada na cafeicultura.

c) - 1920 a 1960 — Consolida-se a tendência do período anterior. Neste período, as características da agricultura capixaba estiveram assentadas em uma estrutura fundiária de pequenas propriedades e a produção agrícola no trabalho familiar e na parceria.

d) - 1960 a 1980 — Fase de bruscas mudanças na estrutura de produção da economia. Com a decadência do café e a política de erradicação, ocorre um acelerado processo de pecuarização das terras libertas das atividades tradicionais. Ampliação e modernização da infra-estrutura econômica na área da Grande Vitória. Especificamente neste período intensifica-se o processo de industrialização do Estado e a modernização da agricultura. Decisão de se implantar os “Grandes Projetos” orientados basicamente para o mercado externo.

⁸⁴ - A divisão apresentada e demais informações deste subitem estão de acordo com: ROCHA, Haroldo. Op. cit, p.39-47.

O principal componente da força de trabalho no campo é a mão-de-obra familiar dos pequenos agricultores, sendo eles proprietários, parceiros ou posseiros. Os arrendatários e os assalariados permanentes são numericamente pouco expressivos no Estado. No entanto, nas grandes propriedades — (entre mil e cinco mil hectares) o assalariamento permanente atinge 20% de mão-de-obra. Inclusive, nos períodos de safra, já é significativa a utilização de força de trabalho de assalariados temporários — geralmente pequenos produtores — em complementação à força de trabalho de assalariados permanentes e parceiros.

Também, a recente expansão das áreas de extração vegetal e a implantação de projetos ligados ao Pró-álcool em São Mateus, Linhares e Conceição da Barra, ampliarão as formas tipicamente capitalistas de relações de trabalho no campo — assalariados permanentes e temporários.

2.1.3 O mercado de trabalho e as relações laborais

O principal produto agrícola capixaba ainda é o café, o qual é cultivado extensivamente por todo o Estado, mas perdendo muito de sua importância nos anos mais recentes. Grande parte das lavouras no sul do Estado foram substituídas pela pecuária de leite; ao norte e noroeste do Estado, pela pecuária de corte, frutas tropicais e reflorestamento de eucalipto. A produção cafeeira normalmente usava intensivamente a mão-de-obra nos tratos culturais e na colheita; era de se esperar que onde os cafezais fossem substituídos pelo gado a oferta de empregos na agricultura reduzir-se-ia significativamente. Somente a título ilustrativo, a participação da agricultura no PIB do Espírito Santo cai de 48,8% em 1960 para 17,7% em 1990, embora continuasse sendo o ramo de atividade regional que mais absorve a mão-de-obra.⁸⁵

⁸⁵ - Cf. COLBARI, Antonia. O discurso sindical frente às mudanças na organização do trabalho. In: VASCONCELOS & DAVEL (Org.). *Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo*. Vitória: EUDUFES, 1988, p.106.

O setor industrial, cujo crescimento fora impulsionado pelos já mencionados grandes projetos estatais, sofreu uma redução de mais de 40% dos empregos em suas empresas. Isto em decorrência dos recentes processos de reestruturação industrial, de privatização e de busca de competitividade. As grandes empresas privadas, premidas pela competição internacional com a abertura indiscriminada do mercado interno a partir de 1990, também tiveram que acelerar a incorporação de técnicas poupadoras de mão-de-obra. Restaram as micro-, pequenas e médias empresas como grandes ofertantes de postos de trabalho, não obstante a extremamente elevada taxa de mortalidade destas empresas (principalmente as micro- e pequenas). Fato que torna este mercado de trabalho muito instável.⁸⁶

Quanto aos demais segmentos tidos como grandes empregadores, o setor de serviços, o Estado e o sistema bancário e financeiro, experimentaram até então um processo de redução significativa e acelerada de empregos, de modo que apenas o turismo permanece como atividade terciária promissora ainda a ser explorada.

Um dos principais enfoques articulados das mutações no mundo do trabalho com a realidade regional capixaba é o de COLBARI⁸⁷, a qual, abordando a problemática da mudança de paradigma na economia, consubstanciada nas reformas do Estado e na abertura/desregulamentação do mercado, traça um painel das estratégias políticas do sindicalismo diante dos programas de privatização e de terceirização de empresas no Espírito Santo.⁸⁸

As dificuldades de adaptação dos sindicatos aos imperativos da nova conjuntura, os indícios de autoritarismo nas relações de trabalho submetidas à lógica dos Programas de Qualidade Total, o papel do pessoal terceirizado como força

⁸⁶ COLBARI, Antonia. Op. cit., p.70.

⁸⁷ COLBARI, Antonia. Op. cit., p.70..

⁸⁸ As organizações empresariais de porte cujos sindicatos foram observados pela pesquisa formam uma “amostra” bastante representativa da realidade econômica capixaba, tanto pelo volume de atividades produtivas quanto pela inserção nos seus respectivos entornos comunitários: duas estatais, Companhia Siderúrgica de Tubarão e Escelsa, e duas privadas, Chocolates Garoto e Belgo Mineira/Cofavi. Cf. COLBARI, 1998, p.104.

dissuasória nas mobilizações sindicais, a deterioração das condições de trabalho, as denúncias de crueldade gerencial nos processos de “enxugamento” do quadro de funcionários das empresas: são alguns dos efeitos identificados pela autora na reconfiguração das relações sociais centradas na lógica do trabalho no Estado do Espírito Santo ⁸⁹.

COLBARI não deixa de apontar a participação subjacente do poder público nos processos de reorganização do mercado de trabalho, seja do foco das reformas do Estado e da alienação de capital das empresas estatais, seja do ponto de vista de sua relevância como “*árbitro*” das questões trabalhistas, que muito freqüentemente opõem os novos proprietários das ex-estatais aos sindicatos de trabalhadores prejudicados pelas reformas organizacionais introduzidas na gestão de recursos humanos ⁹⁰. A autora, embora não focalize sua preocupação neste aspecto das disputas entre patrões e empregados, afirma que “o Departamento Jurídico [dos sindicatos] é o mais bem estruturado nas quatro entidades pesquisadas.”⁹¹

A autora da Universidade Federal do Espírito Santo traça com propriedade um perfil do movimento grevista capixaba:

“ No Espírito Santo, a onda grevista dos anos oitenta mantém estreita relação com o acelerado processo de industrialização e urbanização verificado no período. O movimento grevista no Espírito Santo atinge números expressivos a partir de 1986, totalizando 19 paralisações no setor público e 11 no [setor] privado. Embora também tenha atingido categorias como os metalúrgicos, motoristas e trabalhadores da construção civil, o volume de greves esteve concentrado nos assalariados de classe média (professores, médicos e bancários, etc). Em 1987, encontramos 29 greves no setor público e 11 no privado. Cabe observar que, no primeiro setor, predominam as greves de funcionários públicos federais e, no segundo, as greves dos assalariados da classe média e trabalhadores de base em serviços. Em 1989, tivemos o pico grevista estadual, com o registro de 100 greves, sendo 73 no setor público (principalmente de funcionários públicos federais) e 27 no setor privado. De 1990 a 1992, essa tendência sofre um refluxo, e, a partir de 1992, há uma relativa evolução, mas se mantendo as

⁸⁹ COLBARI, Antonia. Op. cit., p.169-172.

⁹⁰ COLBARI, Antonia. Op. cit., p.173-176 e 182-186

⁹¹ COLBARI, Antonia. Op. cit., p.172.

tendências delineadas nos anos anteriores, ou seja, a sensível preponderância das greves no setor público”⁹².

Desse ponto de vista, pode-se facilmente depreender, segundo a autora, que as questões trabalhistas suscitadas pelas políticas de ajuste financeiro e gerencial do setor público apresentam um forte paralelismo com os conflitos que ocorrem no setor privado em torno das mudanças. De um lado, estão os empregados, servidores públicos sindicalizados e preocupados com os cortes de pessoal e as perdas salariais acarretadas pelo ajuste das contas públicas. De outro, os empregadores, um setor público em processo de reformas com vistas à alteração do seu eixo de intervenção econômica e social, por força de decisões políticas e programáticas implementadas em nível federal e estadual, ambos, por seu turno, são mutuamente irredutíveis em suas posições, sendo intenso o conflito sem possibilidade de qualquer consenso.

Como balanço final, podemos considerar que a estrutura produtiva do Estado do Espírito Santo ainda não sofreu todos os impactos da “globalização” econômica. A população do Estado continua, ainda, em grande parte, dependendo da agricultura para sua reprodução. Este setor continua sendo aquele que mais ocupa a população economicamente ativa. Apesar do desenvolvimento de alguns novos produtos, principalmente na silvicultura e fruticultura em algumas regiões, o principal produto do Estado ainda não atingiu o grau de produtividade já obtido em outras regiões.

O desenvolvimento industrial continua, ainda, dependente dos grandes projetos instalados nos anos setenta. O pólo de confecções, na região de Colatina, e o imobiliário, em Linhares, apesar de sua importância, ainda não entraram integralmente no processo das inovações tecnológicas e seu peso relativo na ocupação de mão-de-obra ainda é pequeno.

⁹² Para uma exposição histórica detalhada acerca dos movimentos sindicais no estado do Espírito Santo, levando em conta as variáveis conjunturais da política regional e nacional, ver: Tosi, Alberto, Colbari, Antonia & Alves, Wânia M. B. **Bancários: 60 anos de história: 1934-1994**. Vitória: Sindicato dos Bancários do Espírito Santo, 1995, p.163-164.

O setor terciário continua empregando a maior parte da mão-de-obra na prestação de serviços e no comércio de mercadorias. Observa-se, do ponto de vista do emprego formal, que os serviços diminuíram seus postos de trabalho entre 1997 e 1998. E a problemática do setor agrícola já foi alhures analisada.

Em suma, é neste cenário econômico-social que o jovem tribunal vai se instaurar e ter que arbitrar as soluções dos conflitos individuais e coletivos do trabalho, que como visto, agravam-se a cada dia com a implantação de novos paradigmas nas relações trabalhistas, sejam no setor público ou privado.

2.2 As reações quanto à criação do TRT/ES

O Tribunal Regional da Décima Sétima Região foi criado pela Lei n. 7.872, de 08 novembro de 1989⁹³ e instalado em 1991, sua sede encontra-se em Vitória, tendo jurisdição sobre o Estado do Espírito Santo, atualmente possui cinquenta juízes de carreira (incluindo os juízes do tribunal, os titulares das Juntas e os substitutos), seu quadro encontra-se completo. O Tribunal, no âmbito do segundo grau, é composto

⁹³ - Antes de sua criação tínhamos no Estado do Espírito Santo três Juntas de Conciliação e Julgamento na capital e três no interior nas cidades de Colatina e Linhares, norte do Estado, e em Cachoeiro de Itapemirim no sul do Estado., todas subordinadas a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, que tinha sua sede na cidade do Rio de Janeiro, o que significa dizer que os recursos trabalhistas interpostos contra as Juntas capixabas eram julgados naquela cidade.

“Lei nº7.872, de 8 de Novembro de 1989.

Cria a 17ª Região da Justiça do Trabalho, o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, e dá outras providências.

Art.3º Os juízes togados serão nomeados pelo Presidente da República, sendo:

I-4 (quatro) dentre Juízes do Trabalho Presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento, por antigüidade e por merecimento, alternadamente, preenchendo-se as referidas vagas pelo critério acima mencionado com o aproveitamento de 2 (dois) Juízes da 1ª Região da Justiça do Trabalho e 2 (dois) Juízes da área desmembrada, apurada a antigüidade em razão do efetivo exercício da judicatura na respectiva área, ainda que em períodos descontínuos;

II-1 (um) dentre integrantes do Ministério Público do Trabalho;

III-1 (um) dentre advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de 10 (dez) anos de efetiva atividade profissional na área desmembrada, a ser indicado pela Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado do Espírito Santo.”(Brasília, 8 de novembro de 1989; 168º da Independência e 101º da República-JOSE SARNEY/ J. Saulo Ramos)”.

apenas por uma turma de seis juízes de carreira e mais um juiz classista. Já no âmbito do primeiro grau possui dezoito Varas, sendo oito na Capital (Vitória) e dez no interior, nas seguintes cidades: Afonso Cláudio, Alegre, Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Guarapari, Linhares, Mimoso do Sul, Nova Venécia e São Mateus.

2.2.1 A Constituição de 1988 o começo de tudo ...

O artigo 112 da atual Constituição Federal de 1988 dispõe: “Haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito Federal, e a lei instituirá as Varas do Trabalho, podendo, nas comarcas onde não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos juízes de Direito”. Com efeito, existem atualmente 24 (vinte e quatro) Tribunais Regionais, sendo que o Estado de São Paulo possui dois tribunais (2ª Região e 15ª Região).

Para ALBUQUERQUE⁹⁴: “A Constituição Brasileira inovou ao prever a existência de, pelo menos, um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado (art. 112), o que aliás era o pensamento de OLIVEIRA VIANNA, há 50 anos passados, representando em nossos dias uma tendência natural que na prática já vinha sendo implementada”.⁹⁵ Com o novo dispositivo da Constituição, criaram-se no Brasil mais 8 Tribunais Regionais. Destarte, não só referendou-se como ampliou-se o modelo de solução dos conflitos trabalhistas vigentes no Brasil há mais de cinquenta anos.

⁹⁴ ALBUQUERQUE, Rita de. Op.cit., p.139.

⁹⁵ - MALHADAS, Júlio Assumpção (1997: 72) atribui, a nosso ver, de forma mais completa os ideais de Viana, pois demarca bem a originalidade da Justiça do Trabalho para os ideólogos do Estado Novo: fazer com que o Estado fosse o árbitro único dos conflitos coletivos, *in verbis*: “Oliveira Viana, co-autor do projeto do Decreto-lei n. 1.237, que organizou a Justiça do Trabalho após a Carta de 1937, reconhecia (no relatório da comissão elaboradora do projeto) que quanto aos dissídios de natureza jurídica ela não seria necessária, bastando ‘estender a estes conflitos a competência da Justiça comum’, visto tratar-se de ponto controverso de Direito, que o juiz ordinário liquidaria com os processos da sua técnica de instrução e julgamento, pela mesma forma com que, todos os dias, liquida ações de natureza civil e comercial. Mas entendia necessária a existência da Justiça especializada em razão dos dissídios coletivos de natureza econômica”.

Não deve passar despercebido que para o Poder Judiciário o aumento considerável de seus quadros fazia parte de seus ideais por ocasião dos trabalhos constituintes. A socióloga JUNQUEIRA⁹⁶ chega a apontar que o “lobby” do Judiciário, por ocasião da Assembléia Nacional Constituinte ao invés de possibilitar mudanças substanciais no aparelho judicial, como aumento da participação popular e do controle judiciário, tão-só consagrou em muito seus interesses corporativos.⁹⁷ O termo corporativo é aqui empregado como um estágio egoístico, quando o poder público é utilizado em favor de seus interesses. Malgrado o grau de radicalismo das críticas, não se pode deixar de reconhecer que o aumento da estrutura do judiciário trabalhista atendeu em muito à reivindicação dos operadores jurídicos (advogados e juízes). ROMITA é crítico atroz do modelo:

"Eles defendem a preservação do atual status quo. Os juízes tentam preservar a posição de exercentes de poder, é compreensível, mas cabe a pergunta: como fica o interesse do jurisdicionado?. Quanto aos advogados, por motivos compreensíveis e entendidos como evidentes à luz dos interesses envolvidos, preconizam apenas a adoção de medidas que 'desafoguem' a Justiça do Trabalho, pois, é claro, quanto menor o tempo de tramitação do processo, melhor para o profissional. *Primum vivere deinde philosophar*".⁹⁸

Com efeito, acabou prevalecendo a idéia de aumentar o número de tribunais como forma de solucionar problemas, notadamente, da lentidão dos julgamentos, o que para alguns críticos é ingênua, onerosa e, a longo prazo, inviável, porque no futuro voltaremos a ter as mesmas dificuldades de hoje. Enfim, de acordo com tal dicção

⁹⁶ JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **A sociologia do Direito no Brasil: introdução ao debate atual**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1993. p.115

⁹⁷ - "Conforme noticiou à época a **Folha de São Paulo**, o *lobby* realizado por advogados e promotores públicos 'preocupados e ansiosos' foi 'forte e eficiente' ('Judiciário organizou *lobby* mais eficiente'. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 4. Nov. 1987, p.A4). Outra reportagem, publicada pelo **Jornal do Brasil**, noticia que juízes e desembargadores foram “tirados” do plenário em razão da pressão lobista que exerciam. A reportagem do **Jornal do Brasil** comenta que os magistrados valiam-se da 'carteirinha' que dá a qualquer juiz o direito de entrar onde quiser, para entrarem livremente no plenário da Assembléia ('Senador tira do plenário juízes e desembargadores". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 6.nov.1987,p.3)". *ibidem*, p.115).

⁹⁸ ROMITA, Arion. *Op. cit.*, p.112..

constitucional, certa ou errada, instalou-se o Tribunal Regional do Trabalho no Estado do Espírito Santo.

2.2.2 As primeiras reações

O Tribunal capixaba é instaurado, com a grande expectativa de melhorar a rapidez e baratear o custo dos processos já que antes os recursos interpostos eram julgados no Rio de Janeiro (Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região), já que o mesmo possuía jurisdição tanto no Rio de Janeiro como no Espírito Santo. Conforme noticiou um dos jornais locais, patrões e empregadores estavam satisfeitos com o novo órgão, deixando claro no teor da reportagem que nenhum dos segmentos manifestou-se contrário ao TRT-ES. Eles estavam animados pela vinda do órgão para o Espírito Santo.

Os sindicalistas enfatizaram a necessidade de se acelerar o andamento dos processos:

"O presidente do Sindicato dos Ferroviários (Sindfer), Renato Menezes, disse que há uma expectativa muito grande, principalmente dos trabalhadores. 'Esperamos que a partir de agora os processos trabalhistas em segunda instância possam ser agilizados. Temos certeza de que tudo será com a maior rapidez, porque não precisaremos ir ao Rio para ver os julgamentos', disse Renato."⁹⁹

Os empresários, a par de aplaudirem a abertura do Tribunal, reconheceram a possibilidade de se ter um aumento do número de demandas trabalhistas na região:

"Acreditando que o TRT-ES vai melhorar o relacionamento entre o capital e o trabalho agora 'qualquer coisinha' será suficiente para as partes recorrerem ao órgão, o presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Sérgio Rogério de Castro, e o Presidente da Federação do Comércio, Hamilton Rebello, garantem que finalmente a luta dos segmentos ligados ao meio trabalhista está sendo vitoriosa. (...) Hamilton Rebello disse que, com as facilidades do TRT-ES, haverá uma corrida maior

⁹⁹ BARROS, Leônece. Nomeação para TRT do Estado provoca polêmica. A *Gazeta*. Vitória, 02 dez. 1990. p. 19

ao órgão. "Agora não será necessária uma grande despesa para os advogados acompanharem as ações, como acontecia anteriormente. Isso fatalmente fará com que a partir de agora, por qualquer coisinha, a parte litigante recorra ao órgão." ¹⁰⁰

Além disso, por ocasião da implantação do Tribunal, uma grande polêmica varreu o céu capixaba: a lei que criou o TRT-ES previa que o preenchimento dos cargos (dos juizes togados do tribunal) seria feito com a indicação de dois cariocas e dois capixabas, melhor explicando, das seis vagas, duas seriam preenchidas pelo chamado quinto constitucional, das quatro restantes a lei previa que dois juizes seriam radicados no Espírito Santo, que à época possuía cinco Juntas de Conciliação e Julgamento. A comunidade espírito-santense mobilizou-se de forma ferrenha para que a proporcionalidade prevista na lei fosse cumprida. A polêmica chegou à imprensa:

" O presidente do Sindicato dos Advogados do Estado do Espírito Santo, Joaquim Silva , disse que a nomeação de magistrados para o TRT-ES, vinculados ao Espírito Santo , é fundamental. 'É preciso que os magistrados conheçam a realidade capixaba e a situação cultural . É preciso que eles conheçam a rua Sete , já tenham passado pela Terceira Ponte - brincou - para que possam, conhecendo as peculiaridades capixabas, desenvolver com coerência e com capacidade a importante missão de julgar. Nós estamos apelando aos parlamentares e a todos os segmentos trabalhistas que se engatem nesse processo de reivindicar ao presidente Collor que proceda dessa forma quando nomear os juizes ', apelou." ¹⁰¹

Na atualidade, VIANNA , em sua brilhante pesquisa sobre a magistratura pátria, demonstra que o pleito dos advogados capixabas distancia-se dos caminhos trilhados para democratização do Poder Judiciário pátrio:

"A atual mobilidade espacial do juiz brasileiro parece confirmar um antigo traço da cultura jurídico-política do país, para a qual os ideais do Direito e da Justiça deveriam proceder de um centro dissociado do poder local, uma vez que neste último expressar-se-ia a tradição de prepotência, de mandonismo e de dependência pessoal presentes nas raízes da formação nacional. O "desenraizamento" seria, então, funcional a um desempenho do Judiciário imune ao localismo e ao paroquialismo e, nas circunstâncias de hoje, tendencialmente propício à sua adesão ao constitucionalismo democrático." ¹⁰²

¹⁰⁰ BARROS, Leônece. Empresários crêem em benefícios. *ibid.*

¹⁰¹ BARROS, Leônece. Nomeação para TRT do Estado provoca polêmica. *ibid.*

¹⁰² VIANNA, Luiz Wernneck. et. al. **Corpo e alma da magistratura brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan 1997, p.136.

Ademais, como veremos mais adiante, um dos traços marcante da magistratura trabalhista capixaba é justamente a origem alienígena dos juízes, pois a maioria é oriunda de outros Estados decorrente dos cinco concursos públicos para provimentos dos cargos de juízes substitutos que foram realizados no âmbito do TRT/ES.

Com efeito, depois de cumprida a exigência da formação da lista tríplice pelo Tribunal Regional do Trabalho, a expectativa era pela escolha que caberia ao então presidente Fernando Collor de Melo:

"Ontem à noite , conforme informações que também haviam chegado, em Brasília, à Deputada Federal Rita Camata, especulava-se em torno dos seguintes nomes para a composição do TRT no Espírito Santo; para os cargos de carreira os juízes cariocas: Maria de Lourdes Wanderley e Souza, Regina Uchôa (ambas por antigüidade) e Hélio Mário Arruda, além de Manoel Medeiros, radicado no Espírito Santo há 11 anos. (...) Grande conquista: "Confirmada essa composição , na opinião da Deputada Rita Camata , ' se não é o ideal , foi uma grande conquista' . A Deputada fez questão de frisar: 'O Rio de Janeiro não participou de nada e, na hora da indicação dos nomes, criou dificuldades . Foi o máximo que conseguimos e espero que os juízes indicados possam responder pelas necessidades do nosso Estado.'" ¹⁰³

A previsão da referida deputada prevaleceu. Na composição do Tribunal, não contando com os juízes classistas, dos seis togados, dois eram oriundos do Estado: Manoel Medeiros, juiz de carreira, radicalizado, como se disse alhures no Estado, e José Carlos Risk, advogado, indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (é o chamado quinto constitucional).

Instaurado o Tribunal, nem tudo são flores. Dos sindicalistas, por exemplo, conforme reportagem com o então presidente da CUT no Estado, surgem as seguintes críticas: ¹⁰⁴

" 'Não dá nem para dizer que há imparcialidade nos julgamentos porque os juízes foram indicados por grupos da sociedade e por políticos . O Tribunal , desta forma, sofre um processo de interferência grande por parte destes setores'. Para o

¹⁰³ Tribunal do trabalho será instalado hoje à tarde. **A Gazeta**. Vitória, 07 dez.1990. p. 7.

¹⁰⁴ - Podemos considerar que o discurso do sindicalista quando faz alusões a "não eleição dos magistrados" está fora do contexto, se considerarmos que a eleição direta dos magistrados nunca fez parte de nossa cultura ou mesmo de reivindicações da nossa contracultura jurídica.

presidente regional da CUT , a solução estaria na eleição direta para juizes: 'No dia em que a gente puder votar no Judiciário, como acontece no Legislativo e no Executivo com certeza teremos uma Justiça imparcial '. (...) Apesar das críticas , José Otávio Baiôco afirma que a implantação do TRT no Espírito Santo proporcionou uma melhora sensível no andamento dos processos, representando ainda economia para os sindicatos.' Às vezes , tínhamos resultados desfavoráveis por falta de acompanhamentos no Rio de Janeiro . Precisávamos contratar advogados naquele Estado ou bancar viagens para um profissional daqui, o que representava muitas despesas.', explica.¹⁰⁵

O presidente do Sindicato dos Ferroviários (Sindfer), reclama da morosidade na tramitação dos processos:

" O presidente do Sindicato dos Ferroviários (Sindfer), Renato Menezes, aponta a morosidade como o principal problema do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) . Ele não tem dúvidas de que a implantação do TRT no Estado minimizou o problema, mas a solução está distante . 'O Tribunal deveria ter mais turmas de juizes para agilizar os processos. As juntas carecem de uma estrutura eficiente porque você hoje entra com um processo e há grande demora para a audiência ser marcada. Os processos caminham a passos lentos e alguns levam até dez anos para serem julgados. (...) 'Eu acredito que as questões são decididas de acordo com o pensamento de cada julgador . Se você tem um juiz mais progressista , as perspectivas de uma sentença favorável para nós é maior. Já com juizes retrógrados as esperanças são menores'. Ele cita como exemplo o caso de três diretores do Sindicato que tiveram seus contratos de trabalho suspensos. 'Houve uma sentença de um juiz dando a reintegração dos companheiros . Depois uma liminar do Tribunal Regional do Trabalho cassou a sentença e isto aconteceu por influência política de pessoas que estão no Ministério do Trabalho , pessoas ligadas à empresa. Foi uma grande aberração', lamenta".¹⁰⁶

No campo empresarial, os discursos são duros, a começar pelo próprio Presidente da Federação das Indústrias no Estado do Espírito Santo, a Findes, que compara a Justiça do Trabalho a um circo romano:

" Quem tem pouca intimidade com a Justiça do Trabalho, ou sendo empresário que pela primeira vez defende-se de um processo movido por um ex-empregado, não imagina o que pode acontecer. Sem nem perceber como, será personagem de um circo romano onde entrará na arena para ser devorado por disparates de toda sorte, pelo simples fato de ser empregador '(...) Aparenta, de modo geral, que os juizes de primeira instância orgulham-se de fabricar pendências, agitando bandeirinhas já descoloridas e bolorentas da observação 'ipsi lipsi' da Lei. Ignoram que as partes envolvidas não esperam erudição , mas, sim, o raciocínio e tirocínio que distribua

¹⁰⁵ Baiôco prega imparcialidade nos julgamentos. **A Gazeta**. Vitória ,19 março. 1993. p.10

¹⁰⁶ Menezes quer agilidade sem acordos prejudiciais. *ibid.*, .p.11

justiça com rapidez, visto que, para aplicar a Lei como está escrita no Código, um programa de computador seria mais preciso e ágil que qualquer humano".¹⁰⁷

A presidente do TRT/ES Anabella Almeida Gonçalves (biênio 99/2001) procurou, em entrevista, demonstrar que a Justiça do Trabalho não "afugente" possíveis investidores na região:

"Investimento – A presidente do TRT discorda da visão de parte do empresariado, que acredita que a Justiça do Trabalho afugenta investidores. O TRT foi instalado no Estado há dez anos e, coincidentemente, nesse período, o índice de crescimento industrial do Estado foi o dobro do verificado na média nacional. 'Há grandes empresas instaladas aqui que, mesmo sofrendo derrotas nos tribunais, anunciam novos investimentos. Talvez, elas reconheçam que não estejam certas', diz a juíza." ¹⁰⁸

Mas, a grande movimentação de debates sobre o Tribunal deu-se diante de uma polêmica inesperada: a viabilidade ou não dos chamados pequenos tribunais trabalhistas existentes no País. A ameaça de extinção fez com que os operadores jurídicos (juízes, advogados, funcionários públicos) saíssem às ruas, buscando apoio de outros setores (sindicalistas, empresários, políticos) a fim de justificarem o tribunal como socialmente necessário.

2.2.3 As ameaças de extinção

É a partir do ano de 1997 que a questão dos chamados pequenos tribunais enquanto viáveis ou não começa a ganhar fôlego. Almir Pazzianotto, então Ministro-Corregedor do Tribunal Superior do Trabalho foi um dos percussores do debate. Em sua passagem por Vitória (E.S) concedeu a seguinte entrevista:

"O Ministro-Corregedor do Tribunal Superior do Trabalho, Almir Pazzianotto, defendeu ontem em Vitória a extinção dos tribunais regionais dos estados de pequeno porte, inclusive do Espírito Santo, instalado em 1992. 'Há um número muito elevado de regionais, o que dificulta até a ação fiscalizadora do TST. Para o erário público, isso implica num custo desnecessário. O Espírito Santo é um tribunal pequeno e eu acredito que seja um desses casos', disse o ministro, que veio fazer uma palestra sobre

¹⁰⁷ VAZ, Fernando. O negociado e o legislado. *A Gazeta*, Vitória, 27 fev.2000.p 5.

¹⁰⁸ HEES, André. Eficiência e Equilíbrio. *A Gazeta*, Vitória, 21 ago.2000.p.2.

'Novo Enfoque de Danos Morais no Direito do Trabalho.' (...) Ele ressaltou que, 'embora se diga que Justiça não tem preço', as despesas com a estrutura do Judiciário são altas e os mesmos resultados poderiam ser alcançados se houvesse fusão de tribunais.' 'A mesma eficiência ou talvez até mais eficiência nós poderíamos obter com um número menor de regionais', avaliou Pazzianotto. Segundo ele, o Espírito Santo deve representar cerca de 3% do movimento geral da Justiça do Trabalho no país."¹⁰⁹

Além da questão econômica, pesava contra os “pequenos” tribunais a acusação de que faziam o que bem queriam gerando nepotismos e dilapidação do dinheiro público, tanto assim, que houve até intervenção no Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba.¹¹⁰ Curioso é que foi justamente no maior tribunal trabalhista do Brasil, o TRT da 2ª Região, que com a instalação da chamada CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Judiciário em 25 de março de 1999, foram detectadas as piores denúncias de “extorsão” do dinheiro público envolvendo o Poder Judiciário, inclusive, ganhando notoriedade a figura do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, acusado de ter participado do desvio de milhões de reais na construção da sede do TRT de São Paulo.¹¹¹

A indignação dos capixabas, ante as ameaças de extinção de seu Tribunal trabalhista, fez-se rapidamente presente com manifestações da comunidade jurídica¹¹²

¹⁰⁹ PAZZIANOTTO quer fim de tribunal regional. *A Gazeta*, Vitória, 13 dez. 1997.

¹¹⁰ - **Intervenção no TRT/da Paraíba.:** "A intervenção do Tribunal Superior do Trabalho (TST) no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba semana passada pôs em discussão a autonomia dos tribunais estaduais. 'Na parte administrativa, esses tribunais praticamente ficam fora do controle do TST', avalia o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, Almir Pazzianotto, encarregado de executar a intervenção, motivada por acusações de nepotismo e outras irregularidades." (Tribunal Regional do Trabalho avalia a autonomia dos tribunais. *A Gazeta*, Vitória, 29 jun. 1997)

¹¹¹ - Como crítica veemente a toda essa situação de descalabro citamos artigo da jornalista Marilene Felinto: "O que há de mais repulsivo no suposto crime de Nicolau dos Santos Neto – e no espetáculo de arrogância e poderio econômico em que ele próprio transformou sua fuga e sua prisão – é o fato de tratar-se de um juiz. (...) Um juiz, um fiscal que se formou à custa da sociedade e a que ela delegou uma tarefa de enorme confiança e autoridade: a de seguir de forma imparcial as normas prescritas, zelar por elas, garantir os direitos de todos, e, não bastasse isso, punir, castigar quem sai da linha (...) Ao juiz ladrão, o fogo do inferno, as pessoas pareciam dizer na porta da delegacia em que Nicolau dos Santos Neto “se entregou” após o show de prepotência e peripécias em helicópteros”. FELINTO, Marilene. Quando os professores e os juízes erram. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 12 dez. 2000, p.C2.

¹¹² - **Reação da OAB:** "(...) Se acontecer a extinção, será dificultada a prestação jurisdicional e a sociedade não vai abrir mão do Tribunal facilmente, não". (CONDE, Walter. Agesandro não aceita fim do TRT. *A Gazeta*, Vitória, 14 dez. 1997.)

e da própria imprensa local. O então presidente do TRT, Hélio Mário de Arruda, reagiu de forma veemente, lembrando, inclusive, que existiam também propostas de extinção do próprio TST, haja vista suas posições conservadoras:

"Vejo a atitude do Ministro como reação ao movimento de extinção do TST. A razão do atraso na prestação jurisdicional é que todos os recursos vão a Brasília mediante o recurso de revista para o Tribunal Superior", disse Arruda. Ele afirma não ser contra o fim do TST mas revela que em nível nacional existe essa reivindicação. 'Eu pessoalmente não sou radical assim, mas há esse movimento em nível partidário, no Congresso Nacional, em função das posições conservadoras do TST', disse o juiz. (...) Os Tribunais Regionais são essenciais no julgamento de causas trabalhistas, ressalta Hélio Mário, por conhecerem a realidade vivenciada pelos envolvidos no conflito. 'Os regionais estão mais próximos dos jurisdicionados'. O presidente do TRT também vê sinais de preconceito nas declarações do Ministro. "Esse enfoque pode ser devido a sua origem. Ele é de São Paulo, que tem dois regionais. O Espírito Santo, então, não é considerado prioritário"¹¹³

Anteriormente a tais fatos, em 27 de julho de 1997, o jornal O Estado de São Paulo veio a publicar ampla reportagem justamente questionando a viabilidade dos pequenos TRTs. Com várias entrevistas e estatísticas, são denunciadas diversas perversidades, chamando-se atenção para o alto custo de investimentos e um retorno social questionável de tais tribunais. Inclusive, que em alguns Estados, que não possuem seus tribunais próprios, as lideranças políticas locais procuram a dita emancipação independente de qualquer racionalidade sobre a viabilidade de tal projeto, apegando-se tão-só no aspecto legal.¹¹⁴

A defesa do TRT na imprensa: "Mas o número de processos no TRT daqui não é pequeno. Pelo contrário. É tão alto que há um mês o Tribunal realiza sessões extraordinárias para pôr a pauta em dia antes do recesso anual de apenas duas semanas - a Justiça Comum para dois meses por ano, em janeiro e julho. (...) No momento, cerca de duas mil ações aguardam julgamento. As juntas de conciliação realizam em média 20 audiências por dia. Em cada sessão do TRT são julgados de 70 a 80 processos, uma média de 250 por semana. (...) Esses números, de acordo com o próprio TST, colocam o Espírito Santo entre os três Estados mais produtivos do Brasil, considerado o seu porte (...). A convenção proíbe demissão imotivada."(HEES, André. A extinção do TRT. *A Gazeta*, Vitória, 15 dez. 1997.)

¹¹³ HUGO, Victor. Arruda diz que fim do TRT é retrocesso. *A Gazeta*, Vitória, 16 dez. 1997.

¹¹⁴ - "Há exemplos gritantes, como o da 14ª Região judiciária, em Porto Velho, Rondônia e de Roraima. Atualmente, os processos referentes a esses Estados tramitam, respectivamente, nos tribunais sediados em Belém e Manaus. Na lista de 20 JCs com menor movimento do País, cinco pertencem às regiões do Pará-Amapá e Amazonas-Roraima. Em outras regiões, o custo do processo é tão ou mais caro do que em Rondônia. No ano passado, o contribuinte pagou, por exemplo, R\$2.231,46, em média, por processo que deu entrada no TRT da Paraíba, que

Tabela 03-Participação dos Estados no total de processos registrados nas Varas (em %)

RJ	2,4
SP*	9,6
MG	1,4
RS	6,5
BA	6,4
PE	4,3
CE	2,1
PA/AP	2,6
PR	5,9
DF/TO	2,3
AM/RR	2,1
SC	2,9
PB	1,2
RO/AC	0,8
SP**	11
MA	0,6
ES	1,4
GO	1,6
AL	1,6
SE	0,5
RN	0,9
PI	0,2
MT	1
MS	0,8

Na interessante estatística publicada na citada matéria, ficou constatado que a média nacional do custo de cada ação trabalhista é de R\$ 772,40, e que a participação do TRT/ES no total de processo registrados em todas as JCJs é de apenas 1,4%.¹¹⁵ Como acréscimo, registramos que no Espírito Santo algumas Varas como as de: Mimoso do Sul, Nova Venécia, Afonso Cláudio e Alegre, possuem movimentos

esse ano sofreu a intervenção da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho por conta de uma avalanche de irregularidades e desmandos administrativos. Em Sergipe, região que recebeu 0,5% dos processos que deram entrada na primeira instância no país, o custo médio ficou em R\$2.481,81. (...)A relação entre o número de processos e o de servidores mostra ainda que, na média, cada funcionário do TRT de Rondônia teria examinado apenas 17,9 ações ao longo do ano (a média nacional é de 68,27 processo/ano por servidor). Pelo menos nove desses "atarefados trabalhadores" são parentes de seis dos oito juízes titulares do Tribunal. Tanto a atual presidente, Maria do Socorro Costa Miranda, como a ex-presidente Rosa Maria Nascimento Silva, têm parentes trabalhando no local. Mais um Tribunal no Acre: "Das 20 juntas de conciliação com movimento mais fraco em todo o País, sete estão na 14ª Região. Mesmo assim, de acordo com um integrante do TST, juízes, políticos e outras figuras de expressão do Acre fazem forte lobby para garantir a "emancipação". Eles querem seu próprio TRT, até porque a Constituição prevê um em cada unidade da Federação. Mas, pelo menos no entender dos juízes do Acre, julho parece não ser um bom mês para exigir nada. Em Rio Branco, os quatro juízes decidiram entrar em férias no começo do mês. No Fórum trabalhista da Capital do Acre, os funcionários não sabiam informar quando os magistrados e classistas retornariam ao trabalho." (NETO, Hélio G., CAETANO, Mariana. Desvios põem ação de TRTs em xeque. **O Estado de São Paulo**, 27 jul. 1997. p. A4, 5, 6, 7.)

¹¹⁵ - Participação dos Estados no total de processos registrados nas JCJs (em %).

processuais consideravelmente baixos. Inclusive Mimoso e Nova Venécia já constaram nas estatísticas do Tribunal Superior do Trabalho como as trinta menores Juntas em termos de movimento processual.

Para o juiz ANTÔNIO ÁLVARES DA SILVA, professor da Universidade de Minas Gerais (UFMG) e integrante do TRT mineiro, a Justiça do Trabalho transformou-se " (...) numa imensa estrutura burocrática com um fim em si mesma , servindo a diversos corporativismos." Segundo ele, somente uma ampla reforma estrutural, que prevê a extinção dos TRTs e até mesmo do TST, pode romper com as distorções. "Não haverá mais necessidade de tantos cargos de confiança, verbas de representação, diárias para viagens e outras portas abertas para gastos desnecessários", comenta na supracitada matéria.

Os discursos sobre o fim da Justiça do Trabalho ou uma imensa transformação de suas estruturas têm seu clímax com o pronunciamento por ocasião da instalação de uma CPI sobre o Poder Judiciário instaurada no Senado Federal. Diante de tal quadro, a ameaça de extinção do TRT capixaba foi ganhando contornos cada vez mais reais. Organizaram-se reações. A bancada federal capixaba foi solidária a causa, até o Governador do Estado manifestou seu apoio.¹¹⁶ Juízes, através de sua associação e os advogados prepararam uma grande manifestação, denominada "dia do fico", a imprensa local deu ampla cobertura:

"Uma manifestação promete parar o centro de Vitória hoje, a partir das 14 horas, quando será realizado o ato público do Dia do Fico, na Praça Oito. (...)O ato

¹¹⁶ **Apoio da Bancada.** : "Na última Quarta - feira, a bancada capixaba esteve reunida em Brasília para debater a polêmica sobre a extinção dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs). A Presidente do TRT ES , Anabela Almeida Gonçalves, também participou e fez uma explanação sobre a atuação do tribunal do Estado. "A bancada é totalmente contra o fim dos TRTs, e não vamos admitir que o Espírito Santo seja tratado como Estado periférico. Nosso medo é que se concentrem os tribunais em apenas quatro ou cinco Estados" resumiu o deputado federal João Miguel Feu Rosa (PSDB).(Judiciário capixaba condena CPI. **A Gazeta**, Vitória, 02 jul. 1999, p.05)

Até o governador... " A campanha contra a extinção da Justiça do Trabalho no Espírito Santo recebeu, ontem , a adesão do governador José Ignácio Ferreira. O apoio veio após uma audiência ocorrida no Palácio José de Anchieta, da qual participaram representantes de 27 entidades que lutam pela manutenção do Tribunal Regional no Estado.(Ignácio apóia a manutenção do TRT. **A Gazeta**, Vitória, 27 jul 1999,p.07)

está sendo organizado pelo movimento em defesa da Justiça do Trabalho e da manutenção dos TRTs, que tenta manter no Estado o Tribunal Regional do Trabalho, ameaçado de ter sua sede transferida para o Rio de Janeiro. (...) São esperados para essa audiência o Governador José Ignácio Ferreira (PSDB), deputados, senadores, representantes do Tribunal Superior do Trabalho, do Ministério Público e da OAB, prefeitos e desembargadores."¹¹⁷

Os discursos de justificação social do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo reproduziram-se por todas as partes.¹¹⁸ Na verdade a situação do jovem tribunal insere-se nas relações que vinga hoje entre o Judiciário, o Executivo e parte do Legislativo e que VIANNA¹¹⁹ denomina de linha de tensão. Explica o sociólogo que mesmo sendo da tradição da magistratura pátria, a partir da República, ausentar-se da cena política, buscando sempre soluções de compromissos, o Executivo e parte do Legislativo acabam por colidir com o Judiciário ao procurarem impor a “supremacia da *rationale* econômica aos valores e instituições da ordem racional-legal.”. E tal tensão traduz-se, por exemplo, nas lutas salariais recentes da categoria, inclusive, com as ameaças de greve. Ora, é neste quadro que devemos também interpretar o “dia do fico”.¹²⁰

2.3 O perfil do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo

Apresentaremos uma estatística geral dos juízes do TRT/17ª Região de acordo com as variáveis idade, sexo, local de origem. Depois, com referencial em matérias jornalísticas, será observado o discurso social de alguns de seus operadores.

¹¹⁷ Manifestação para manter sede do TRT. *A Gazeta*. Vitória, 29 jul. 1999.p.12

¹¹⁸ **Discurso da presidente do TRT:** “A Justiça do Trabalho, lembra a juíza, 'é a única à qual as pessoas com menos recursos financeiros podem recorrer; é a Justiça que eles conhecem'. Suprimir esse tribunal, enfatizou 'é um desrespeito ao cidadão'. (...) Se o TRT do Espírito Santo for extinto, todos os recursos terão que ser apresentados no rio de Janeiro e, se o Tribunal fica fora do Estado, isso poderá implicar em despesas com hotéis, passagens e outros custos para os advogados que defendem os trabalhadores. E nessas condições, nem todos terão condições de recorrer. Cada juiz do TRT capixaba, que foi criado em 1990, analisa cerca de 1.300 processos por ano.”(Juíza diz que extinção do TRT é 'arbitrariedade'. *A Gazeta*. Vitória, 09 ag. 1999).

¹¹⁹ VIANNA, Op. cit., p.10

¹²⁰ - A proposta de extinção da Justiça do Trabalho foi sepultada na esfera do legislativo (proposta do deputado Aloysio Nunes Ferreira, relator da reforma do Judiciário na Câmara), assim como perdeu consistência, por ora, proposta de extinções dos “pequenos” tribunais.

Por fim, uma comparação entre a tendência (pró-empregado ou pró-empregador) da jurisprudência do Tribunal capixaba e do TRT da 1ª Região cuja jurisdição é no Estado do Rio de Janeiro.

. Idade e Gênero

O primeiro inventário é sobre gênero e idade. Sobre o gênero temos que 62% dos juízes são do sexo masculino e 38% do sexo feminino, englobando tanto os do 1º grau como os do 2º grau .

Tabela 04- Gênero no TRT 17ª Região

Gênero	Juízes	%
Masculino	31	62%
Feminino	19	38%
Total	50	100%

* todas as estatísticas sobre os juízes do TRT/17ª Região foram colhidas junto ao setor de Recursos Humanos deste Tribunal no período de nov./dez. de 2000.

Em relação à idade, trabalhamos com duas variáveis: a idade atual e a idade em que o magistrado ingressou no tribunal, ou tomou posse através do quinto constitucional que no nosso caso abrange tão-só dois juízes.

Tabelas 05

Idade no ano do concurso	Juízes	%
Até 30 anos	20	39%
31 a 40 anos	21	42%
41 a 50 anos	8	16%
51 a 60 anos	1	2%
Total	50	

Tabela 06

Idade atual	Juízes	%
Até 30 anos	3	6 %
31 a 40 anos	30	60%
41 a 50 anos	5	10 %
51 a 60 anos	10	20%
61 anos ou mais	2	4 %
Total	50	

A leitura sociológica¹²¹ aponta uma tendência clara para magistratura trabalhista capixaba: sua juventude e uma participação da mulher cada dia mais intensa. Fazendo comparações com a realidade média (de outros ramos da Justiça e da própria Justiça do Trabalho) sobressai que o TRT/ES quando não está na média, está acima dela, demonstrando sua total consonância com os tempos. Com efeito, basta verificar as tabelas que seguem, oriundas de pesquisas realizadas entre 1993 e 1994 sobre a coordenação de VIANNA¹²² e que é sem dúvida a investigação mais detalhada sobre a magistratura pátria.

Tabela 07 -Perfil Etário da Magistratura por Ramo do Judiciário

Idade Atual	Justiça Comum	Justiça Federal	Justiça Do Trabalho	Justiça Militar
Até 30 anos	235 10,4%	35 23,6%	80 13,5%	- -
31 a 40 anos	777 34,4%	45 31,1%	233 39,2%	3 17,6%
41 a 50 anos	726 32,2%	36 24,3%	181 30,5%	8 47,1%
51 a 60 anos	407 18,0%	27 18,2%	78 13,1%	5 29,4%
61 anos ou mais	113 5,0%	4 2,7%	22 3,7%	1 55,9%
Total	2258	148	594	17

¹²¹ - " No Brasil , a idade média dos juízes concursados em atividade é de 42,4 anos , situando-se a mediana em 42 anos . As diferenças no perfil etário da magistratura são expressivas quando considerados alguns estados da Federação. Rio Grande do Sul , São Paulo e Pernambuco têm respectivamente 51%, 54% e 56% dos juízes com até 40 anos de idade , distinguindo- se do Rio de Janeiro, cujo índice é de cerca de 33,7%. A Justiça Federal e a Justiça do Trabalho apresentam um perfil etário mais jovem . Quanto à participação feminina, as regiões Norte e Sul assinalam índices superiores a 20%, sendo que o Rio de Janeiro conta com cerca de 30% de mulheres nos quadros da magistratura . A tendência ao recrutamento de juízes mais jovens e de uma parcela mais expressiva de mulheres torna-se bastante visível quando os dados relativos à idade e ao gênero são analisados segundo o ano do concurso."(VIANNA, 1997: 60).

¹²² -VIANNA, Luis Werneck. Op. cit., p.64.

Tabela 08 - Gênero por Ramo do Judiciário

Gênero	Justiça Comum	Justiça Federal	Justiça do Trabalho	Justiça Militar
Masculino	1897 83,8%	126 84,6%	394 66,3%	15 88,2%
Feminino	367 16,2%	23 15,4%	200 33,7%	2 11,8%
Total	2264	149	594	17

Tabela 09 - Idade no Ano do Concurso (1975-1994): Justiça do Trabalho

Idade no Ano do Concurso	1975-76	1977-78	1979-80	1981-82	1983-84
Até 30 anos	4 40,0%	- -	15 38,5%	6 22,2%	6 22,2%
31 a 40 anos	3 30,0%	2 66,7%	16 41,0%	15 55,6%	14 51,9%
41 anos ou mais	3 30,0%	1 3,3%	8 20,5%	6 22,2%	7 25,9%
Total	10 1,7%	3 0,5%	39 6,6%	27 4,6%	27 4,6%

Tabela 10 - Idade no Ano do Concurso por Ramo da Justiça

Idade no Ano do Concurso	Justiça Comum	Justiça Federal	Justiça do Trabalho	Justiça Militar
Até 30 anos	1022 45,7%	63 42,9%	241 40,7%	5 29,4%
31 a 40 anos	925 41,4%	55 37,4%	243 41,0%	9 52,9%
41 anos ou mais	289 12,9%	29 19,7%	108 18,2%	3 17,6%
Total	2236	147	592	17

Se o aumento de segmentos jovens e a participação da mulher são decorrências das mudanças do sistema educacional e do mercado de trabalho¹²³, e não de uma

¹²³ - "A tendência à feminização está indicada no Gráfico 2 e nas Tabelas 4 e 5, observando-se, ali, o incremento da participação feminina nos últimos concursos, a qual, de apenas 6,3% naqueles concursos realizados entre 1966 e 1970, se eleva para 24,1% nos últimos cinco anos. De passagem, importa considerar que a juvenilidade e a feminilidade da magistratura não derivam de uma política explícita do Poder Judiciário, constituindo, antes, uma consequência

filosofia especial para o recrutamento dos juízes, não há dúvidas sobre a relevância dos dados observados, que apontam para uma magistratura mais jovem, fazemos nossas as palavras de CAPPELLETTI:

"Os juízes, como toda outra categoria de homens idosos, que tenham vivido vidas geralmente não aventureiras, tendem a ser tradicionalistas nas suas idéias. Este é um fato natural. (...) Por isso que os juízes profissionais tendem a ser *naturaliter* conservadores, quietos e respeitosos da lei, são também *naturaliter* contrários a evoluções que tendam a pôr em evidência e exaltar o elemento voluntarístico das suas decisões, colocando em perigo a mística da sua objetividade e neutralidade."¹²⁴

. Mobilidade espacial e graduação

Conforme já dissemos alhures, impressiona, sobremaneira, no âmbito do TRT/17ª Região, o número de juízes que tinham domicílio em outro Estado por ocasião do ingresso no Tribunal ou que se graduam em outro Estado. Apresentamos dois gráficos sobre o tema, o primeiro sobre o Estado de origem de cada magistrado e o segundo sobre o local de sua graduação.¹²⁵

das transformações ocorridas no sistema educacional e no mercado de trabalho. De resto, a necessária expansão do Poder Judiciário em uma sociedade que se democratiza - isto é, o largo movimento de mudança social que tem implicado uma abertura maior de vagas para os seus quadros - tende a conferir maior expressividade numérica a essas tendências. (...) De resto, feminilidade e juvenilidade são processos que se afirmam juntos, possivelmente resultado de um cálculo formulado, ainda nos bancos acadêmicos, sobre as oportunidades de inscrição no mercado de trabalho" (VIANNA, 1997: 71)

¹²⁴ CAPPELLETTI, Mauro. Op. cit., p.34-35

¹²⁵ - No quadro geral da magistratura prevalece: "O percentual de magistrados concursados em atividade que ingressou na magistratura em um estado diferente daquele em que nasceu e se graduou em Direito alcança cerca de 20%. Ademais, constata-se uma tendência à elevação deste percentual: de 11% em 1975-76 a 20% em 1993-94. Os juízes nascidos, graduados e concursados no mesmo estado passaram de 70%, no início do período, para 60% no final do período, atestando um aumento da sua circulação no país".(VIANNA, 1997:136)

Tabela 11

Local	Juízes	%
RJ	23	46 %
ES	12	24 %
SP	5	10 %
BA	2	4 %
MG	2	4 %
SC	1	2 %
MS	1	2 %
DF	1	2 %
RN	1	2 %
GO	1	2 %
PR	1	2 %
Total	50	

Observa-se, então, que existem mais juízes cariocas do que capixabas, quase o dobro, e que o número de juízes provenientes de outros Estados (30%) é maior do que o percentual de capixabas, mas é menor dos que residiam no Rio de Janeiro. Em suma: o Tribunal tem muito sotaque carioca. Agora, vejamos, então, o segundo gráfico sobre a universidade ou faculdade, onde os magistrados graduaram-se.

Tabela 12

<i>Universidades/Faculdades</i>	<i>Juízes</i>	<i>%</i>
UFRJ	10	20 %
UFES	8	16 %
UERJ	4	8 %
UNB	2	4 %
PUC/Campinas	2	4 %
Fac.Int.C.Mendes/Ipanema	2	4 %
Total	28	

Tabela 13

Outras	Juízes	%
UFBA	1	2%
PUC/RJ	1	2%
PUC/SP	1	2%
Univ.Católica.MG	1	2%
USP	1	2%
Univ.Cat.Salvador	1	2%
Univ.Fed.Fluminense	1	2%
UFRN	1	2%
Univ.Cat.Petrópolis	1	2%
UFMG	1	2%
UFGO	1	2%
PUC/RS	1	2%
Univ.Stª Ursula	1	2%
Univ.Est.Maringá	1	2%
Fac.Dir.Cand.Mendes RJ	1	2%
Univ.Est.Londrina	1	2%
Fac.Dir.S.João Boa Vista	1	2%
Fac.Dir.Nova Iguaçu/RJ	1	2%
Fac.Dir.M.Campos/BH	1	2%
Fac.Dir.Bauru	1	2%
Fac.Direito de Campos	1	2%
Fac.Dir.Riopretense	1	2%
Total	22	

Impressiona sobremaneira, que apenas 8 (oito) juízes sejam graduados no Espírito Santo, ou seja, apenas 16%, e todos na mesma universidade: a Universidade Federal do Estado do Espírito Santo. Ademais, caracteriza-se mais uma vez a forte presença do Rio de Janeiro: 46% dos juízes foram graduados neste Estado.

. Ocupação anterior

De acordo com VIANNA¹²⁶, aproximadamente a metade dos juízes de todos os ramos da magistratura não cumpriu qualquer atividade profissional anterior ao ingressar na magistratura ou exerceu a advocacia por um período máximo de 5 anos. Apenas 10% deles trabalharam exclusivamente como advogados por um período superior a 10 anos. Uma passagem anterior pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou por uma Procuradoria caracteriza a trajetória profissional de 25% dos juízes. A leitura de nossas tabelas infra, sobre a magistratura trabalhista capixaba, vem a demonstrar que todos declararam uma profissão anterior, seja de funcionário público, incluindo as atividades jurídicas (juízes, procuradores, etc) ou de advogado.

Tabelas 14 e 15

Atividade	Juízes	%
Funcionário Público	22	44%
Advocacia	28	56%
Total	50	

Atividade	Juízes	%
TRT	27	54%
Outros órgãos Públicos	20	40%
Advocacia	03	6%
Total	50	

Outro dado também marcante é o fato de que 20 juízes, ou seja, 40% foram ex-funcionários da Justiça do Trabalho. O que nos parece interessante pois demonstra que já tiveram uma “socialização” com os cânones do Direito do Trabalho. Pressupõe-se também assim, que já conhecem, ou possuem noções, sobre a pressão que o enredo social exerce sobre este ramo da magistratura.

¹²⁶ VIANNA, Luis Werneck. Op. cit., p.187.

. Os juizes - breve perfil qualitativo

O jornal “A Gazeta”, em ampla e especial reportagem sobre a Justiça do Trabalho no Espírito Santo, como veremos, apresentou o perfil dos juizes do segundo grau, cuidando de enfatizar o lado ideológico, ante o envolvimento dos mesmos com movimentos sociais antes do exercício da magistratura. Com efeito, começamos pelo juiz Hélio Mario de Arruda, que atualmente é juiz do Tribunal tendo, porém já exercido a sua presidência no biênio 97/99:

"O juiz Hélio Mário de Arruda nasceu em Cuiabá , em 26 de março de 1943, e se formou em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1968. Um de seus colegas de classe foi o então líder estudantil Vladimir Palmeira, Deputado Federal pelo PT do Rio de Janeiro. Sem ter ocupado cargos, Hélio participou de grupos estudantis que se empenhavam nas chamadas 'reformas estruturais' do país."¹²⁷

Agora o juiz Sérgio Moreira de Oliveira atual presidente do Tribunal, biênio 2001/2003:

"[...]Filho de um comerciante de origem portuguesa estabelecido no Rio, o juiz Sérgio Moreira de Oliveira formou-se em Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro , em 1970 . Durante toda a década de 70 , foi advogado de sindicatos de trabalhadores no Estado do Rio. Em 1979 , aprovado em concurso para juiz do Trabalho , iniciou uma carreira que o levou a várias juntas cariocas, como substituto, e o trouxe para o Espírito Santo, então vinculado ao TRT da 1ª Região."¹²⁸

A mesma ênfase para o lado social para o juiz José Carlos Risk que exerceu a presidência do Tribunal no período de 1993/1995:

"[...] Rizk é formado em Direito e Administração de Empresas, além disso, tem cursos incompletos de Comunicação Social e Economia. Desde os oito anos trabalhou com seu pai Nagib Georges Rizk , na loja 'A Paulista' - 'a primeira firma individual do Estado', faz questão de dizer. Como membro do Conselho Universitário da Ufes, aos 21 anos, foi detido, processado e julgado pela 1ª Auditoria da

¹²⁷ Justiça do Trabalho. A Gazeta, Vitória, 19 março. 1993. p.12

¹²⁸ ibidem, loc. cit

Aeronáutica da 1ª CJM e recebeu a absolvição . Ele foi processado pela Lei de Segurança Nacional , por ter criticado as prisões de estudantes feitas pela Ditadura Militar em 1968 em Ibiúna , São Paulo."¹²⁹

Os juízes citados representam hoje 50% da composição do segundo grau do Tribunal. O teor da reportagem é evidente em demarcar o Tribunal capixaba como ideologicamente progressista, corroborando com tal imagem o perfil de tais operadores jurídicos. Com efeito, a reportagem refere-se até mesmo aos sentidos do Direito Alternativo:

"O juiz HÉLIO MÁRIO DE ARRUDA, do TRT do Espírito Santo, reconhece que o Direito alternativo é uma idéia de origem marxista, cuja expansão está diretamente ligada ao agravamento da crise social no Brasil. Como a modernização da legislação trabalhista é insuficiente para equilibrar as relações entre capital e trabalho, os alternativos consideram justo ajudar o lado mais fraco, em nome de princípios éticos que não estão nas leis mas fazem parte da consciência humana [...] O juiz Sérgio Moreira de Oliveira, presidente da 1ª Junta de Conciliação de Vitória e atualmente servindo como juiz do TRT do Espírito Santo, afirma que 'o Direito alternativo é novidade apenas para outros ramos do Direito', que operam na Justiça Comum. 'Para a Justiça do Trabalho', explica ele, 'tudo é alternativo'. Segundo o juiz Sérgio , o Direito do Trabalho é bastante específico, a legislação muda ao sabor dos acontecimentos sociais e a própria estrutura da Justiça do Trabalho já tem uma natureza protecionista a favor dos empregados."¹³⁰

Na mesma matéria, sublinha-se mais uma vez a vocação social do tribunal através da entrevista de um juiz classista:

"[...] No Espírito Santo, segundo o juiz classista do TRT Lemuel dos Santos Santana, o mais notório usuário dos princípios do Direito alternativo, em território capixaba , atualmente , é o juiz Cláudio Armando Couce de Menezes, 32 anos, Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Cachoeiro de Itapemirim. Outros, entre os 42 juízes do Trabalho do Estado poderiam ser citados como adeptos ou simpatizantes dessa nova corrente do Direito . Entre eles poderia ser alinhado até o novo presidente do TRT , juiz José Carlos Rizk."¹³¹

Consolida-se ainda mais tal perfil, falando da postura do Tribunal na questão da substituição processual:

¹²⁹ TOREZANI, João Carlos. RIZK promete agilizar os processos no TRT. *A Gazeta*. Vitória, 03 jan.1993. p.2

¹³⁰ Quando a decisão passa pelas razões do coração. *A Gazeta*. Vitória, 19 março.1993. p.6

¹³¹ *ibid.*, loc. cit

"[...]No TRT do Espírito Santo, que desponta como um dos mais progressistas do Brasil, a substituição processual franca é hoje vitoriosa por quatro a três. Se ainda hoje há juízes que não aceitam que o sindicato represente empregados individuais junto à Justiça, como parece estar claro no artigo 8, inciso terceiro, da Constituição Federal('Ao sindicato cabe defender os direitos dos trabalhadores...'), deve-se lembrar que há cinco anos havia uma única lei ordinária- a 5584, de 1970 - que admitia a atuação do sindicato como assistente jurídico em dissídios coletivos. [...] A interpretação liberal da Constituição, quanto ao direito da substituição processual, é um dos fatores responsáveis pela enxurrada de ações trabalhistas levadas à Justiça do Trabalho por sindicatos que, em nome dos trabalhadores de uma empresa ou de toda uma categoria, reclamam uma série de vantagens ou reparações." ¹³²

2.4 A jurisprudência: uma comparação

Dados estatísticos vêm demonstrando a existência de um certo equilíbrio das decisões (pró-empregado ou pró-empregador) no âmbito da Justiça do Trabalho, sobremaneira nas decisões de segunda instância. Haveria de aprofundar-se mais sobre o tema, buscando-se, inclusive, estatísticas mais amplas. Como primeira impressão, uma pergunta que nos parece pertinente seria: as relações trabalhistas estariam tornando-se mais complexas? No nosso entender não, pois que as horas extras ainda são o “carro chefe” das demandas. O jornal O Globo publicou interessante reportagem sobre tais dados no âmbito do TRT da 1ª Região.

"Os números do levantamento do TRT mostram ainda que cerca de 80% das ações dos empregados que chegam à justiça reclamam o pagamento de horas extras. Depois, aparecem os processos cobrando das empresas o dinheiro previsto na rescisão de contratos, como pagamento de férias, décimo terceiro salário e outros direitos trabalhistas assegurados por lei. [...] Nas juntas de Conciliação do Estado, acordos atingem 42% das ações. Segundo o TRT, no ano passado, de um total de 234.687 processos de empregados contra os seus patrões resolvidos nas Juntas de Conciliação do Rio, em 42% deles foi fechado acordo entre as partes. Ou seja, somente parte da reivindicação do empregado foi atendida, o que pode variar desde um pequeno percentual à quase totalidade da quantia reivindicada". ¹³³

¹³² Movimento sindical forte torna relações mais tensas. **A Gazeta**. Vitória, 19 março.1993. p.7.

¹³³ VILLELA, Gustavo. Patrões em vantagem. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 maio. 1998, p.4- 6.

A referida reportagem ressalta que cai um mito: o do espaço favorável ao trabalhador, apresentando ainda dados estatísticos sobre o tema no âmbito do Estado do Rio de Janeiro (1ª Região):

"Caiu um mito: são os patrões e não os empregados que ganham a maioria das ações na Justiça do Trabalho. Esta é uma das constatações do levantamento inédito concluído na semana passada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Estado do Rio. Em 1996, 42,58% das decisões da Justiça de segunda instância foram a favor dos patrões, contra 36,05% favoráveis aos empregados. Outros 21,37% das decisões foram contrárias tanto a empregados quanto a empregadores: casos como os de anulação e processos em que não há vencedor nem vencido. No ano passado, a situação melhorou para os trabalhadores, mas os patrões ainda estão em vantagem. Do total de 51.271 decisões do TRT, 23.029 foram a favor dos empregadores (44,9%), contra 22.655 favoráveis aos empregados (44,2%). Outras 5.587 decisões judiciais (10,8%) foram contrárias a ambos."¹³⁴

Apresenta a matéria o quadro da estatística:

Tabela 16

	A favor dos empregadores	A favor dos empregados	Contrária a ambos
1994	46,09%	39,06%	14,85%
1995	42,77%	37,32%	19,91%
1996	42,58%	36,05%	21,37%
1997	44,91%	44,20%	10,89%

Vale a comparação com a realidade da 17ª Região, respeitando-se é claro as diferenças regionais e o fato do TRT da 1ª Região ser um Tribunal bem maior que o do Espírito Santo; pois bem, conforme as estatísticas abaixo (estas, assim como as realizadas no âmbito do TRT da 1ª Região, obedecem ao mesmo padrão fixado pelo TST); fica claro então que as tendências nos julgamentos da 17ª Região sempre foram pró-trabalhador diferentemente da jurisprudência do TRT da 1ª Região.

¹³⁴ Vilela, Gustavo. Op. cit., p.4-6.

Estatística de tendências das decisões no julgamento de processos

TRT 17ª Região/ES

Tabela 17

	A favor dos Empregadores	A favor dos Empregados	Contrária a ambos
1995	35,69%	61,23%	3,08%
1996	40,50%	57,30%	2,20%
1997	37,76%	60,74%	1,50%
1998	36,1%	62,11%	1,78%
1999	43,4%	54,60%	1,92%

Demonstrada a ideologia pró-empregado do jovem Tribunal, resta identificar como na prática a mesma materializa-se nas soluções dos dissídios individuais e coletivos e, o que é muito importante, saber quais as possibilidades das efetivações de tais decisões.

CAPÍTULO III

O RETORNO SOCIAL DAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES NO ÂMBITO DO TRT/ES

Este capítulo objetiva questionar o retorno social das decisões do TRT do Espírito Santo, fazendo uma análise de suas sentenças individuais e normativas, abordando, porém, de forma introdutória, o ato de sentenciar. Por fim, fala-se no emblemático caso BANESTES, pela repercussão que teve na comunidade, e por demonstrar de forma inequívoca, os limites que a postura social dos juízes do TRT da 17ª Região acabaram por encontrar.

3.1 A problemática das sentenças nos dissídios individuais

Faremos três abordagens: a natureza do ato de sentenciar; a questão de sentenças fora de modelos tradicionais (que se afastam da jurisprudência dominante) e os modelos de sentenças proferidas em dissídios individuais pelo TRT do Espírito Santo.

3.1.1 Sentença: ato ideológico

Ensina a tradição que sentenciar é aplicar a lei ao caso concreto. O juiz está preso à lei, sendo que tal sujeição pode ser mais acentuada ou não de acordo com as chamadas escolas hermenêuticas, conquanto, a lei seja sempre um referencial fundamental ou único. PORTANOVA, magistrado gaúcho, em sua obra clássica “Motivações ideológicas da sentença”, demonstra que os principais processualistas pátrios não fogem à tendência já descrita:

"Claro, se a lei consegue o ideal de paz social através do trinômio paz-segurança-imputação, a função do juiz não poderá ser outra senão a 'atuação da lei' (Santos, "M., 1984, p.67; Barbi, 1975, pp.513 e 519; Assis, 1979, p.2; Arruda Alvim, 1975, p.39), o 'realizar plenamente' o 'ordenamento jurídico' (idem, 1979, p.12) e o 'torna efetivo o império da lei' (Theodoro Jr., 1979, p.99). (...) A tarefa jurisdicional, determinado 'o sentido e o alcance da lei' (Barbosa Moreira, 1983, p.11), atuando 'praticamente a regra jurídica concreta' (Theodoro Jr., 1978, p.1), é feita cromaticamente, decalcando a lei sobre o fato (ou vice-versa): 'A norma se aplica sobrepondo-se aos casos a que se estende' (Tornaghi, 1974, p.55). (...) O juiz é um dos destinatários da norma (Tornaghi, 1974, p.72), logo, é seu dever e obrigação fazer exatamente o que determina a lei (Arruda Alvim, 1979, p.120), pena de instaurar-se o império da desordem, como adverte Mário Guimarães (Apelação Cível nº1.90.092.304, 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul). Pudessem os juízes, a seu alvedrio, negar cumprimento à lei, isso equivaleria, na verdade, a criar outras tarefas, o que o Legislativo, e não ao Judiciário, compete. (...) Então, se a lei prevê forma geral para a solução de todos os litígios e se todos são iguais perante a lei, tem-se que o juiz 'não cria' (Santos, 1984, p.69), 'não completa' (Theodoro Jr., 1979, p.10) nem restringe substancialmente o direito para as partes que dele se valem."¹³⁵

Com o advento da Revolução Francesa de 1789, o Ocidente conheceu a mais extremada escola hermenêutica (a exegética) quando o mito de se restringir o intérprete à mera análise gramatical da lei ganhou larga carreira. Nutriam os revolucionários uma desconfiança toda especial aos juízes do Antigo Regime, quando os cargos eram vendidos, herdados ou alugados pelos nobres. Tratou-se então de se restringir as funções dos novos juízes: seriam tão-só a "boca da lei". Lei esta que seria (em vontade, pelo menos) sempre clara e unívoca. Os ideais da Revolução Francesa possibilitaram o desenvolvimento do capital que conforme análise de MAX WEBER¹³⁶, que tem como um dos marcos característicos justamente a previsibilidade da lei.

¹³⁵ PORTANOVA, Rui. **Motivações Ideológicas da Sentença**, 3 ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p.36.

¹³⁶ - O sociólogo alemão sintetiza bem seu pensamento sobre a relação do direito com o capitalismo nesta passagem: "Na realidade, o moderno capitalismo empresarial racional necessita tanto de meios técnicos de produção calculáveis como de um direito previsível e de uma administração segundo as regras formais, sem o que é evidentemente possível um capitalismo comercial aventureiro e especulativo, bem como todas as formas de capitalismo de dependência política, mas não a empresa racional privada com um capital fixo e um cálculo seguro. Só o Ocidente põe este tipo de direito e de administração ao serviço da atividade econômica com um tal grau de perfeição legal e formal. Mas, perguntamos agora. De onde vem esse direito? A investigação mostra que, para além de outras circunstâncias, foram indubitavelmente interesses capitalistas que abriram caminho ao domínio da classe dos juristas especializados em direito racional e administração. Mas de modo nenhum só esses interesses

O mito da neutralidade dos juizes na aplicação do direito é correlata com a ideologia do positivismo jurídico. Com efeito, bem sintetiza WOLKMER, explicando os sentidos e o marco de tal ideologia, enquanto fruto da sociedade burguesa:

“A ideologia positivista se contrapõe à concepção metajurídica jusfilosófica, na medida em que rejeita toda e qualquer dimensão *a priori*. Descarta, assim, princípios e juízos valorativos em função de uma suposta neutralidade axiomática, de um rigoroso experimentalismo e, ao mesmo tempo, de um tecnicismo formalista. O Direito é explicado pela sua própria materialidade coercitiva e concreta. Toda a sua validade e imputação fundamentam-se na própria existência de uma organização normativa e hierarquizada. A concepção jurídico-normativo tipificada pelo caráter abstrato, genérico e institucionalizado tende a harmonizar os diversos interesses conflitantes no bojo da organização sociopolítica, bem como disciplinar e manter as diversas funções do aparelho estatal. Este caráter ideológico, passível de ser detectado na doutrina positivista, não é de forma alguma “reconhecido”, mas ‘ocultado’ pelo dogmatismo jurídico oficializado (...) Não será inoportuno lembrar que o formalismo jurídico enquanto ideologia do positivismo posto é o fruto da sociedade burguesa já formada, ou, pelo menos, da sociedade em que a burguesia já reforçou suficientemente as suas posições econômicas e políticas”.¹³⁷

Destarte, se a “vontade do legislador” e a conseqüente neutralidade do juiz (“aplicador da lei”) são sempre invocadas pela tradição, a necessidade da chamada segurança jurídica também tem prestígio, conforme aduz o jurista HERKENHOFF:

“A segurança jurídica é sempre invocada, quando se fala em alargar a missão criativa do juiz. A lei traduziria essa segurança. O afastamento da lei poria em perigo tal valor. Sem dúvida, uma das funções do Direito é preservar a segurança. Contudo, a Justiça é um valor superior a este. Jamais se poderá, em nome da segurança, consagrar a injustiça ou justificar a sentença contrária ao bem comum.”¹³⁸

O ato de julgar é um ato ideológico. Ideologia esta que prevalece, por exemplo, quando a Justiça do Trabalho é chamada para julgar as grandes demandas trabalhistas, como tratamos no primeiro capítulo. O sentido de ideologia não é

ou sobretudo eles; não tendo criado esse direito só para eles próprios; outras forças estiveram igualmente na sua base”. WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Lisboa: Presença, 1990, p.19.

¹³⁷ - WOLKMER, Antonio Carlos. **Ideologia, Estado e Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p.158.

¹³⁸ HERKENHOFF, João Baptista. **Como Aplicar o Direito**: Revista, ampliada e atualizada de acordo com a Constituição de 1988 e leis posteriores. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p.112.

utilizado aqui como de má-fé, mas sim no mesmo marco de PORTANOVA, ou seja, um conjunto de representações, saberes, diretrizes ou pautas de condutas, que está difundido nas instituições sociais.¹³⁹

Ora, quando o juiz interpreta a lei está condenado a fazer escolhas, a valorizar, até porque a lei contém suas lacunas e ambigüidades. Definir, por exemplo, se a nova lei salarial do governo fere ou não direitos adquiridos dos trabalhadores, garantidos pela antecessora, pressupõe que o intérprete terá que trabalhar com uma série de premissas: o sentido de direito adquirido, seus limites, sua aplicação no caso concreto e até o efeito que esta sentença terá para o mundo externo. As referidas escolhas podem até basear-se sempre pelos precedentes dos tribunais superiores, mas mesmo assim não deixará de ser uma escolha. Diante de qualquer sentença, temos sempre então um ato criativo-valorativo. Merece destaque a doutrina de CAPPELLETTI:

"Escolha significa discricionariade, embora não necessariamente arbitrariedade; significa valoração e "balanceamento", significa ter presentes os resultados práticos e as implicações morais da própria escolha; significa que devem ser empregados não apenas os argumentos da lógica abstrata, ou talvez os decorrentes da análise lingüística puramente formal, mas também e sobretudo aqueles da história e da economia, da política e da ética, da sociologia e da psicologia. E assim o juiz não pode mais se ocultar, tão facilmente, atrás da frágil defesa da concepção do direito como norma preestabelecida, clara e objetiva, na qual pode basear sua decisão de forma "neutra". É envolvida sua responsabilidade pessoal, moral e política, tanto quanto jurídica, sempre que haja no direito abertura para escolha diversa. E a experiência ensina que tal abertura sempre ou quase sempre está presente. Mais uma vez, nas palavras de eminente juiz inglês: Quem poderá negar agora que, para o

¹³⁹ - "O termo 'ideologia' é escorregadiço, polêmico e impreciso. Só na obra de Marx há treze significações diferentes (Menezes, E., 1983, p.141). Não falamos da ideologia do magistrado enquanto tal, mas de influências pré-jurídicas sobre significados, valores e fins humanos, sociais e econômicos, ocultos (ou não) que vão inspirar a decisão judicial. (...) A ideologia de que falamos não é má-fé, é um conjunto de representações, saberes, diretrizes ou pautas de condutas. Este complexo disperso, acumulado e pseudamente sistemático orienta, condiciona e governa atos, decisões e atividades. Não é uma realidade sensível e concreta, mas realidade imaginária e meramente possível, emanada do contexto socioeconômico. Está difundida nos preconceitos, costumes, religião, família, escola, tribunais, asilos, ciência, cultura, moral, regras gerais de conduta, filosofia, bom-senso, tradição. (...) Não há malícia no agir, mas age-se de forma imperceptível, inconsciente, através de mecanismos de controles sociais de forma a substituir na consciência a realidade concreta por uma 'realidade' representada. Por fim, a ideologia está a serviço da classe social no poder em determinado momento histórico, pois ao mesmo tempo em que mantém, legítima uma dada orientação, política, econômica e social (CHAUI, 1986, p.21)". PORTANOVA, Op. cit., p.17.

Direito, as decisões judiciais constituem uma contribuição criativa, e não meramente descritiva? Não há outra forma de fazer de modo diverso, na medida em que raro é o caso de decisão que não pressuponha a escolha entre duas alternativas ao mesmo tempo admissíveis”.¹⁴⁰

O jusfilósofo WARAT acentua que quando se interpreta procura-se sempre persuadir o receptor visando a convencê-lo do juízo valorativo formulado. Com efeito, qualquer sentença há de se justificar perante o sistema, demonstrando para isso que compactua com a ideologia do mesmo:

“[...]Os argumentos são persuasivos no Direito, quando não contradizem à ideologia de seus destinatários. Em última instância, a ideologia é o tribunal através do qual se mede a eficácia ou ineficácia de um argumento jurídico. Um juiz para produzir uma decisão seleciona seus argumentos não só tratando de persuadir sobre o tecnicismo de sua decisão, mas também atendendo à função socializadora que a sua sentença passará a cumprir. A argumentação judicial é sempre uma instância reprodutora dos valores predominantes. (...) Todo argumento judicial atende sempre a dois níveis retóricos: por seu intermédio justifica-se uma decisão e um sistema. Nunca uma decisão ficará claramente justificada se não provoca simultaneamente a reiteração periférica do sistema.”¹⁴¹

Ante os paradigmas supracitados é certo afirmar: se existe ideologia não existe neutralidade. Porque quando se age juridicamente está se valorizando algo. Falar, portanto, em neutralidade no ato de sentenciar soa como falsidade, é verdadeiro embuste que atende aos interesses do *status quo* de justificar o afastamento dos juristas dos problemas sociais. A pré-falada pureza do Direito é falácia, pois Direito é poder e poder não é puro. Com efeito, o Judiciário, enquanto instância do poder, não é uma “torre de marfim”, mas uma instituição que produz verdades jurídicas e, quando de forma independente nos moldes do constitucionalismo moderno, sua jurisprudência pode até afrontar os interesses dominantes.

¹⁴⁰ CAPPELLETTI, Mauro. Op. cit., p.33.

¹⁴¹ WARAT, Luiz Alberto, **Introdução Geral ao Direito, I Interpretação da Lei Temas para uma Reformulação**. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 1994, p100.

3.1.2 Juízes legisladores?

Em seu clássico “Juízes Legisladores?”, quicá um dos mais importantes estudos sobre o papel da magistratura na modernidade, CAPPELLETTI afirma que o verdadeiro problema atual não é mais considerar se o ato de julgar é, ou não, um ato ideológico e sim, “ (...) o do grau de criatividade e dos modos, limites e aceitabilidade da criação do Direito por obra dos tribunais judiciários”¹⁴². Longe de qualquer postura radical, o processualista italiano aponta que “vinculado a precedente ou à lei (ou a ambos), o juiz tem como dever mínimo apoiar sua própria argumentação em tal direito judiciário ou legislativo, e não (apenas) na “equidade” ou em análogos e vagos critérios de valoração.”¹⁴³.

Uma das características fundamentais das legislações sociais é fazer com que o estado venha a superar as funções tradicionais de proteção e repressão. Sendo que as atividades dos juízes, na interpretação de tais legislações, assumem, em geral, uma atividade bem mais aberta, aumentando-se, sobremaneira, o grau de criatividade, conforme aduz o professor italiano:

"É evidente que, nessas novas áreas do fenômeno jurídico, importantíssimas implicações impõem-se aos juízes. Em face de legislação social que se limita, freqüentemente, a definir a finalidade e os princípios gerais, e diante de direitos sociais essencialmente dirigidos a gradual transformação do presente e formação do futuro, os juízes de determinado país bem poderiam assumir - e muitas vezes, de fato, têm assumido - a posição de negar o caráter perceptivo, ou 'self-executing', de tais leis ou direitos programáticos. Sobre isso aprendemos alguma coisa na Itália, especialmente entre 1948 e 1956, ou seja, nos anos entre a entrada em vigor da Constituição e a criação da Corte Constitucional. [...] Mas, obviamente, nessas novas áreas abertas à atividade dos juízes haverá, em regra, espaço para mais elevado grau de discricionariedade e, assim, de criatividade, pela simples razão de que quanto mais vaga a lei e mais imprecisos os elementos do direito, mais amplo se torna também o espaço deixado à discricionariedade nas decisões judiciárias. Esta é, portanto, poderosa causa da acentuação que, em nossa época, teve o ativismo, o dinamismo e, enfim, a criatividade dos juízes."¹⁴⁴

¹⁴² CAPPELLETTI, Mauro. Op. cit., p.20.

¹⁴³ CAPPELLETTI, Mauro. Op. cit., p.25.

¹⁴⁴ CAPPELLETTI, Mauro. Op. cit., p.42.

É nesse quadro que surge o chamado uso alternativo do Direito, que tem como escopo não só a obtenção de novos direitos pelos explorados, mas, sobretudo, a utilização do que efetivamente já existe (concretização) e de uma releitura do direito vigente.¹⁴⁵ Ora, um dos grandes problemas dos direitos sociais no Brasil é a sua efetivação. Basta se pensar no Artigo 7º da Constituição Federal que aguarda desde a sua promulgação em 05 de outubro de 1988 que o legislador infraconstitucional venha efetivar diversos dos direitos que foram previstos pelo constituinte. É uma possibilidade previsível portanto, que o juiz baseado em princípios constitucionais, venha a ter interpretações inovadoras do arcabouço legal existente.¹⁴⁶

WARAT alerta sobre os sentidos do uso do direito alternativo: “o movimento contradogmático só pode continuar vital sem cair no *kitsch*, se abandonar as suas formas passadas, se construir a sua memória e aceitar o lado positivo da dogmática jurídica¹⁴⁷ . Para o professor portenho, não se pode pensar que ainda se está transitando nos anos 70 e 80 e admitir-se uma postura *contra legem* baseada no fato de que as leis e a dogmática doutrina são sempre expressões de uma forma de dominação. “É preciso considerar que não se pode combater o terrorismo do Estado opondo o terrorismo dos oprimidos porque terminariamos na mesma: homens que se alimentam da impunidade.

¹⁴⁵ - Cf. RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Ensino Jurídico e Direito Alternativo**. São Paulo: Acadêmica, 1993, p.218.

¹⁴⁶ - Considero interessante a análise feita pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos: "(...) Neste campo são várias as experiências um pouco por toda a parte. Referirei , a título de exemplo, o estudo que, com outros, realizei no Recife sobre os conflitos urbanos, sobretudo conflitos de propriedade da terra nos bairros marginais onde vive metade da população da cidade. Esta investigação revela que os habitantes dos bairros têm conseguido algumas vitórias nos tribunais, ainda que à partida os seus argumentos sejam relativamente frágeis em termos estritamente jurídicos. Estas vitórias configuram um autêntico uso alternativo do direito, tornado possível pela argumentação tecnicamente sofisticada de advogados altamente competentes, postos, gratuitamente , à disposição das classes populares pela comissão de Justiça e Paz da diocese de Olinda e Recife por iniciativa do bispo D.Helder Câmara (SANTOS, 1982b e 1983; FALCÃO ,1984). Mas também aqui a interpretação inovadora do direito substantivo passa pelo aumento dos poderes dos juizes na condução do processo." SANTOS, Boaventura de Sousa, **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez,1999, p.178.

¹⁴⁷ WARAT, Luis Alberto. O outro lado da dogmática jurídica. In:ROCHA, Leonel Severo (Org.).**Teoria do Direito e do Estado**. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor,1994, p.83.

Os tempos sem dúvidas são outros. Com os ventos democráticos advindos da Constituição Federal de 88, com seus institutos modernos e democráticos, aguarda-se a coragem dos magistrados para dar efetividade a tais institutos e que sejam conscientes de que “ (...) o julgamento implica na escolha de valores em conflito e que a própria escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos ¹⁴⁸. Ademais, os horrores do passado brasileiro (da ditadura militar de 1964 a 1985) não são mais obstáculos pelo terror imposto para tais escolhas. Aumenta a liberdade, aumenta a responsabilidade e, aumenta, também, inclusive, a possibilidade de imperfeições ...

3.1.3 As sentenças nos dissídios individuais do TRT/ES

As jurisprudências que analisaremos, advindas do segundo grau do TRT/17^a Região, sinalizam uma clara ruptura com a jurisprudência dominante do TST (Tribunal Superior do Trabalho). Escolhemos casos, que a nosso ver, pela sua constante incidência, simbolizam tal distanciamento sempre em prol de teses mais sociais. A efetividade de tais decisões é, contudo, duvidosa, haja vista os marcos do artigo 896 da CLT que permite a utilização de recurso de revista para o TST nas mais variadas hipóteses. ¹⁴⁹

Fica o registro que foge aos limites de nossas possibilidades fazer um trabalho mais acurado, de cunho quantitativo, sobre os números de sentenças do TRT/17^a.

¹⁴⁸ BIAVASCHI, Magda. Op.cit., p. 209

¹⁴⁹ - O lastro de possibilidades da interposição do recurso de revista é considerável, pois, conforme o artigo 896 da CLT cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando: a) deferem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte; b) derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida, interpretação divergente, na forma da alínea 'a'; c)

Região que não são providas no TST decorrentes da utilização de Recursos de Revistas.

Ademais, são sempre previsíveis questionamentos no sentido de que tais decisões oferecem falsas expectativas aos jurisdicionados, pois ocorrendo o recurso por parte da empresa a possibilidade de sucesso é garantida, se cumpridas forem todas as formalidades legais. Além do que, empresas com melhor capacidade econômica e gerencial não são atingidas pela realidade de tais sentenças pois recorrerão das mesmas, ao passo que os pequenos empresários da região têm maiores dificuldades para resistirem. O tema é complexo. E até sugeriria trazer à baila a discussão do efeito vinculante das súmulas, tema tão freqüente dos debates jurídicos, o que também não faz parte, todavia, do eixo deste trabalho, que quer tão-só questionar os efeitos sociais (pró-trabalhador) da jurisprudência do TRT da 17ª Região.¹⁵⁰

Acresce ainda dizer que, como qualquer tribunal, são normais periódicas modificações em sua composição original perante convocações constantes de substitutos. Isto faz variar também de forma constante sua jurisprudência, daí ser óbvio que os julgados ora apresentados não representam qualquer unanimidade na esfera do Tribunal, o que não diminui todavia, a significância das mesmas para a região, inclusive por tratar-se de um tribunal pequeno cujo segundo grau é composto de uma única turma.

proferidas com violação literal de disposição de lei federal, ou afronta direta e literal à Constituição Federal”.

¹⁵⁰ - É oportuno, porém, transcrever-mos algumas considerações interessantes de ROBERTO FRAGALE FILHO: “Trata-se de um projeto que, não obstante as respeitáveis vozes que o defendem, representariam um aferrolhamento do Poder Judiciário por cima. Consistentes teses sob um ponto de vista jurídico já foram produzidas para mostrar sua impropriedade, seja porque limitariam a independência da magistratura, seja porque afrontariam o preceito insculpido no art. 5º II, da Constituição Federal. Não creio proveitoso aprofundar tal argumentação jurídica. Ao contrário, surpreende-me que uma argumentação consistentemente política não tenha sido avançada para afastar tal proposta. Com efeito, na competição que se estabelece no espaço público, são formuladas demandas pela sociedade civil, as quais, uma vez rejeitadas por uma súmula vinculante, jamais poderiam ser colocadas em debates no interior do Poder Judiciário”. FRAGALE FILHO, Roberto. Uma análise da reforma do Estado. *Cidadania e Justiça*, Rio de Janeiro, n.6, jul. 1999, p.110.

. Primeiro caso: base de cálculo para o adicional de insalubridade e periculosidade

Determina o artigo 7º, inciso XXII, da Constituição Federal de 1988, ser direito dos trabalhadores urbanos e rurais a percepção de adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Gerou-se controvérsia, se a Constituição teria mudado as bases de cálculo de tais adicionais ao falar em “percepção de adicional de remuneração” pois que a CLT em seu artigo 192 é taxativa ao determinar que a insalubridade, em seus variados graus, máxima (40%), média (20%) e mínima (10%) é calculada sobre o salário mínimo; já a periculosidade conforme artigo 193 é de 30% sobre o salário do trabalhador sem os acréscimos resultantes de gratificação, prêmio ou participação nos lucros da empresa.

Inclinou-se, então, a jurisprudência do TRT/ES no sentido de que o legislador constituinte de fato desejou a mudança de tal base de cálculo revogando os artigos celetistas em tal particular, a saber:

"ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. BASE DE INCIDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Adicional de Insalubridade e Periculosidade. Base de Incidência. Nos termos do inciso XXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, a base de cálculo do adicional de insalubridade é a remuneração. A finalidade e a natureza do adicional de insalubridade são as mesmas dos diversos adicionais que são parcelas complementares ao salário e visam a compensar o empregado por um trabalho desgastante e penoso, prestado em condições mais adversas do que as normais. Todos incidem sobre o salário contratual: as horas extras são 50% maiores do que as normais, o adicional noturno em comparação com o diurno, a periculosidade do eletricitista é sobre o salário contratual, o adicional de risco dos portuários é sobre o salário percebido e, assim por diante. Não há razão lógica ou jurídica para dar tratamento diverso a situações semelhantes. Revogado pois, o art. 192 da CLT, dá-se provimento ao recurso. 2. Honorários Advocatícios. Devidos, em face da assistência sindical (Lei 5584/70)." ¹⁵¹

¹⁵¹ TRT/17ª Região, Recurso Ordinário 29994/95, Relatora: Juíza Maria Francisca dos Santos Lacerda, DJ/ES 20.01.96).

"ADICIONAL DE INSALUBRIDADE – BASE DE CÁLCULO – REMUNERAÇÃO.

O inciso XXII, do artigo 7º da Constituição da República, preceitua ser direito dos trabalhadores o 'adicional de remuneração para atividades penosas; insalubres e perigosas'. Remuneração, conforme DÉLIO MARANHÃO, é o total de proventos obtidos pelo empregado em função do contrato de trabalho e pela prestação do trabalho. Ademais, sendo pago o adicional referido como base no salário profissional, certamente as empresas procurarão uma forma de diminuir, ou até eliminar, os trabalhos insalubres. Ora, sendo princípio de hermenêutica que as leis não contêm palavras ou vocábulos ociosos, na lição inesquecível do mestre Carlos Maximiliano, temos que a nova "lex legum" não recepcionou o critério de cálculo anterior, estabelecendo outra base de cálculo que, sem sombra de dúvidas, é mais adequada para finalidade do instituto. Não custa lembrar que tarifar a "reparação" dos danos causados pelos agentes químicos na saúde dos empregados, com base no mínimo salário mínimo, seria mais um sinal de desprezo para com os trabalhadores. Se o atual critério ainda não é o ideal, ao menos não é tão cruel.

Conclusão: '... por unanimidade, em conhecer do apelo e, no mérito, por maioria, negar-lhe provimento, nos termos da fundamentação supra' ¹⁵²

"ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. O teor do art. 7º XXII, da Constituição Federal, a base de cálculo do adicional de insalubridade é a remuneração do obreiro. Recurso a que se nega provimento". ¹⁵³

Por seu turno, a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho estabeleceu-se de forma clara no sentido oposto, havendo inclusive orientação jurisprudencial da Seção de Dissídios Individuais- I que prevê expressamente: "Adicional de Insalubridade. Base de Cálculo, mesmo na vigência da CF/88: salário mínimo". Enfim, fica patente que os julgadores capixabas procuram, dentro do âmbito de sua criatividade (ideologia), estabelecer uma interpretação legal e, como vimos, não foge de uma explicação racional da lei, tendo, todavia, claro escopo de negar um caráter meramente perceptivo da lei, tendência interpretativa considerável conforme aduz CAPPELLETTI acima citado.

¹⁵²TRT/17ª Região, Recurso Ordinário 3580/96, Relator : Juiz Marcello Maciel Mancilha, DJ/ES 29.08.98.

¹⁵³TRT/17ª Região, Recurso Ordinário 5413/98, Relator : José Carlos Rizk, DJ/ES 17.11.99.

. Segundo caso: pagamento de verbas trabalhistas mesmo sendo o contrato nulo – vínculo empregatício com ente público sem concurso público

Conforme expressa previsão do artigo 37, inciso II da Constituição Federal de 1988, a investidura em cargos ou empregos públicos depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei, que é de livre nomeação e exoneração. A questão que se coloca é se ocorrendo a relação empregatícia (preenchidos todos os requisitos do artigo 3º da CLT: pessoalidade, onerosidade, não eventualidade e subordinação jurídica) caberia ou não o reconhecimento do mesmo pela Justiça do Trabalho e conseqüente condenação do réu nos haveres decorrentes.

Desde 19.09.2000, o Tribunal Superior do Trabalho cristalizou seu entendimento através do Enunciado 363, *in verbis*: “A contratação de servidor, após a Constituição de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no seu artigo 37, II, e parágrafo 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento dos dias efetivamente trabalhados segundo a contraprestação pactuada” (Res. Adm. n. 97, de 11.09.2000, DJ 19.09.00).

Por seu turno, grande parte da jurisprudência do TRT/17ª Região procura uma solução intermediária, entendendo, de fato, existir nulidade do contrato de emprego quando não preenchido o requisito do concurso público, mas determinando todavia, o pagamento de todas as verbas trabalhistas, fugindo, portanto, da restrição do enunciado do TST de somente pagar estritamente os salários devidos, *in verbis*:

CONTRATO DE TRABALHO. ENTE PÚBLICO. As Reclamantes foram contratadas para prestarem serviços educacionais mediante contratação temporária. O Juízo aqui reconheceu que o Município cometeu abuso ao contratar os obreiros, posto que tal admissão não guardaria consonância com as diretrizes estampadas com a Constituição Federal de 1988. Nada a modificar no entendimento da JCJ de Origem. Igualmente acertado o posicionamento adotado pela sentença de que a nulidade do contrato de

trabalho não exclui os direitos inerentes a toda a relação de emprego, bem como os específicos do ajuste nulo”¹⁵⁴

CONTRATO NULO. O art.37, II, tem como destinatário o administrador público que não pode nunca se desvincular dos princípios da legalidade e da moralidade. Se contratação irregular houve a responsabilidade é do agente da administração pública, não podendo o trabalhador, parte hipossuficiente nesta relação, ser punido pela inobservância do preceito legal.”¹⁵⁵

“Embargos declaratórios conhecidos e parcialmente providos para sanar omissão no acórdão quanto ao valor da condenação. [...] 2.2. MÉRITO. Embarga de declaração a reclamada, CDA – Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado do Espírito Santo, alegando a existência de omissão no acórdão, de fls. 164-169. Diz omissa o decíum porque não se manifestou acerca do Enunciado 363 do TST ao declarar a nulidade do contrato de trabalho e a condenação no pagamento das verbas indenizatórias. Não procede a argumentação. Conforme se verifica do item 2.2.1., o Tribunal entendeu pela nulidade do contrato de emprego, em face do disposto no artigo 37, II, da CF/88, mas reconheceu ao obreiro o direito à percepção das verbas trabalhistas devidas. O acórdão foi claro quanto à posição no julgamento do recurso ordinário, tendo se manifestado, inclusive, quanto ao posicionamento do C. TST.[...]”¹⁵⁶

. Terceiro caso: os planos econômicos

Sem querer detalhar todos os aspectos ligados aos chamados “planos econômicos” (“Plano Bresser”/1987, “Plano Verão”/1989 e “Plano Collor”/1990), limitamo-nos a relembrar que cada qual, ao implantar suas políticas salariais, foram taxados de inconstitucionais por amplos segmentos da comunidade jurídica pátria. Assim, estariam ferindo direitos dos trabalhadores, os quais teriam já preenchidos todos requisitos para terem a correção conforme metodologias apregoadas pelas leis salariais antecessoras.

A questão fora tão polêmica que o Tribunal Superior do Trabalho chegou a editar Enunciados (316 e 317), considerando que de fato fariam jus os trabalhadores às

¹⁵⁴ TRT/17ª Região, Recurso Ordinário 1263/96, Relator :José Carlos Rizk, DO TRT 30.09.96.

¹⁵⁵ Recurso Ordinário 2673/96, Relatora :Anabella Almeida Gonçalves, DO TRT 22.05.97.

¹⁵⁶ Embargos Declaratórios – Recurso Ordinário 4223/99, Relatora :Maria Francisca dos Santos Lacerda, DO TRT 29.11.2000.

diferenças do “Plano Bresser” e “Plano Verão” (quanto ao “Plano Collor” o Enunciado 316 negara tal direito). Esses Enunciados foram contudo cancelados, ante interpretações do Supremo Tribunal Federal que considerou todas estas leis constitucionais quanto ao aspecto da política salarial. A jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo “navegou contra a corrente” pois não sucumbiu ao já mencionado entendimento do Supremo sobre o tema, vejamos:

“ 1. Nulidade de Sentença [...] 6. Planos Econômicos. As diferenças relativas aos planos Bresser e Verão não podem ser reclamadas, porque prescrita a pretensão, o que não ocorre com aquelas do Plano Collor, que devem ser deferidas por se tratar de direito adquirido[...] Data Venia do C. TST, e do E.315, entendo que há direito adquirido, porque quando a lei revogou o reajuste pelo IPC do mês anterior já havia o direito e, apenas se aguardava o vencimento do mês para o pagamento da remuneração com o acréscimo. Dou provimento quanto ao 'Plano Collor', pois.[...]”¹⁵⁷

“PLANO COLLOR – MEDIDA PROVISÓRIA No.154. Quando da edição da Medida Provisória no. 154 o fato gerador do direito à atualização dos salários em 84,32 já se consumara: o fato aquisitivo e o direito já existiam, só seus efeitos eram futuros. O expurgo salarial ditado pelo citado diploma legal, por essa razão, ofendeu o princípio do direito adquirido.[...]”¹⁵⁸

“Sentença mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos – Recurso improvido. [...] PLANO BRESSER – IPC DE JUNHO/97. Em que pesem as opiniões em contrário, continuo com o entendimento de que com a vigência do Decreto Lei 2.335/87 ('Plano Bresser'), que congelou os salários, os trabalhadores já possuíam o direito do recebimento do IPC de junho/87, no importe de 26,06%, decorrente dos Decretos Lei nos. 2284/96 e 2302/86 [...]”¹⁵⁹

3.2 A problemática das sentenças nos dissídios coletivos

Falaremos em primeiro plano sobre: a sentença normativa, as polêmicas do poder normativo e por fim sobre o poder normativo no Espírito Santo.

¹⁵⁷ Recurso Ordinário 0743/97, Relator : Cláudio Armando Couce de Menezes, DO/ES 23.04.98.

¹⁵⁸ Recurso Ordinário 2162/98, Relator : Sergio Moreira de Oliveira, DO/ES 28.04.99.

¹⁵⁹ Recurso Ordinário 6695/91, Relator : Darcy Pereira da Silva, DO/ES 20.04.99.

Malgrado, apliquem-se na solução dos conflitos coletivos os mesmos referenciais teóricos para caracterizar qualquer sentença como ato de motivação ideológica, com alhures tratamos do assunto, a sentença normativa tem algumas características próprias que merece abordagem diferenciada.

A análise do conceito de conflito trabalhista de cunho coletivo faz-se necessária para compreensão da sentença normativa. Conflito coletivo pressupõe a existência do agrupamento, do grupo profissional ou econômico. Assim, fala-se, em suma, do interesse do grupo e não deste ou daquele empregado. A solução que se dá ao conflito, seja através de acordo, convenção coletiva ou da sentença normativa, assumirá sempre cunho abstrato.

Quando o conflito coletivo do trabalho não é resolvido de forma autônoma pelas partes, o Estado, através da Justiça do Trabalho, pode ser invocado para dar fim ao mesmo. Para tal, faz-se necessária a existência de uma ação, que dará início ao chamado processo de dissídio coletivo. Os titulares da ação, via de regra, são as partes envolvidas, muito embora, o Ministério Público do Trabalho, no caso de greve ou de lock-out¹⁶⁰, também tem legitimidade para propositura da ação.

A doutrina divide os dissídios coletivos de duas formas: os jurídicos (raros) e os econômicos. O primeiro, na correta interpretação de VIDAL NETO, tem como objetivo “ (...) a interpretação do Direito, mas sempre diante de um caso concreto e na presença de interesses coletivos. É a declaração da existência ou inexistência de uma relação jurídica”.¹⁶¹ Por seu turno, o dissídio coletivo econômico cria novas condições de trabalho, que se transmitem automaticamente para cada empregado que pertença à categoria envolvida no dissídio suscitado.

¹⁶⁰ lock-out é quando o empregador fecha seu estabelecimento com o objetivo de pressionar seus empregados a aceitarem determinadas condições de trabalho.

¹⁶¹ VIDAL NETO, Pedro. **Do Poder Normativo da Justiça do Trabalho**. São Paulo:Ltr, 1983, p.154.

A sentença normativa, seja de natureza jurídica ou econômico, é o resultado final do dissídio coletivo, conforme perfeita síntese de SIQUEIRA NETO, citado por RAMOS FILHO: “Dissídio coletivo é a forma de composição do impasse das negociações coletivas, através do Poder Judiciário. Frustrada a negociação coletiva ou a arbitragem privada para composição do conflito de interesses, o Dissídio Coletivo de Trabalho, ajuizado por qualquer das partes, transformará a negociação em processo judicial e solucionará a pendência através da sentença normativa”.¹⁶²

Cumpra ainda dizer, em síntese: a competência para julgar o dissídio coletivo é sempre de segundo grau, contudo, quando o dissídio exceder a jurisdição do segundo grau (categorias de âmbito nacional ou mais de uma unidade da Federação), a competência será do Tribunal Superior do Trabalho; sendo o cumprimento das decisões de forma imediata e tendo o recurso apenas efeito devolutivo; as decisões em dissídios coletivos podem ser estendidas para os restantes dos empregados da empresa ou para todos os empregados da mesma categoria profissional (artigo 869 da CLT); passado um ano da sentença normativa pode a mesma ser modificada se provadas as dificuldades do empregador em implantar a sentença ou demonstrada a existência de força maior ou caso fortuito.

Demonstrada a natureza jurídica e alguns desdobramentos da sentença normativa, cumpre indagar sobre seu alcance social. Ora, se os Tribunais do Trabalho podem criar normas, quais seriam as limitações para criação das mesmas e por quê não existe uma proliferação legislativa menos tímida?

A começar, a doutrina concentra duas teorias: a restritiva e a ampliativa. Aduz NASCIMENTO que:

“[...]a restritiva sustenta que, se determinado direito é disciplinado pela lei, não cabe a sua apreciação por dissídio coletivo, porque os trabalhadores já têm assegurada a vantagem que estão pleiteando [...]. A tese ampliativa não restringe o exercício do

¹⁶² RAMOS FILHO, Wilson. **O Fim do Poder Normativo e a Arbitragem**. São Paulo : LTR, 1999, p.13.

poder normativo, permitida a livre atuação dos Tribunais do Trabalho para agir, como se legisladores fossem, na criação de normas e condições de trabalho, à falta de qualquer limitação do Artigo 114 da Constituição Federal ...”.¹⁶³

Não se deve prescindir da leitura do artigo 114, parágrafo 2º da Constituição Federal de 1988, pois o mesmo é claro: não alude a qualquer outro limite que o mínimo da lei e da convenção, a saber: “Recusando-se qualquer das partes à negociação ou à arbitragem, é facultado aos respectivos Sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho”.

Contudo, a ideologia da cautela opera, notadamente, na jurisprudência dos Tribunais Superiores, o Ministro do TST, MANOEL MENDES DE FREITAS, sintetiza bem tal doutrina: “ (...) a atividade normativa é difícil, complexa e perigosa, podendo tornar-se incontrolável quanto aos efeitos e socialmente explosiva. Mais que aos limites da Carta Magna ou da lei ordinária, preso estará o Juiz “legislador” à sua consciência como tal, aos ditames do bem comum e, para ele e por ele, aos objetivos finais da tranquilidade social, da prosperidade do povo e da grandeza da Nação”.¹⁶⁴

Com efeito, é intuitivo considerar o controle que o TST tem sobre a jurisprudência dos regionais, como veremos adiante. Aliás, retornando ao primeiro capítulo, fica bem caracterizado o sucesso vivo da despolitização dos conflitos trabalhistas, brilhante criação advinda do Estado-Novo. O que veremos agora é o sentido que o poder normativo assume na atualidade.

¹⁶³ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 17 ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1997, p.595.

¹⁶⁴ FREITAS, Manoel Mendes de. Poder normativo da Justiça do Trabalho- poder regulamentar do chefe do poder executivo - análise comparativa. In: BARROS, Alice Monteiro de (Coord.). **Curso de Direito do Trabalho: estudos em memória de Célio Goyatá**. São Paulo: Ltr, 1994. 2 ed. ver. atual. e ampl. vl. 2, p.672.

A polêmica do poder normativo

O tema é complexo mas não é nada original. Decidimos incluí-lo em nosso trabalho haja vista a acirrada discussão. Revendo o primeiro capítulo, relembramos que a grande discussão que envolveu a Justiça do Trabalho (debate entre OLIVEIRA VIANNA e WALDEMAR FERREIRA) foi justamente sobre a legalidade ou não da grande “novidade” que representava o Poder Normativo. Deixamos ainda claro, que em sede sociológica, a grande função da Justiça do Trabalho foi a de dar uma resposta às grandes demandas trabalhistas, despolitizando o conflito através da intervenção do Judiciário. Com efeito, tal traço da Justiça do Trabalho ainda é um marco: “Segundo ARNALDO SUSSEKIND é no julgamento dos dissídios coletivos de natureza econômica que a justiça do trabalho desempenha a sua mais relevante função (“Instituições de Direito do Trabalho”, vol. 2, pág. 1.139), sendo o poder normativo o seu traço mais característico”.¹⁶⁵

Conforme aduz RAMOS FILHO, não é pequeno o número de doutrinadores que defendem “ (...) a solução jurisdicional dos conflitos trabalhistas (ACKER, 1986; PRADO, 1986; PRADO, 1986; GENRO, 1988; COSTA, 1991; BATALHA, 1991; MARANHÃO, 1993; BIAVASCHI, 1998, dentre outros)¹⁶⁶. Aduz ainda com propriedade o estudioso advogado do Paraná que o tema não se reduz a uma bipolarização ideológica entre juristas conservadores e progressistas:

“Ou seja, um jurista reconhecido ideologicamente como conservador defende o fim do Poder Normativo (MAGANO, 1994:23 e 198) enquanto a Juíza, reconhecidamente progressista do ponto de vista ideológico, defende a sua manutenção, com pequenos ajustes (Acker, 1986:62 e segs.). Por outro lado, há juristas conservadores que propõem sua manutenção (GIGLIO, 1986:69), enquanto juristas progressistas a sua supressão (SIQUEIRA NETO, 1994).”¹⁶⁷

Acresce dizer, que a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas) já se posicionaram contra o Poder

¹⁶⁵ ALBUQUERQUE, Op. cit., p.150.

¹⁶⁶ RAMOS FILHO, Wilson. Op. cit., p.14.

¹⁶⁷ RAMOS FILHO, Wilson. Op. cit., p.17.

Normativo.¹⁶⁸ Destaca ainda RAMOS FILHO as idéias de Tarso Genro, reconhecido jurista progressista de sólida formação marxista, para tal autor, o fim do Poder Normativo significa aumentar o poço de desigualdade da massa trabalhadora, pois quem for mais organizado, exemplo dos metalúrgicos, recebe parte maior do produto social que o capital destina para pagar a força de trabalho, instituindo uma concorrência indesejável internamente à classe trabalhadora, *in verbis*:

"A partir de tal perspectiva, quando uma categoria, mais fortemente organizada, firma uma norma coletiva com empresas de grande potencialidade (metalúrgicos e montadoras de veículos, por exemplo), Tarso Genro afirma que uma determinada parcela do produto social, que está destinada a remunerar a força de trabalho, fica apropriada de forma muito particular pelos trabalhadores daquele pólo moderno e desenvolvido do capitalismo. Para ele : 'Na verdade, é o conjunto das forças do trabalho, ou, na acepção mais comum, é o conjunto da sociedade que está pagando 'pelo acordo e que está se relacionando, de forma indireta, àquele acordo categorial: parte do que foi destinado, globalmente, para remunerar a força de trabalho na sociedade está sendo apropriada, 'privadamente ' através de uma relação corporativa.'".¹⁶⁹

A mesma vertente segue BIAVASCHI, que em sua dissertação de mestrado, trabalhando com os conceitos de hegemonia de GRAMSCI, acredita que o Estado

¹⁶⁸ - **Posição s/ Poder Normativo: Congresso Nacional da CUT-94** : " ' De todos os ramos do Judiciário é a Justiça do Trabalho aquela à qual a classe trabalhadora mais recorre. No entanto , a Justiça do Trabalho na realidade serve aos interesses do patrão , na medida em que se trata de instrumento de conciliação entre desiguais, ensejando acordos espúrios, flagrantemente lesivos ao trabalhador , que se vê obrigado a ceder parte daquilo que lhe é de direito. Além disso, não pune aqueles que deixam de cumprir com suas obrigações legais nas relações de trabalho , possibilitando o crescimento das demandas judiciais que sempre causam prejuízo ao trabalhador pela sua demora , com processos que chegam a ultrapassar dez anos até sua solução...No plano coletivo, a Justiça do Trabalho tem como objetivo principal a suavização do choque entre patrões e empregados. Com seu poder normativo, intervém de forma autoritária nas relações entre capital e trabalho, garroteando a evolução da capacidade de negociação e auto-solução dos conflitos coletivos'[Resoluções 5º CONCUR: 24]."(Ramos Filho, 1999:29).

Posição da ANAMATRA: "Em Congresso promovido pela ANAMATRA - Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas , no início de maio de 1996, por ampla maioria , os juizes trabalhistas aprovaram o fim do Poder Normativo da Justiça do Trabalho. Ao final do Encontro (conforme O Estado de S.Paulo, de 20.5.96), o anfitrião do evento, Presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas de São Paulo , sintetizando a oposição da magistratura à solução jurisdicional dos conflitos coletivos, mencionou que 'a Justiça do Trabalho não tem de interferir nos conflitos econômicos , baixando normas que não estão previstas na lei'[...] 'A negociação sempre é possível , não acontece porque o poder normativo acaba atropelando o acordo'."(Ramos Filho, 1999:29).

¹⁶⁹ RAMOS FILHO, Wilson. Op. cit., p.219.

(leia-se o Poder Judiciário) é uma instância capacitada para produzir a hegemonia¹⁷⁰ (os interesses dos trabalhadores), a saber:

" Transpondo tais formulações para o núcleo do debate, constata-se que a máxima de que relações de trabalho mais democráticas serão conquistadas através da contratação direta entre empregados e empregadores, sem *interferência do Estado*, é reveladora de um certo senso - comum que se busca desconstituir, qual seja : o ideal das relações de troca baseadas na igualdade formal dos contratantes. Observa-se que a idéia de contrato pressupõe pacto entre iguais. E a igualdade que, segundo Gramsci, é buscada pelo materialismo francês do século XVIII na redução do homem à categoria de indivíduo de uma espécie biológica que, mesmo distinguindo-se por seus dotes naturais, é essencialmente igual ao seu semelhante, envolve uma concepção que se tornou senso-comum e que se expressa na afirmação de que *siamo nati tutti nudi* . No entanto, o contexto da sociedade brasileira não permite seja internalizada a máxima de que , por terem nascido todos nus, os brasileiros são iguais e apresentam idêntica capacidade de gerar pactos.[...]"¹⁷¹

Firma ainda BIAVASCHI, que a autonomia das partes para celebrar acordos pode levar a verdadeiros retrocessos de conquistas, pois o retorno ao estado de natureza entre capital e trabalho conjuga-se com os interesses do neoliberalismo:

"Reflexão análoga faz-se quanto à mediação pelo Judiciário dos conflitos do trabalho - discussão que, também, envolve a questão da arbitragem privada, especialmente num momento de crise na organização dos trabalhadores que, através de sindicatos ligados à Força Sindical, têm ajustado acordos flexibilizadores de direitos conquistados, permitindo, por exemplo, a redução da jornada de trabalho com redução salarial correspondente e contendo cláusulas que instituem o banco de horas e o compromisso de não realizar greves . Com tais contornos, e sem deixar de lembrar que Gramsci superou as limitações do projeto *ordinovista* para reconhecer territórios privilegiados de síntese para além do espaço fábrica, afirma-se a importância do Judiciário como instância institucional apta à construção de parcelas de hegemonia , num processo de conquista da radicalidade democrática, ainda que muitas de suas ações orientem-se em sentido inverso . São reflexões que remetem ao exame das reformas constitucionais, em especial à reforma do Judiciário, em tramitação no Congresso Nacional. " ¹⁷²

¹⁷⁰ - Em síntese apertada podemos considerar que hegemonia em Gramsci significa uma liderança moral e intelectual que uma classe exerce na sociedade, valendo-se, entre outros institutos do Estado, que não é apenas força, mas também consentimento.

¹⁷¹ BIAVASCHI, Magda. Op. cit., p.185.

¹⁷² BIAVASCHI, Magda. Op. cit., p. 188.

Quanto às críticas da permanência de tal poder, destacam-se sua historicidade (já analisada no primeiro capítulo), a apatia de tal instituto (acima analisado) e pelo fato de só estimular conflitos, sendo ainda destacado o fato de que o Brasil é o único país a manter tal poder:

"Além das críticas baseadas no fato de que o Poder Normativo é originário da Carta del Lavoro de Mussolini, e, portanto, traria o pecado original em sua essência, ou no fato de que, na prática, as decisões dos Tribunais têm atendido muito mais aos ditames do capital do que do trabalho, há outras (Santos, 1993-a:60 e segs.) baseadas na forma binária de adjudicação judicial (deferir ou não deferir, sim ou não), na falta de especialização e de conhecimento dos magistrados sobre as relações concretas de trabalho, na possibilidade de criar uma dependência psicológica nos trabalhadores, no fato de que a intervenção estatal retira da greve seu potencial de pressão e, ainda, estimularia a conflitividade das relações capital/trabalho. (...) Há, ainda, as críticas vinculadas muito mais ao caráter antidemocrático da adjudicação judicial (Siqueira Neto, 1991) e à singularidade de 'ser o Brasil o último país do mundo onde ainda existe o poder normativo da Justiça do Trabalho, uma arbitragem estatal dotada de duas características essencialmente autoritárias: a de ser passível de uso mediante provocação unilateral e a compulsoriedade com que se impõe à outra parte (BENITES FILHO, 1994)".¹⁷³

Com efeito, foi nosso objetivo tão-só acentuar as variedades de opiniões que existem sobre o tema, sendo interessante notar que determinados estudiosos comprometidos com as lutas sociais (vide TARSO GENRO) admitem que juízes, sem a responsabilidade política decorrente de eleição popular, continuem a produzir normas genéricas para as categorias envolvidas nos conflitos, o que só vem a demonstrar, mais uma vez frisando-se, a complexidade do assunto.

. O poder normativo no Espírito Santo

O primeiro aspecto a ser ressaltado, analisando-se a quantidade de dissídios coletivos instaurados desde a instauração do TRT da 17ª Região, é o decréscimo acentuado que a utilização de tal instituto demonstra, senão vejamos:

¹⁷³ RAMOS FILHO, Wilson. Op.cit, p.220.

1991	162
1992	170
1993	64
1994	39
1995	39
1996	44
1997	49
1998	45
1999	25
2000	17

Fonte: Relatórios anuais do Tribunal

O sociólogo CARDOSO sustenta tese de que “ (...) a Justiça do Trabalho como árbitro parece ter se tornado um recurso de alto risco”¹⁷⁴, segundo o autor, isso se dá pela imprevisibilidade de suas soluções, razão pela qual as partes estão aprendendo a solucionar seus conflitos sem a presença do Estado. Para nós, é patente que como nos últimos anos, a inflação foi pequena, a utilização de tal ação teve a natural escassez, pois a reposição das perdas salariais, que sempre foi o “carro chefe” nos pedidos dos sindicatos, passou a ter uma possibilidade bem maior de êxito nas negociações diretas de patrões e empregados. Com efeito, a estatística demonstra que no ano de 2000 foram ajuizados tão-só 17 dissídios, dez vezes menos do que os dissídios ajuizados em 1992.

¹⁷⁴ - “ ... um simples vista-d’olhos nas sentenças normativas da Justiça do Trabalho em momentos cruciais da transição política brasileira revelará a extrema incerteza a que os atores capital e trabalho estão submetidos ao darem preponderância à arbitragem judicial. Tomando-se apenas a política salarial, as sentenças foram desfavoráveis aos trabalhadores em consonância com os esforços do governo para estabilizar a economia, e favoráveis a eles diante dos fracassos desses mesmos esforços: o Cruzado e seu fracasso, Bresser e sua *débâcle*, Plano verão e Planos Collor I e II, são apenas alguns exemplos do apogeu e crise de políticas econômicas acompanhadas de julgamentos sobre reposição de perdas salariais no início e reposição do período após a derrocada de cada um deles” CARDOSO, Adalberto Moreira. **Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal: a era Vargas acabou?** Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.60-61.

Fazendo uma análise qualitativa das decisões do Regional em confronto com as do TST, configuram-se, que em grau de recurso, muitas decisões do TRT capixaba sequer tiveram o mérito analisado, pois as preliminares levantadas (vg. exigência de quorum na assembléia dos trabalhadores para interposição do dissídio- Art.612 da CLT - ou falta de provas de negociações prévias antes da interposição do dissídio) foram admitidas. Ademais, várias greves iniciadas no Estado e consideradas legais pelo Regional foram reconhecidas como abusivas pelo TST.

Em relação ao primeiro caso, fazemos menção ao DC 39/97 em que são suscitantes o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Espírito Santo e o Sindicato da Indústria de Congelados, Supercongelados, Sorvetes, Concentrados e Liofilizados no Estado do Espírito Santo. Entendeu o Regional a possibilidade da propositura do dissídio nos seguintes termos:

Ementa: Assembléia – Assinatura dos presentes: Não existe qualquer exigência normativa, nem mesmo na instrução normativa do TST, no sentido de que as assinaturas dos presentes à assembléia sejam acompanhadas da identificação do trabalhador. ¹⁷⁵

O TST, contudo, entendeu que o sindicato dos trabalhadores não cumpriu várias exigências: não autenticou as cópias do edital de convocação, da lista de presença e da ata de assembléia; sua ata de assembléia não registrou de forma correta a pauta reivindicatória; não realizou assembléias em todos os Municípios em que tem base; e a presença de apenas trinta e cinco trabalhadores não confere legitimidade à entidade sindical; julgando, assim, o processo sem apreciação de seu mérito.¹⁷⁶

Outros Dissídios tiveram o mesmo destino (DC 5/95; DC 14/97, DC 38/97), demonstrando a formalidade do Colendo em auferir a legitimidade das assembléias dos trabalhadores, rigidez bem questionável ante o espírito de autonomia sindical esculpida na novel Constituição Federal de 1988.

¹⁷⁵ DC 39/97, Relator : Geraldo de Castro Pereira DJ/ES 08.12.97

¹⁷⁶ TST, RODC – 558. 666/99.9, Relator : Carlos Mahle, DJU 18.10.99

O segundo destaque fica para o julgamento dos movimentos paredistas. No DC 00012/96, o IESP – Instituto Estadual de Saúde Pública suscitou o Sindicato dos Médicos do Estado do Espírito Santo a fim de que fosse declarada a abusividade de greve, sendo que uma das razões “fortes” era o fato de que os médicos eram servidores públicos e não poderiam, por falta de previsão legal, realizarem a greve em curso. O Regional entendeu que isso não era obstáculo para reconhecer o direito de greve da categoria, *in verbis*:

"[...] Mérito. A falta de lei disciplinando especificamente a greve no serviço público não pode ter o condão de tornar ineficaz o direito de greve constitucionalmente assegurado ao servidor público. Havendo, como há, lei regulando o exercício de greve em atividades essenciais, possível a sua aplicação analógica até que se edite a lei prevista na Carta Magna; essa lei não pode proibir mas apenas disciplinar o exercício da greve. Em face disso, resulta que a ilegalidade da greve não resta configurada, julgando-se improcedente o pedido."¹⁷⁷

Totalmente oposto foi o entendimento do TST ao julgar o recurso ordinário interposto pelo IESP:

"DISSÍDIO COLETIVO. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. Ressente-se de impossibilidade jurídica o dissídio coletivo ajuizado por Sindicato de Servidor Público Civil contra pessoa jurídica de direito público interno, impondo-se a extinção do processo, sem julgamento do mérito, nos termos do Artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil."¹⁷⁸

Outro caso, trazido para análise é o DC 0009/95 onde é suscitante o Sindicato dos Operadores Portuários no Estado do Espírito Santo (patronal) e suscitado o Sindicato dos Estivadores, também do Estado. O sindicato patronal desejou a declaração da abusividade da greve, dizendo, em suma, que não foram cumpridas as formalidades da Lei 7.783/89 (Lei de Greve); o Regional entendeu que todos os requisitos foram cumpridos para deflagração do movimento paredista, a saber:

¹⁷⁷ DC 00012/96, Relator : Gérson Fernando da Sylveira Novais, DJ/ES 16.12.97

¹⁷⁸ RO-DC- 320.036/96.1, Relator : Almir Pazzianotto Pinto, DJU 16.12.97

"[...] Sem razão o suscitante, porquanto não há como se considerar abusiva a greve. Percebe-se, com facilidade, nos autos, que a negociação foi entabulada em nível nacional com a participação, inclusive, de um Ministro de Estado. [...] O movimento grevista somente foi deflagrado após o aviso prévio legal, conforme demonstram os documentos acostados. [...] Logo, a paralisação foi empreendida com o preenchimento de todos os requisitos exigidos na Lei 7.783/89, razão pela qual não há cogitar-se abusividade ou ilegalidade da greve. Ademais, em nenhum momento o suscitante procurou entendimento com o suscitado no sentido de se garantir a manutenção da atividade que julgasse essencial o que resulta na improcedência do pedido exordial. [...] Assim, declaro a não abusividade da greve, julgando improcedente o pedido inicial. [...]" ¹⁷⁹

Não obstante, o sindicato patronal recorreu e, mesmo com opinião contrária a do Ministério Público do Trabalho, o TST achou por bem considerar a greve abusiva porque: não se comprovou nos autos que a entidade patronal tivesse recebido comunicação de que os empregados iriam deflagrar o movimento grevista (inexiste contraprova do recebimento dos ofícios existentes nos autos); as cópias de greve comunicadas nos jornais não fazem às vezes do comunicado de greve que é sempre pessoal; e, finalmente pela inexistência nos autos de cópias das atas de assembléia devidamente convocadas, constituídas e aprovadas, especificamente no que diz respeito à paralisação dos trabalhos. Por tais conclusões, configurou-se a seguinte ementa: "*Em inobservadas os requisitos constantes da Lei 7.783/89, abusiva é a greve deflagrada.*" ¹⁸⁰

O pequeno painel demonstra a tensão existente na aplicação do direito coletivo entre os juízes do Regional e do TST . A valoração de determinados aspectos em detrimento de outros, insere-se nas chamadas escolhas de premissas, que por sua vez depende do conjunto de representações, saberes, diretrizes, etc.; é o que já denominamos alhures de ideologia ... Com efeito, mais uma vez, temos como acentuada a postura social dos julgadores do Regional, assim como caracterizada que a manutenção e, conseqüente eficácia de seus julgados, é fulminada pela intervenção do Tribunal Superior do Trabalho.

¹⁷⁹ DC 0009/95, Relator : Adilson Teixeira da Fonseca, DJ/ES 08.11.95

¹⁸⁰ TST – RO-DC 276360/96.9, Relator : José Luiz Vasconcellos, DJU 17.12.96).

3.3 O caso BANESTES

Explicam-se, em primeiro plano, as demissões, as atitudes legais que foram tomadas através do Sindicato dos Bancários e as razões pelas quais as decisões do TRT da 17ª Região, solidárias com os trabalhadores demitidos, não tiveram qualquer efetividade.

3.3.1 As demissões

Em outubro de 1996, repentinamente, foram demitidos centenas de funcionários do BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo, que até a presente data ainda é uma entidade estatal. O Sindicato dos Bancários no Estado do Espírito Santo imediatamente articulou tais demissões com a política neoliberal e taxou de “traidor” o Governo VITOR BUAIZ¹⁸¹, conforme observa-se no jornal da entidade sindical:

" Numa atitude covarde e servil ao neoliberalismo, o Governo do Estado demite 700 funcionários do Banestes: A maioria dos cidadãos do ES votou em Vitor Buaiz acreditando que, enfim, o Estado teria uma administração transparente, democrática e popular. Mas, Vitor Buaiz optou por governar para as elites seguindo exemplarmente a política do desemprego e da privatização do governo FHC. Inclusive , Vitor não pensou duas vezes antes de usar até mesmo de violência policial, como ocorreu durante a manifestação realizada pelos bancários do Banestes e servidores do Estado contra a aprovação de Desestatização na Assembléia Legislativa. [...] O governador , mesmo sendo médico, não hesitou em colocar na rua mulheres grávidas, portadores de doenças ocupacionais, inclusive um funcionário com câncer. Além desses, também foram dispensados bancários do Banestes que estão prestes a se aposentar." ¹⁸²

O sociólogo RICARDO ANTUNES, explica as mudanças ocorridas no chamado setor de serviços, na qual a atividade bancária está inclusa:

¹⁸¹ - O governador VITOR BUAIZ, por divergências políticas deixou o Partido dos Trabalhadores em dezembro de 1998 ingressando no Partido Verde.

¹⁸² VITOR BUAIZ trai o povo capixaba. **Correio Bancário** , Vitória, 22 a 23 out 1996 .nº 489,p.1.

“Retomemos então outras tendências que vêm caracterizando o mundo do trabalho. Tem ocorrido, nas últimas décadas, uma significativa expansão dos assalariados médios e de serviços, que permitiu a incorporação de amplos contingentes oriundos do processo de reestruturação produtiva industrial e também da desindustrialização. Nos EUA esse contingente ultrapassa a casa dos 70%, tendência que se assemelha ao Reino Unido, França, Alemanha, bem como às principais economias capitalistas (Wood, 1997 a: 5). Mas é necessário lembrar que as mutações organizacionais e tecnológicas, as mudanças nas formas de gestão, também vêm afetando o setor de serviços, que cada vez mais se submete à racionalidade do capital. Veja-se, por exemplo, o caso da intensa diminuição do trabalho bancário ou da monumental privatização dos serviços públicos, com seus enormes níveis de desempregados, durante a última década. O que levou Lojkine a dizer que a partir de 1975-80 começou a se desenvolver uma redução no ritmo de crescimento de setor de serviços, ampliando-se os índices do desemprego estrutural (Lojkine, 1995 a: 261)”¹⁸³

A explicação do Banco foi técnica: precisou demitir para melhorar sua competitividade:

“Conforme ainda Paulo França, o Banestes foi obrigado a dispensar os serviços de cerca de 500 funcionários e a adotar outras providências para se adaptar às exigências da nova situação econômica, caracterizada pelo desaparecimento do processo inflacionário e pela estabilidade da moeda. Por isso as demissões, em sua maioria, são irreversíveis. Destacou que foram encerradas atividades de algumas agências; contenção de todas as despesas; redução da contribuição destinada à Fundação Banestes de Seguridade Social (Baneses); captação de novos clientes e de depósitos; além da expansão e diversificação de serviços e produtos; e adoção de medidas para receber os débitos vencidos.”¹⁸⁴

Com efeito, procurou o sindicato reverter as demissões articulando-se com a sociedade civil:

“Os sindicalistas entregaram uma pauta de reivindicações que tem como primeiro ponto a suspensão imediata das demissões no Banestes. O Presidente da OAB/ES, Agesandro da Costa Pereira, solicitou a reabertura do diálogo entre Governo e trabalhadores. Já o arcebispo, Dom Silvestre Scandian, ratificou o pedido em nome da fé. (...) Diversos segmentos da sociedade civil capixaba estão se posicionando contrários às demissões ocorridas no Banestes no último dia 18. O Senador do PT, José Eduardo Dutra, esteve na manifestação em frente à Assembléia Legislativa na última segunda-feira, 21, prestando solidariedade aos bancários. Além das dezenas de telefonemas de repúdio à medida do Governo do Estado, o Sindicato dos Bancários começa a receber também manifestos escritos.”¹⁸⁵

¹⁸³ - ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999, p.111

¹⁸⁴ Banestes entra em conflito com a Justiça. *A Gazeta*, Vitória, 25 maio 1997, p.12.

¹⁸⁵ VITOR BUAIZ se cala diante do pedido de suspensão das demissões. *Correio Bancário*, Vitória, 25 a 28 out 1996. nº 490, p.01.

A possibilidade de uma solução política mostrava-se cada vez mais difícil, afirmando sempre o Banco que as demissões ocorridas eram uma questão de “vida ou morte” da instituição. Com a neutralidade do Governador, restavam aos bancários contar tão-só com uma saída jurídica para seu problema. A sorte estava lançada tão-somente na Justiça do Trabalho.

Reprisando frase da socióloga capixaba ANTÔNIA vista no segundo capítulo: “ (...) o departamento jurídico é o setor mais organizado dos sindicatos ...”.¹⁸⁶ Destarte, o departamento jurídico do Sindicato dos Bancários preparou uma verdadeira operação de guerra para atender os funcionários demitidos.

“O Sindicato dos Bancários montou um plantão jurídico e médicos para atender os funcionários demitidos do Banestes. Ninguém deve assinar qualquer documento antes de consultar a Assessoria Jurídica do Sindicato. Quem tiver dúvidas deve ligar para 223-1477, ou comparecer pessoalmente à sede da entidade.”¹⁸⁷

Restava começar a agir ...

3.3.2 As medidas jurídicas

Era preciso então articular as teses jurídicas para enfrentar o direito potestativo do Banco em demitir seus funcionários, um conceito tão caro ao direito de trabalho a partir da implantação do sistema jurídico do FGTS e que representou a primeira grande ruptura com as leis protecionistas, como podemos verificar no primeiro capítulo. A rigor, formularam-se três fundamentos básicos para tal: a proibição de demitir a não ser por razões justificadas nos termos da Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho); o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988 sobre as motivações dos atos administrativos e a legislação eleitoral.

¹⁸⁶ COLBARI, Antonia, Op. cit., p.170.

¹⁸⁷ Orientações jurídicas. *Correio Bancário*, Vitória, 25 a 28 out 1996. nº 490

A Convenção 158 da OIT teve seu texto aprovado em 29 de agosto de 1992, porém só foi registrado na OIT em 05 de janeiro de 1995, decorridos 12 meses conforme estabelecido pela própria Convenção, passou a ter plena vigência no Brasil segundo vários autores pátrios, inclusive, com todas as restrições para a demissão que traz em seu bojo.

Sobre tais, destaca-se o artigo 4º que determina que “não se dará término à relação de trabalho de um trabalhador a menos que exista para isso uma causa justificada relacionada com sua capacidade ou seu comportamento ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa, estabelecimento ou serviço”. Os artigos 13º e 14º determinam ainda, de forma minuciosa, uma série de procedimentos especiais para quando o empregador prevê “términos da relação de trabalho por motivos econômicos, tecnológicos, estruturais ou análogos”. Certamente, o Banco não tinha cumprido nenhum deles.

A partir de 04.09.97, perante decisão em liminar concedida, em parte, na Ação Direta de Inconstitucionalidade 1480-3, impetrada pela Confederação Nacional do Transporte – CNT, proferida no Plenário do Supremo Tribunal Federal, ficou estabelecido que a Convenção é norma programática, não sendo, pois, auto-aplicável. Posição que naturalmente passou a dominar também nas instâncias inferiores do Poder Judiciário.

A segunda tese baseava-se no fato de que o Banco, na qualidade de ente público da administração indireta, haveria de justificar seus atos, com fundamentos de direito e de fato conforme caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Contudo, no âmbito do TST, prevalece de forma amplamente majoritária que a sociedade de economia mista, assim como os demais entes públicos, estão abrangidos pelo artigo 173, parágrafo 1º, da Constituição Federal, sujeitando-se tão-só ao regime celetista, tendo, portanto, seus administradores amplos poderes para demitir seus empregados sem a necessidade de qualquer motivação especial.

A terceira tese esposava-se no artigo 13 da Lei 6091/74 (lei eleitoral) que aduz serem vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando direito de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada, nem qualquer direito para o beneficiário. Conforme este, os atos que no período compreendido entre 90 dias anteriores à data das eleições parlamentares e o término do mandato do Governador do Estado importem em nomear, contratar, resignar, readaptar ou proceder a quaisquer outras formas de procedimento ou funcionário; como nada existe sobre demissão a tese do sindicato foi de difícil sustento até mesmo no âmbito do Regional.

Com efeito, com tais argumentos, frágeis ou não, lançou-se o sindicato para a aventura jurídica, até porque no campo político não foi conseguido mobilizar os não demitidos de maneira efetiva, para paralisações ou greves, como era seu desejo. A primeira tentativa foi frustrante. Tentou-se uma ação de substituição processual envolvendo todos os trabalhadores demitidos que foi julgada extinta, sem apreciação do mérito por entender a Vara, que recebera tal ação, que não era caso de se aplicar o instituto da substituição processual. A entidade criticou a decisão e partiu então para para o penoso e lento caminho das ações individuais :

"A ação coletiva de reintegração dos demitidos do Banestes foi extinta pela Justiça do Trabalho sem o julgamento do mérito. Também foi extinto o processo que pedia a apresentação da lista dos demitidos. É surpreendente. A juíza da 3^a Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, [...] entendeu que o sindicato não poderia representar os empregados por meio de ação coletiva. [...] A decisão da juíza foi baseada num enunciado do Tribunal Superior do Trabalho que limita a utilização de ação coletiva a casos de cumprimento de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho e em caso de reivindicações salariais. Esse entendimento, no entanto, já foi totalmente superado. Até o Supremo Tribunal Federal tem se posicionado contrário a este enunciado.[...] Para acelerar o processo de reintegração, o Sindicato decidiu entrar com ações individuais em favor dos demitidos. É necessário que todos os que foram dispensados, independente de terem assinado ou não a rescisão contratual, procurem o Sindicato. Muitas pessoas já assinaram a procuração. A Assessoria Jurídica do Sindicato está encaminhando as ações pedindo a reintegração desses empregados."¹⁸⁸

¹⁸⁸ Reintegração depende de ações individuais. *Correio Bancário*, Vitória, 28 nov. a 02 dez. 1996, nº496, p.1.

Com as ações individuais, êxitos, pelo menos parciais, são obtidos. Muitas sentenças de Juntas são proferidas admitindo a ilegalidade da demissão inclusive procedendo a antecipação de tutela com a imediata reintegração do trabalhador fixando inclusive multa para hipótese do descumprimento da obrigação de reintegrar e ainda a responsabilidade criminal por desobediência à ordem judicial do representante do Banco. O Banco interpôs mandados de segurança contra tais decisões, mas também, em sua maioria, o 2º grau do Regional não cassa tais liminares sobre a alegação da inexistência de direito líquido e certo e por entender também ser tal remédio processual inapropriado por existir recurso próprio – recurso ordinário. A par de tudo, era urgente a necessidade de uma solução efetiva, a situação dos demitidos era caótica:

"SÉRGIO ROCHA HERNANDES, 37 anos, foi admitido em 1989 por meio de concurso. Trabalhava na Cense de Vitória. Tem três filhos e sua esposa está desempregada. Confira a entrevista concedida no primeiro dia de greve. [...] O que te levou a iniciar esta greve de fome? A necessidade. Tenho três filhos, minha esposa está sem emprego. Se não fosse a ajuda de parentes e vizinhos estaríamos passando fome." ¹⁸⁹

3.3.3 A falta de efetivação

O Banco não cumpria os mandados. A Justiça chegou a expedir mandado de prisão em face de seu presidente, REYNALDO ZANDOMÊNICO, mas o mesmo conseguiu habeas corpus junto ao Tribunal Federal da 1ª Região; é preservado. Sobre as questões das multas o Banco diz que prefere pagá-las a readmitir qualquer funcionário:

"Assessor do banco afirma que os cortes são 'irreversíveis' e que optou por pagar multa em vez de reintegrar servidores demitidos: A reestruturação do Banestes, com o enxugamento do seu quadro de pessoal, é um processo irreversível, segundo frisou ontem o chefe do departamento jurídico, Paulo França, ao confirmar a posição do banco de não acatar as reintegrações determinadas pela Justiça Trabalhista. 'Optamos por pagar as multas ao mesmo tempo em que todas as medidas judiciais estão sendo tomadas para proteger a organização e para evitar qualquer tipo de

¹⁸⁹ Desespero leva demitido do Banestes à greve de fome. *Correio Bancário*, Vitória, 28 nov a 02 dez 1996 nº 496, p.2.

constrangimento ao Presidente', continuou ele, referindo-se à proposta em discussão no Sindicato dos Bancários de pedir a prisão do presidente Reynaldo Zandomênicó, por descumprimento de decisão judicial.¹⁹⁰

Diante de tal impasse, como se noticiou na imprensa, foi deflagrado o confronto entre o Banestes e o TRT capixaba. Entendiam os juízes que a posição do Banco desmoralizava o Poder Judiciário. A radicalização chegou a tal ponto que a discussão centrava-se longe dos processos, sendo assumida pela associação dos juízes locais a luta pela efetivação das sentenças proferidas:

"[...]No entender do Presidente da Amatra, mais do que uma afronta ao Judiciário a decisão do Banestes preocupa as autoridades judiciais na medida em que possa ter consequências na iniciativa privada.' Imagine como vai interpretar o dono de uma padaria num bairro de periferia vendo uma instituição pública e séria como o Banestes desrespeitar a Justiça e ver não acontecer nada? Pode ser um precedente muito perigoso', disse ele ao salientar que a Justiça não pode dar um tratamento diferenciado entre instituição pública e privada."¹⁹¹

Sem questionarmos as boas intenções dos juízes capixabas em tal episódio, são oportunas as colocações do professor argentino EUGENIO RAÚL ZAFFARONI, no sentido de que é muito útil para os políticos transferirem para o Poder Judiciário as soluções dos agudos temas sociais; e mais: "os juízes, de sua parte, freqüentemente satisfazem ao seu narcisismo na medida em que, por lhes serem transferidos graves conflitos sociais, sentem-se projetados ao centro da atenção política, deste modo, não percebem que estão carentes de atuais expectativas, as quais em seguida gerarão frustração"¹⁹²

É deveras complexo definir se a situação em análise representa uma "inversão do político" em sentido crítico ou se trata do papel natural exigido atualmente do Poder Judiciário, com o aumento do ativismo de seus juízes conforme doutrina CAPPELLETTI, acima citado, lembrando tal autor a atuação especial dos juízes

¹⁹⁰ Banestes ignora liminar de reintegração. **A Gazeta**, Vitória, 23 abr de 1997, p.6.

¹⁹¹ Banestes entra em conflito com a Justiça. **A Gazeta**, Vitória, 25 maio 1997, p.7.

¹⁹² ZAFFARONI, Eugenio Raúl, **Poder Judiciário : crise, acertos e desacertos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p.33.

européus quando se trata da aplicação de leis sociais – Welfare State. Sobre o tema, aduz VIANNA:

"Em torno do Poder Judiciário vem-se criando, então, uma nova arena pública, externa ao circuito clássico 'sociedade civil- partidos- representação- formação da vontade majoritária', consistindo em ângulo perturbador para a teoria clássica da soberania popular. Nessa nova arena, os procedimentos políticos de mediação cedem lugar aos judiciais, expondo o Poder Judiciário a uma interpelação direta de indivíduos, de grupos sociais e até de partidos – como nos casos de países que admitem o controle abstrato das normas -, em um tipo de comunicação em que prevalece a lógica dos princípios, do direito material, deixando-se para trás as antigas fronteiras que separavam o tempo passado, de onde a lei geral e abstrata hauria seu fundamento, do tempo futuro, aberto à infiltração do imaginário, do ético e do justo."¹⁹³

De toda sorte, no caso em tela, a frustração existiu e foi grande. Ocorrem que as antecipações de tutela não eram cumpridas e nenhuma medida efetiva na verdade se conseguia. Por sua vez, no âmbito do TST, o Banco começava a agir com sucesso. Exemplo, foi a Reclamação Correicional 353.951/97.0, em que através de liminar foram sustadas 70 (setenta) reintegrações anteriormente concedidas, merecendo destaque o seguinte trecho da decisão do Ministro Almir Pazziantto Pinto (a decisão é monocrática) que bem releva a dicotomia na percepção jurídica do caso:

"O Banco do Estado do Espírito Santo provavelmente vive dias de extrema dificuldade, o que o obriga, à semelhança de outras instituições financeiras, a reduzir agências e diminuir o número de funcionários. [...] Não me parece recomendável, diante de quadro revestido de tantas incertezas, a imposição pelo Poder Judiciário de medidas extremas, como tutela antecipada, reintegrações por decisões liminares, multas e prisão de alto dirigente, sobretudo quando toma como fundamento de decidir a Convenção nº 158 denunciada pelo Governo Federal e alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade."¹⁹⁴

O tempo foi passando e, o Banco ia conseguindo reverter, através de recursos de revistas julgados no TST, diversas decisões do primeiro grau e segundo do TRT capixaba. Dessa forma, fazendo então prevalecer em muitos processos de forma definitiva a legalidade das demissões procedidas; quanto a outros, que ainda não

¹⁹³ VIANNA, Luis Werneck. Op. cit., p.17.

¹⁹⁴ Tribunal Superior do Trabalho, RC- 353.951/97.0, Ministro ALMIR PAZZIANOTTO, DJU 02.07.1997

tivessem o recurso de revista julgado tudo permanece na “estaca zero”, não tendo também qualquer efetividade as decisões das antecipações de tutelas.

Inclusive, muitos bancários premidos pela necessidade e incerteza da demanda acabaram por fazer acordos judiciais em seus processos (os pedidos geralmente além da reintegração incluíam horas extras, danos morais, entre outros) transacionando também a reivindicada reintegração. Caberia, quiçá, como finalização deste tópico, de forma trágica para ótica dos demitidos, a utilização do título da famosa comédia de WILLIAM SHAKESPEARE: *Muito barulho por coisa nenhuma* ..

Demonstradas as dificuldades de efetivação das sentenças do Tribunal capixaba é oportuno analisar as possibilidades de novas formas de solução dos conflitos trabalhistas fora da jurisdição da Justiça do Trabalho. Além disso, cabe indagar se o Tribunal, com sua inclinação ideológica pró-trabalhador, exerce ou não alguma influência na relação empregado-empregador na região..

CAPÍTULO IV

NOVOS ENCAMINHAMENTOS PARA OS CONFLITOS TRABALHISTAS

Este capítulo volta-se para a análise das novas possibilidades de soluções dos conflitos trabalhistas: arbitragem e comissões de conciliações prévias, enfocando sua problemática genérica e também o que já fora realizado na região. No último tópico, realizaremos um balanço sobre as perspectivas de solução dos conflitos coletivos e individuais trabalhistas no Estado.

4.1 A arbitragem

Com o advento da Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996, também conhecida por Lei Marcos Maciel, que trata da regulamentação da arbitragem, descortinou-se uma nova realidade de solução dos conflitos relativos aos direitos patrimoniais disponíveis. Ressaltando também que antes do citado diploma legal o laudo arbitral tinha que ser homologado por sentença para que fosse revestido de autoridade de coisa julgada e para que se tornasse exequível.

Procuraremos contextualizar a promulgação da Lei 9.307/96, com o momento histórico e contemporâneo em que a mesma é colocada, trabalhando, a nosso ver, com uma intrincada questão: a lei de arbitragem representa algum tipo de avanço social, ou ela é mera decorrência da crise do Estado-Nação e da atual força da ideologia neoliberal? Por fim, abordaremos a arbitragem e sua relação com o Direito do Trabalho, ou seja, a possibilidade de sua utilização para solucionar as controvérsias trabalhistas.

Para finalizar nossa introdução, cabe indagar sobre: o que é propriamente arbitragem? Esclarece o professor CARLOS ALBERTO CARMONA, citado por

MORAES¹⁹⁵: “ (...) uma técnica para solução de controvérsias através da intervenção de uma ou mais pessoas que recebem seus poderes de uma convenção privada, decidindo com base nesta convenção, sem intervenção do Estado, sendo a decisão destinada a assumir eficácia de sentença judicial”.

. O acesso à justiça: uma visão positiva da arbitragem

Pensar na efetividade dos direitos tem sido uma preocupação moderna, notadamente com a evolução do Estado para uma concepção mais social – o *Welfare State*.¹⁹⁶ O processualista italiano CAPPELLETTI é sem dúvida uma das figuras mais destacadas nesta direção, sendo autor, junto com BRYANT GARTH, do clássico *Acesso à Justiça*. Com correção, aduz MORAES: “Os ensinamentos traçados pelo processualista MAURO CAPPELLETTI em sua obra *Acesso à Justiça* consagram a incessante peregrinação do mesmo em busca de novos rumos ou caminhos que tornem a Justiça mais idônea e adequada à sociedade e aos homens do nosso tempo.”¹⁹⁷

Com efeito, a referência a MAURO CAPPELLETTI é quase obrigatória por aqueles que desejam falar em um acesso à Justiça realmente abrangente, e a cronologia que o processualista italiano fez sobre a evolução de tal acesso ganhou carreira, tendo a mesma, em sua ótica, iniciada em 1965 e que guarda a rigor três fases, *in verbis*:

“Podemos afirmar que a primeira solução para o acesso – a primeira 'onda' desse movimento novo – foi a *assistência judiciária*; a segunda dizia respeito às reformas tendentes a proporcionar *representação jurídica para os interesses 'difusos'*, especialmente nas áreas de proteção ambiental e do consumidor; e a terceira – e mais recente – é o que nos propomos a chamar simplesmente '*enfoque de acesso à justiça*' porque inclui os posicionamentos anteriores, mas vai muito além deles, representando,

¹⁹⁵ MORAES, Jose Luis Balzan. *Mediação de Arbitragem. Alternativas à Jurisdição*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999, p. 19.

¹⁹⁶ Podemos caracterizar tal Estado da seguinte forma: “O Estado afirma-se como portador de interesses gerais, acima dos particulares das diferentes classes, com suporte na idéia de compatibilidade entre crescimento econômico e políticas sociais, acumulação e legitimação, com ampliação das despesas sociais”. BIAVASCHI, Magda Barros. Op. cit. p.16.

¹⁹⁷ MORAES, José Luis de Bolzan. Op. cit., p.173.

dessa forma, uma tentativa de atacar as barreiras ao acesso de modo mais articulado e compreensivo”.¹⁹⁸

A arbitragem situa-se assim na terceira “onda” junto com os tribunais de pequenas causas, pois esta fase, conforme aduz MORAES, “ (...) preocupa-se com o emprego de técnicas processuais diferenciadas, para tornar a Justiça mais acessível, tais como a simplificação dos procedimentos e a criação de vias alternativas de solução de controvérsias.”¹⁹⁹

Outro não é o pensamento dos autores que trabalham com a possibilidade do pluralismo jurídico, a exemplo de WOLKMER, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, que compreende que “ (...) diante da complexidade e da multiplicidade de espécies de conflitos produzidos pelas atuais sociedades capitalistas, talvez a resposta eficaz para a implementação de uma Justiça menos ritualizada e burocrática, mais flexível, rápida e informalizada, seja o alargamento da “mediação” e da “conciliação” em direção à instituição dos “juizados de pequenas causas.”²⁰⁰

A informalidade é pois traço, característico da arbitragem idealizada como um bom serviço para a Justiça: “Os exemplos mais promissores desse novo esforço enfatizam muitos dos traços encontrados nos melhores sistemas de arbitragem – rapidez, relativa informalidade, um julgador ativo e a possibilidade de dispensar a presença de advogados”.²⁰¹

Demonstrada então a expectativa otimista com tal instituto, falaremos agora sobre dois destaques que consideramos importantes na obra do processualista italiano. O primeiro é no sentido de compreender a importância que o processo tradicional ainda tem. CAPPELLETTI, citando MASTER JACOB, aduz: “A engrenagem judiciária formal de cortes de Justiça, naturalmente, continuará a ser necessária e vital

¹⁹⁸ CAPPELLETTI, Mauro, GARTH, Bryant, *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988, p.173.

¹⁹⁹ MORAES, José Luiz Bolzan. Op. cit. p. 184.

²⁰⁰ WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, Estado e Direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997 p.268.

²⁰¹ CAPPELLETTI, Mauro. Op.cit.,p.98.

não só para lidar com importantes questões de Direito, incluindo temas de significação constitucional, como também para julgar questões vultosas e substanciais que afetem interesses vultosos e substanciais.”²⁰². O outro ponto é quando o grande processualista observa que o caminho de simplificação do processo tende a esvaziar a figura do advogado (interessante contradição a nosso ver, pois mostra que muitas vezes a simplificação pode sofrer óbvias resistências dos próprios juristas profissionais!). Cita CAPPELLETTI, o Professor Halbach:

"Um elemento chave na solução de problemas que se estendem desde a sobrecarga dos tribunais à prestação dos serviços de advogado deve ser um esforço concentrado e consciente dos próprios juristas, bem como dos demais, para encontrar meios de simplificar ou eliminar parte do trabalho dos advogados. Em suma, por incrível que pareça, os advogados deveriam lutar por reduzir seu próprio campo de atuação”.²⁰³

. O Direito no Neoliberalismo: desconfiças sobre o papel da arbitragem

Antônio de Souza Prudente, citado por MORAES²⁰⁴, sustenta que a lei de arbitragem no Brasil advém justamente neste nosso momento, não em função dos anseios populares, mas das *ideologias do neoliberalismo capitalista*. Não deixa ainda de ser emblemático o fato de que a iniciativa da lei partiu do PFL (Partido da Frente Liberal), através do Vice-Presidente MARCOS MACIEL cujo partido, como se sabe, defende abertamente em seu programa as teses do chamado *estado mínimo*.

Mas o que seria exatamente o modelo de Direito no neoliberalismo? Como chegou ele a ser o que é? Que estilo de direito corresponde a cada modelo? A matéria é extremamente complexa, consideramos impossível falar em hegemonia de um único modelo (liberal, *welfare state* ou neoliberal), pois existem traços que se cruzam no Estado brasileiro, que é chamado muitas vezes a ter papéis contraditórios. De toda forma, considerando as limitações desse trabalho, apresentamos a conceituação

²⁰² CAPPELLETTI, Mauro. Op. cit., p.76.

²⁰³ CAPPELLETTI, Mauro. Op. cit., p.156.

²⁰⁴ MORAES, José Luiz Bolzan. Op. cit., p.174.

proposta por RAMOS FILHO que tem como paradigma os modelos de solução de conflitos em cada forma política de Estado:

- " a) no modelo de Justiça liberal o objetivo básico a ser buscado era a permanência das estruturas sociais (resguardar as 'tradições', os 'bons costumes', as 'estruturas sociais', a 'família e a propriedade', a 'paz social', não importando a que preço), porque ao juiz caberia somente 'aplicar a lei' aprovada pelo parlamento, nunca a questionar;
- b) no modelo de Justiça intervencionista (que em sua versão burocrática-autoritária, quer em sua versão de *welfare state*), o objetivo fundamental perseguido seria o das mudanças planejadas (ao aplicar a lei o juiz deve mirar a sociedade e balizar sua decisão com vistas à sociedade ou com vistas a uma das classes que a compõem);
- c) diferentemente dos dois modelos anteriores, o objetivo principal do modelo de Justiça contemporâneo do neoliberalismo seria o das mudanças autocontroladas, quer para responder às demandas sociais sempre de forma fragmentária ('solucionando' conflitos: através da repressão ou do atendimento a algumas delas), quer para – ausentando-se do conflito –, deixar que as partes, na sociedade civil, por mecanismos que elas próprias elejam, resolvam-no à margem do Estado".²⁰⁵

Seguindo a mesma linha de pensamento, o sociólogo e professor da USP, FARIA, aponta que a sociedade moderna é formada na verdade por um conjunto de sociedades complexas, as quais convivem com os Estados de forma tensa e até mesmo arriscada. Sendo certamente que o Estado não pode pensar em realizar suas políticas sem uma grande negociação e colaboração com tais sociedades (que são as mais variadas, desde as empresas multinacionais até as ONG's). O professor faz então a seguinte abordagem:

"Este é, justamente, o momento histórico em que o Estado assume suas feições eminentemente *neoliberais*. Ao contrário do Estado liberal clássico, com sua estrutura político institucional assentada na centralidade e exclusividade da produção legislativa e na divisão dos poderes, e do Estado intervencionista ou 'providenciário', voltado à realização e consecução de um projeto sócio-econômico bem definido. Este Estado assume uma dimensão organizacional mais reduzida, enxuta ou compacta e passa a ser pautada e condicionada pelo mercado e por seus atores dominantes – conglomerados empresariais transnacionais, instituições financeiras internacionais, organismos supranacionais, entidades de classes, câmaras de comércio, associações de consumidores [...] No âmbito do Estado *neoliberal*, em outras palavras, é a economia

²⁰⁵ RAMOS FILHO, Wilson. Op. cit., p.136.

que, efetivamente, calibra, baliza e pauta tanto a agenda quanto às decisões políticas e jurídicas.”²⁰⁶

RAMOS FILHO aduz com propriedade que no mundo neoliberal, “ (...) ganham evidências as formas autocompositivas puras (conciliação, negociação, mediação) ou mista (as várias formas de arbitragem que, surgindo da autonomia da vontade das partes envolvidas, atribuem a um terceiro o poder de dirimir a controvérsia), em auxílio, em paralelo ou em concorrência com a forma heterocompositiva clássica: o Judiciário Estatal.”²⁰⁷

Existe um mundo que não se divide hoje somente entre capitalistas e trabalhadores, mas sobremaneira entre incluídos e excluídos.²⁰⁸ A arbitragem *hoje* é correlata aos primeiros, aos que têm patrimônios, aos que são capazes de suportar os ônus próprios de tal estilo de processo. Os segundos são freqüentadores da justiça penal e quando muito, da Justiça do Trabalho e dos tribunais de pequenas causas, conquanto não deixe de ser tal acesso uma conquista social importante. Mais uma vez, citamos RAMOS FILHO: “(...) Estado mínimo, Direito mínimo, Justiça mínima, que não atrapalhem as formas privadas de resoluções de controvérsias entre os *incluídos* na sociedade pós-moderna. Aos *excluídos*, a boa e velha Justiça Estatal, segundo o modelo liberal, com as características antes mencionadas”.²⁰⁹

Com efeito, mesmo demonstrado que a promulgação da lei de arbitragem no Brasil guarda correlações íntimas com toda a lógica que permeia o Direito em um

²⁰⁶ FARIA, Jose Eduardo. **Os Novos Desafios da Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1995.

²⁰⁷ RAMOS FILHO, Wilson. Op. cit., p.139.

²⁰⁸ - Para melhor entendimento de tal pensamento: “Essa matriz denuncia a existência de um número cada vez maior de indivíduos marginalizados, alijados do processo produtivo e munidos de um único desejo: inserir-se. Os efeitos de tal lógica afetariam até mesmo o exercício da cidadania, pois os inempregáveis tornar-se-iam dispensáveis. Far-se-ia, então, necessário pensar uma nova lógica de inserção social, não limitada ao mercado de trabalho e ao seu tradicional veículo, o emprego, mas sim associada a idéia de ocupação. (...) O problema de hoje não mais seria a exploração, mas sim a exclusão. Em outras palavras, a solução consistiria na criação de instrumentos e formas de ação política, que permitam a realização da integração social, ainda que as relações sociais já existentes, presentes no setor dos *incluídos*, sejam cada vez mais perversas em termos de exploração”. ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende, FRAGALE FILHO, Roberto, MONÇÃO, Sarah Cristian Faria. Op. cit., p.294.

²⁰⁹ RAMOS FILHO, Wilson. Op. cit., p.150.

Estado Neoliberal, não nos parece que o instituto torne-se inviável dentro de uma perspectiva social. Pois, as características apontadas por CAPPELLETTI como já acima referimos (rapidez, relativa informalidade, um julgador ativo e a possibilidade de dispensar a presença de advogados), continuam a interessar em muito ao *homem pequeno*, visto que aumentam em muito as possibilidades do mesmo vir a reclamar seus direitos.

É evidente que a perspectiva da atual lei não leva a melhorar as perspectivas de acesso à Justiça dos setores mais explorados da sociedade, ante seu caráter elitista. Contudo, deve ser lembrado, que o Estado, e até integrantes da própria sociedade civil, podem também ser estruturados para agirem enquanto árbitros e, se não comprometida a dinâmica própria do instituto, tal perspectiva poderia ser uma alavanca séria para uma justiça mais social. Analisando fórmulas governamentais de solução do conflito dos consumidores, CAPPELLETTI afirmou que “ (...) as recentes experiências de proteção aos consumidores demonstram que a arbitragem governamental das demandas deles pode evitar os problemas básicos dos programas particulares – relacionados à legitimidade e ao grau de participação das partes interessadas – ao mesmo tempo em que assegura as vantagens de baixo custo, celeridade e especialização.”²¹⁰ Curioso é o fato que tais comissões, existentes na França e Suécia, a par de suas soluções não precisarem ser respeitadas pelas partes, são em maioria. A legitimidade de tais decisões praticadas por leigos, a informalidade e o fácil acesso são a tônica de tais procedimentos. Eis o emblemático exemplo francês citado por CAPPELLETTI:

"As Comissões de Conciliação para Queixas dos Consumidores, da França foram estabelecidas experimentalmente em apenas seis (dentre os 95) departamentos franceses, mas os resultados têm sido tão bons que, por volta de novembro de 1977, o sistema foi estendido a todo o país. Ele envolve uma série de procedimentos simples que começam com uma carta à 'caixa postal 5000' e culminam, se necessário, com uma audiência perante uma comissão composta pelo Diretor Departamental de Concorrência (Comercial), um representante dos consumidores e outros das organizações profissionais. A omissão busca ter acesso aos aspectos técnicos do

²¹⁰ CAPPELLETTI, Mauro. Op. cit., p.127.

problema e propor uma solução apropriada, a qual, embora não precise ser adotada pelas partes, tem sido geralmente aceita, como demonstra a experiência.”²¹¹

Podemos então considerar que “ (...) as disfunções do Judiciário, principalmente a lentidão dos processos, seus custos e o formalismo excessivo, desencadearam um movimento de crítica que contribuiu para conscientizar as pessoas da necessidade de adotar soluções para a crise. Portanto, a arbitragem é uma forma de resposta à crise do Judiciário.”²¹² Contudo, temos como claro que a arbitragem, na forma que foi disciplinada pela atual legislação, trata-se de mais uma etapa da política neoliberal. É uma Justiça que funciona bem para regular os conflitos interclasses. Desconsiderando, contudo, os excluídos, os explorados, que só poderiam aproveitar-se de tal instituto dentro de outros modelos, como os acima transcritos, em que são garantidas a gratuidade de acesso e a legitimidade dos árbitros.

. A arbitragem no Direito do Trabalho

É de aplicabilidade pacífica o uso da arbitragem para as soluções dos conflitos coletivos trabalhistas, pois decorre de previsão constitucional, conforme dispõe o parágrafo segundo do artigo 114 da Constituição Federal de 1988, *in verbis*: “Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros”. Com efeito, valorizar a negociação direta entre as partes, nos conflitos trabalhistas, em busca da heterocomposição, foi sobremaneira valorizada pela Constituição, pois se tornou obrigatório ultrapassar tal etapa para só então se ajuizar o dissídio coletivo, conforme estipulado pelo parágrafo segundo do artigo constitucional referido: “Recusando-se qualquer das partes à negociação ou à arbitragem, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo ...”.

No plano prático, conforme Instrução Normativa n.04/93 do TST, são exigidas não apenas a negociação direta, mas também, a mediação dos órgãos do Ministério do

²¹¹ CAPPELLETTI, Mauro. Op. cit., p.128.

²¹² ROCHA, Jose de Albuquerque. **A Lei de Arbitragem**(Lei 9.307, de 23.9.96 uma avaliação crítica). São Paulo: Malheiros, 1999, p.20.

Trabalho, como requisito para o ajuizamento de dissídio coletivo. Tais medidas, que adquirem contorno de uma mediação obrigatória, são polêmicas, visto que, como aduz o juiz paraense FRANCO FILHO²¹³, descaracteriza o aspecto facultativo da arbitragem.

Na atualidade, algumas leis ordinárias trabalhistas fazem menção expressa à arbitragem: a atual lei de greve (Lei 7.783/89) aduz que as relações obrigacionais no período da paralisação poderão ser regidas por laudo arbitral; a Medida Provisória n.1487/96, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados, admite a possibilidade das partes definirem critérios através de acordo coletivo ou mediante a constituição de uma comissão mista, que não chegando a um consenso, poderá implicar em uma “arbitragem de ofertas finais”; a Lei n. 8630/93 que trata da regulação do trabalho portuário dispõe também que uma comissão paritária deve ser constituída para resolver divergências podendo haver recurso à arbitragem em caso de impasse. Fica contudo caracterizado, que tais diplomas tratam todos de demandas coletivas.

Como outros estudiosos do tema, aponta com propriedade FRANCO FILHO²¹⁴, que a grande desvantagem da arbitragem está em seu alto custo contrastando com o procedimento gratuito da Justiça do Trabalho. Caberia contudo, a nosso ver, o seguinte contraponto: quando o litígio envolve de forma individual o trabalhador, tal argumento é plausível, todavia, os sindicatos ou associações de classe, no caso dos conflitos coletivos, em tese, teriam muito mais possibilidades de arcarem com tais custos.

Uma outra possibilidade de barateamento seria utilizar o Ministério Público do Trabalho como árbitro. É que existe regra expressa, conforme dicção do Artigo 83, IX, da Lei Complementar n.75/93, que prescreve como função do MPT “ (...) atuar como árbitro, se assim for solicitado pelas partes, nos dissídios de competência da

²¹³ FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. *A Nova Lei de Arbitragem e as Relações de Trabalho*. São Paulo: LTR, 1997, p.13.

²¹⁴ FRANCO FILHO, Georgenor de Souza. *Op. cit.*, p. 19.

Justiça do Trabalho". Contudo, são raras as experiências com a arbitragem envolvendo tal órgão.

Mas qual o sentido da arbitragem no âmbito trabalhista? Consideramos como assertiva a resposta sugerida pelo advogado LOGUERCIO que considera assim as possibilidades de tal instituto:

"A arbitragem poderá satisfazer, à lógica de setores mais organizados se mantido o atual panorama político-sindical. Assim como tem funcionado relativamente bem para os setores de ponta da economia mundial, para a solução de divergências entre as empresas transnacionais - especialmente na ausência ou desconfiança de uma jurisdição internacional -, também poderá servir como meio de solução de conflitos coletivos de trabalho para aqueles setores que se vêem hoje em contexto defensivo ante a progressiva perda de benefícios assegurados no período em que o Estado, sob o pretexto de distribuir direitos, acentuou as diferenças."²¹⁵

Não bastassem as limitações naturais de tal instituto no campo trabalhista, uma outra polêmica é sentida, quanto aos dissídios individuais. Até mesmo sua possibilidade legal é colocada em dúvida, pois, para muitos, por tratarem-se os direitos individuais de direitos indisponíveis, seria impraticável falar-se em aplicação da Lei 9.307/96 se a mesma de forma expressa aduz em seu artigo 1º, que se destina a dirimir tão-só litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

O tema divide a comunidade jurídica. Como exemplo, dois argumentos, um restritivo e outro permissivo (mesmo com ressalvas quanto à matéria), tratam dos limites da disponibilidade dos direitos trabalhistas, a saber:

"Em primeiro lugar, quanto à fonte do direito renunciado. Tratando-se de norma legal, entender-se-á irrenunciável (ex. aviso prévio), exceto por autorização expressa da lei. Tratando-se de norma oriunda de trato contratual pode haver a renúncia, desde que não haja proibição legal para tal, vício de consentimento, ou prejuízo para o empregado (Art.468,CLT). (...) Em segundo plano, costuma-se diferenciar a renúncia pelo momento de sua realização: antes da formalização do contrato de trabalho; durante o transcurso desse contrato e após a sua cessação. Não se admite a renúncia prévia; admite-se, como exceção - para as regras contratuais e

²¹⁵ LOGUERCIO, Jose Eymard. **Formas de Solução dos Conflitos Coletivos do Trabalho**: São Paulo: LTR, 2000, v.6, p.76.

legais , quando expressamente autorizadas - , durante a relação; e admite-se, com bem menos restrições , após a cessação do vínculo. (...) De qualquer modo, parece não restar dúvidas de que se está - quando se analisa o direito do trabalho - diante de um direito que não comporta, em princípio, a faculdade da disponibilidade de direitos por ato voluntário e isolado do empregado." ²¹⁶

A outra hipótese:

"JOSÉ MARTINS CATHARINO propõe as seguintes regras trabalhistas para a aplicação dos institutos referidos: 1) Para a transação, há a necessidade da presença de dois elementos característicos que são: a) coisa controvertida - *res dubia* : b) reciprocidade das concessões entre os transigentes; 2) Quanto à renúncia , 'a necessidade da lei intervir nas relações privadas para proteger o empregado está na razão inversa da sua auto-suficiência econômica'. (...) Duas conclusões importantes: a) indisponibilidade de direitos é uma espécie de tutela estatal; b) esta restrição será sempre proveniente de lei. (...) Dessas premissas, pode-se indagar: não há lei que atribua, expressa ou implicitamente , a indisponibilidade dos direitos trabalhistas de uma forma geral. As normas que realmente se enquadram nesse caráter tutelar dirigem-se a situações específicas e.g., registro de emprego (art. 13 e segs. da CLT), intervalo para refeição nas jornadas superior a seis horas (art. 71); à estabilidade (hoje apenas provisória); enfim , todas aquelas que, dirigidas à proteção do trabalhador, encerram uma ordem negativa de disponibilidade. (...) De outra parte, encontram-se exemplos de normas que, opostamente, orientam para a disponibilidade desses créditos como as próprias normas constitucionais (incisos VI e XIV do Art. 7º CF). O Artigo 444 da CLT é o visível alvo conciliatório do processo individual do trabalho." ²¹⁷

Alguns autores, entre os quais Amauri Mascaro Nascimento, citado por MAIOR ²¹⁸, consideram ainda que se deve ter em mira a condição pessoal do empregado. Tratando-se por exemplo, dos altos empregados, seria mais difícil presumir-se a existência do vício de consentimento para que os eventuais litígios com o empregador sejam julgados por um árbitro.

Outra limitação levantada pela doutrina parece-nos considerável: seria possível a utilização da cláusula compromissória²¹⁹? Parece-nos muito difícil tal

²¹⁶ MAIOR, Jose Luiz Souto. **Arbitragem e Direito do Trabalho**. Revista LTr. Vol 61, n.02, Fev.1997 , p.155

²¹⁷ MAIOR, José Luiz Souto. Op. cit., p.166..

²¹⁸ MAIOR, José Luiz Souto. Op. cit., p.167

²¹⁹ - Diferencia-se compromisso arbitral de cláusula compromissória. O primeiro é instaurado após o nascimento da lide; a segunda é a previsão que as partes fazem de se submeterem ao arbitramento na hipótese da existência de lide no negócio jurídico entabulado.

aceitação em sede do Direito do Trabalho sob pena de descaracterizar os princípios de tutela mais elementares, pois significaria, que de antemão, o trabalhador abriria mão das prerrogativas processuais especiais que encontra na Justiça do Trabalho antes mesmo de caracterizar-se qualquer lesão advinda no curso de seu contrato de trabalho.

Com efeito, a possibilidade da utilização de tal instituto para as soluções das controvérsias trabalhistas é restrita, e pela prática que até aqui se conhece, de uso limitadíssimo. Poder-se-ia argumentar que o instituto ainda é novo e que não se muda uma cultura como a nossa, acostumada a ter como referencial único para as soluções dos conflitos a Justiça do Trabalho, de uma ora para outra. O exemplo americano é sempre invocado, visto que nos EUA 90% das questões trabalhistas são resolvidas por arbitragem. Contudo, intui-se como raciocínio, que naquele país impera o chamado modelo negociado, ou seja, fundamentado na idéia do contrato individual e coletivo em que os conflitos trabalhistas são compostos mediante técnicas privadas, o que não ocorre obviamente com o modelo brasileiro. Mudá-lo? É difícil saber, nas atuais conjunturas, que atores sociais sairiam lucrando, pois, com rigor, as grandes mudanças propostas vêm assumindo ultimamente a flexibilização de direitos trabalhistas ou mesmo desregulamentação.

4.2 As Comissões de Conciliações Prévias

Em 12 de janeiro de 2000, foi sancionada a Lei n. 9.958²²⁰, que alterando e acrescentando vários artigos a CLT, descortinou mudanças efetivas para as soluções

²²⁰ “Art. 625 - A . As empresas e os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária , com representantes dos empregados e dos empregadores com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho. Parágrafo único . As Comissões referidas no caput deste artigo poderão ser constituídas por grupos de empresas ou ter caráter intersindical.

Art. 625 - B . A Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo , dez membros e observará as seguintes normas:

I - a metade de seus membros será indicada pelo empregador e a outra metade eleita pelos empregados, em escrutínio secreto, fiscalizado pelo sindicato da categoria profissional;

II - haverá na Comissão tantos suplentes quantos forem os representantes titulares;

dos conflitos individuais de trabalho: 1) instituiu as Comissões de Conciliações Prévias (caráter facultativo); 2) permitiu a execução de seus acordos na Justiça do Trabalho com *status* de título executivo extrajudicial; 3) determinou que o trabalhador, ou mesmo o empregador, antes de adentrar com reclamação trabalhista na Justiça do Trabalho, tente a conciliação na Comissão (matéria controvertida, sendo taxada, por alguns autores de inconstitucional); 4) garantiu a eficácia liberatória geral em favor do empregador quando realizado o acordo, “exceto às parcelas expressamente ressalvadas”, matéria, também polêmica, pois assim como no caso da arbitragem acima enfocada, a lei, para muitos estudiosos, com tais dispositivos vem a ferir o princípio basilar de irrenunciabilidade de direitos no campo do Direito Laboral.

III- o mandato dos seus membros , titulares e suplentes , é de um ano, permitida uma recondução;

§ 1º É vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes , até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta greve, nos termos da lei.

§ 2º Os representantes dos empregados desenvolverão seu trabalho normal na empresa, afastando-se de suas atividades apenas quando convocado para atuar como conciliador, sendo computado como tempo de trabalho efetivo o despendido nessa atividade.

Art. 625 - C . A Comissão instituída no âmbito do sindicato terá sua constituição e normas de funcionamento definidas em convenção ou acordo coletivo.

Art. 625 - D . Qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia se, na localidade da prestação de serviços , houver sido instituída Comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria.

§ 1º A demanda será formulada por escrito ou reduzida a termo por qualquer dos membros da Comissão , sendo entregue cópia datada e assinada pelo membro aos interessados.

§ 2º Não prosperando a conciliação, será fornecida ao empregado declaração da tentativa conciliatória frustrada com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros da Comissão, que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista.

§ 3º Em caso de motivo relevante que impossibilite a observância do procedimento previsto no caput deste artigo , será a circunstância declarada na petição inicial da ação intentada perante a Justiça do Trabalho.

§ 4º Caso exista na mesma localidade e para a mesma categoria, Comissão de empresa e Comissão sindical, o interessado optará por uma delas para submeter a sua demanda, sendo competente aquela que primeiro conhecer do pedido.

Art. 625 - E . Aceita a conciliação , será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da Comissão , fornecendo-se cópias às partes.

Parágrafo único. O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas."

4.2.1 As trajetórias da lei

Segundo MAQUIAVEL as boas leis são o fruto das agitações e tumultos que são inconsideradamente condenados²²¹. Pois bem, se analisarmos a conjuntura em que a Lei n. 9.958/2000 fora aprovada tratar-se-ia de uma péssima lei para o autor de “O Príncipe”. Em rigor, ela está inserida na “reforma trabalhista” preconizada pelo governo, tendo sido aprovada com mais duas leis: o rito sumário na Justiça do Trabalho para reclamações de até 40 (quarenta) salários mínimos e a quebra da imprescritibilidade das ações trabalhistas no campo. Outras propostas fazem parte da dita “reforma” apregoada pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, todas com cunho flexibilizantes, conforme demonstra a reportagem:

"Para Dornelles, os sindicalistas estão fazendo 'tempestade em copo d'água'. Afinal, a sua proposta não retira da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) o direito de os trabalhadores gozarem de férias anuais, receberem o 13º salário ou qualquer outro benefício constitucional. Apenas insere no texto a possibilidade desses itens serem negociados livremente entre empregados e patrões, com a participação total dos sindicatos. [...] Se tudo correr como previsto, no próximo semestre o ministério deve enviar ao Congresso a proposta de emenda constitucional que trata da extinção da contribuição sindical obrigatória e do fim da unicidade sindical. Antes, porém, vai precisar negociar pontos polêmicos com as centrais, principalmente a CUT. [...] 'Para acabar com a obrigatoriedade da contribuição sindical, o governo terá que extinguir as multas cobradas dos sindicatos em caso de greve e dar garantias de afastamento de trabalho para os dirigentes sindicais', avisa o secretário geral da CUT, João Felício." ²²²

²²¹ . O texto é tirado do artigo de Raymundo FAORO: “...O Maquiavel sempre lembrado é o autor de *O Príncipe*, o cínico manual dos ditadores. Mas há o outro Maquiavel, o Maquiavel republicano dos *Discursos*, obra que, creio, infelizmente nunca traduzida para o português. Em toda república, diz o toscano, há, em última instância, dois partidos: o do povo (*popolo*) e o dos grandes (*grandi*). As leis favoráveis à liberdade – continua a dizer no Livro I, IV – nascem dessa oposição. As boas leis são fruto das agitações e tumultos que são inconsideradamente condenados. Os tumultos criaram os tribunos do povo, com a função de veicular a fúria popular. As demandas do povo, ainda que subversivas, são raramente perniciosas à liberdade: elas nascem da opressão sobre ele e pela opressão que teme. As agitações de Roma devem ser louvadas por haver construído uma barreira contra a tirania e o despotismo, forçando a participação popular na condução dos negócios do Estado. Leiamos Maquiavel, não o Maquiavel que os grandes e os aspirantes ao principado tentam ocultar, mas outro Maquiavel.” (artigo *O medo do conflito*, *Carta Capital*, 24 de maio de 2000, Ano VI, n. 123, p.35).

²²² LEOBET, Deise. Reforma trabalhista volta para a gaveta, *Gazeta Mercantil*, Brasília 22 maio.2000, p.18.

Com efeito, a aprovação da citada lei adveio em época datada por uma conjuntura difícil para os direitos trabalhistas. A proposta de criação das CCPs foi uma iniciativa do governo federal, que elaborou e enviou para o Congresso Nacional, em agosto de 1998, o Projeto de Lei nº4.694 -B. Na justificativa da apresentação do projeto, os então Ministros RENAM CALHEIROS, da Justiça, e EDWARD AMADEO, do Trabalho, argumentaram, entre outras questões, que “ (...) a experiência internacional tem demonstrado a eficácia dessas comissões de conciliação, desafogando o Judiciário e obtendo soluções de composição mais próximas à realidade”.²²³

Ao longo da tramitação do projeto, várias alterações foram introduzidas modificando em muito o projeto original. Destacamos: a) a constituição da Comissão passou a ser facultativa e não mais obrigatória; b) a eleição dos representantes dos trabalhadores dá-se por escrutínio secreto e fiscalizado pelo sindicato da categoria; c) os representantes dos trabalhadores passaram a ter estabilidade durante o seu mandato(um ano) e até um ano após o seu término; d) seus membros, tanto titulares quanto suplentes, passaram a ter direito a uma reeleição; e) abriu-se a possibilidade de constituição de comissões intersindicais e interfabris.

4.2.2 Breves questões jurídicas

Não é nossa tarefa minudenciar aspectos jurídicos (direito material e processual) da nova lei. Contudo, algumas polêmicas contribuem bem para analisar o alcance social da lei. A começar, pela proibição de que se intente a reclamação trabalhista na Justiça do Trabalho sem antes “passar” pela tentativa de conciliação na Comissão. Para muitos juristas tal dispositivo vem a ferir o inciso XXXV, do artigo 5º

²²³ SERENO, Marcelo, SPIS, Antonio Carlos. Comissão de Conciliação Prévia: instrumento que pode auxiliar a organização de trabalho In: **Comissão de Conciliação Prévia; contribuição para o debate**; p.3

da Constituição Federal de 1988, que dispõe que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Para outros, tal exigência é tão-só mero pressuposto processual, o qual, não atendido, leva ao indeferimento da petição inicial, depois de esgotado o prazo assinado pelo juiz para o cumprimento de tal providência. O procurador do trabalho MELLO é enfático:

"Por oportuno, cabe lembrar a existência, no nosso sistema jurídico, de alguns pressupostos processuais semelhantes, que, não obstante isso, nunca foram inquinados de inconstitucionais. Eis alguns deles: a) a prévia negociação coletiva como pressuposto para o ajuizamento da ação de dissídio coletivo (Arts. 114, § 2º, da CF e 616, §§ 2º e 3º, da CLT); b) o transcurso de um ano para o ajuizamento da ação revisional de dissídio coletivo (CLT, art. 876); c) o esgotamento das instâncias desportivas privada nos casos de disciplina e competições, nos termos da lei (CF, Art. 217, § 1º) e d) o depósito prévio de 5% sobre o valor da causa, para o ajuizamento da ação rescisória no cível (CPC, Art. 488, inciso II)."²²⁴

Como contraponto, citamos jurisprudência recente:

"COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO. O credor não é obrigado a se conciliar com o devedor, nem é obrigado a se dispor à negociação (CF, art. 5º, II). O não comparecimento à sessão de conciliação extrajudicial não é cominado; se o comparecimento é uma faculdade (a ausência não está cominada), o endereçamento da demanda à Comissão não pode corresponder a uma obrigatoriedade."²²⁵

Questão polêmica que possivelmente terá em breve interpretação do Supremo Tribunal Federal. Outro tema: o efeito liberatório. Seguindo a lei, este é total, com exceção do que for objetivamente ressalvado no termo de conciliação. A doutrina também se divide, vide exemplo de uma visão mais radical sobre as possibilidades da plena quitação:

²²⁴ MELLO, Raymundo Simão de. **Comissões de Conciliações Prévias**. LTR, n.07, nov.2000, p.116

²²⁵ TRT da 2ª Região, RO 20019/95, Rel. Juiz Rafael E. Pugliesi Ribeiro, 6ª Turma, **Revista Ltr.** 65-03/345)

"A regra da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas dos empregados não se aplica à CCP. [...] O que a CLT dispõe sobre esse assunto tem em mira proteger o empregado contra maquinações do empregador, antes, durante e na extinção do contrato. Assim, como é pacífico na doutrina e na jurisprudência que o suscitado princípio não é exigível na Justiça, porque ali é impossível levar com coação o empregado a aceitar um acordo que importe em mutilação de seus direitos - esse mesmo raciocínio é aplicável às negociações desenvolvidas perante a Comissão de Conciliação Prévia. [...] O termo da transação tem força executiva de título extrajudicial e sua eficácia liberatória só será limitada na hipótese de o empregado ressaltar uma ou mais parcelas. Destarte, deve o termo de conciliação especificar verba por verba, ou melhor, parcela por parcela do total que o empregador deverá pagar. [...] É o termo de conciliação dotado da mesma força executiva de sentença que fez coisa julgada e que, por isso mesmo, se tornou irrecorrível."²²⁶

De forma mais temperada, outros argumentos:

"Desta forma, seria desarrazoado entender que o empregado que buscou a comissão para solucionar um conflito trabalhista envolvendo horas extras, por exemplo, após se compor com seu empregador, durante ou após a rescisão contratual, estaria impedido de pleitear perante a Justiça do Trabalho ou mesmo na própria comissão, outros direitos oriundos do contrato de trabalho, que não foram levados em conta quando da avença. Imagine a hipótese em que a conciliação envolva a anulação de uma punição disciplinar, por exemplo, uma suspensão de três dias e, depois, o empregado venha a reclamar equiparação salarial com um outro colega de trabalho, deparando-se com a alegação de que, com aquela avença anterior, houvera dado quitação geral ao seu empregador de todos os direitos trabalhistas!! Não é minimamente razoável a defesa desse entendimento !!!"²²⁷

Os dois temas são emblemáticos, a partir do momento, que mexem com dois tabus que sempre fizeram e até certo ponto fazem ainda andar o modelo legalizado das relações trabalhistas: a Justiça do Trabalho como órgão apto para produzir as verdades jurídicas ("grande pai onipotente") e a irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas. Mudar tal referencial, como ocorre também no caso da arbitragem, enseja mais uma vez a pergunta: em proveito de quem?

²²⁶ SAAD, Eduardo Gabriel. **Comissões de Conciliação Prévia**. São Paulo: LTr, 2000, p.46-47

²²⁷ MELLO, Raimundo Simão de Melo Op. cit., p 119-120

4.2.3 As possibilidades sociais do novo instituto

Analisando-se os discursos produzidos pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), tem-se uma perspectiva interessante sobre o significado da lei para o movimento sindical. Ao fazer um balanço sobre as novidades lançadas, sua executiva garante a existência de aspectos positivos: a participação dos sindicatos, o fim da obrigatoriedade na constituição das CCPs e a garantia no emprego para representantes dos trabalhadores no caso das CCPs no âmbito da empresa.

Aduz, também, a existência de aspectos negativos, como: a condição de instância obrigatória prévia ao ingresso de reclamação na Justiça do Trabalho e o poder de quitação plena do contrato de trabalho atribuído aos acordos celebrados na Comissão.

Por fim, a Executiva Nacional da CUT decide apoiar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) impetrada pelos partidos de oposição (que questionam justamente tais aspectos negativos) e orienta as estaduais, Confederações da CUT e entidades filiadas a apresentarem aos sindicatos patronais ou empresas, dependendo da realidade do processo de negociação coletiva do ramo, proposta de Convenção ou Acordo Coletivo estabelecendo:

1. "Que a CCP seja uma alternativa à solução de conflitos trabalhistas, não obrigatória, mantendo o direito do trabalhador recorrer à Justiça do Trabalho sem submeter sua demanda previamente à CCP, quando instituída no local de trabalho;
2. . Que o 'termo de conciliação' quite apenas os direitos reclamados à CCP;
3. Garantindo aos sindicatos plenas condições para a organização e fiscalização do processo de eleição dos representantes dos trabalhadores, quando for o caso;
4. Estabelecimento de um regimento que regule o funcionamento das CCPs, conforme sugestões apresentadas pelo Conselho Jurídico da CUT e outras que possam ser incorporadas a partir das experiências existentes ou que venham a ocorrer."²²⁸

²²⁸ Históricos das CCPs: Em dois anos, projeto avança até virar lei **Comissão de Conciliação Prévia: contribuições para o debate**, p.15.

Um dos aspectos positivos da nova lei, mais ressaltados pela referida central, em documentos que tratam especificamente sobre o tema, é a perspectiva de se resolver conflitos no local de trabalho, o que sempre foi bandeira de luta do movimento sindical, conforme se verifica na análise dos seus diretores e assessores:

"A experiência com as Comissões de Fábrica no ABC paulista demonstra que este tipo de organização contribui para a diminuição dos chamados conflitos individuais pois, como sabemos, uma reclamação individual à Justiça do Trabalho geralmente esconde uma prática sistemática de desrespeito aos direitos. Com os trabalhadores organizados no local de trabalho, esta prática pode ser detectada e trazida para o campo da negociação."²²⁹

"Já as Comissões de Conciliação Prévia apresentam maior potencialidade de alcançar o objetivo, na medida em que abordam um aspecto importante da relação de trabalho, que é justamente a possibilidade de resolução de determinados conflitos nos próprios locais de trabalho, num processo de discussão e composição junto aos próprios interessados, alterando assim, um pouco da realidade mencionada."²³⁰

"Algumas iniciativas autônomas no País também caminhavam neste sentido. Merece destaque a experiência das Comissões de Fábrica, instituídas sobretudo na região do ABC paulista a partir do início da década de 80, que de fato, têm contribuído muito para a solução de problemas trabalhistas, antes que estes se tornem processos. Muito embora o principal objetivo das Comissões de Fábrica seja uma melhor organização de base, com descentralização dos assuntos sindicais, sua atuação proporciona a solução de conflitos coletivos e individuais de trabalho, servindo como elemento de redução do número de processos na Justiça do Trabalho."²³¹

O que se observa então, na análise de tais discursos, é que a implementação da nova lei é uma boa opção para os trabalhadores. Polêmica é a questão. Contrapondo-se a tais posturas o sociólogo português BOAVENTURA SANTOS é céptico com as alternativas informais para a administração da justiça. Malgrado a diferença com os aspectos trabalhistas, principalmente ante a interposição dos sindicatos de classes, é interessante a citação que faz o sociólogo sobre pesquisa empírica realizada com o

²²⁹SERENO, Marcelo, SPIS, Antonio Carlos. Comissão de Conciliação Prévia: instrumento que pode auxiliar a organização no local de trabalho In: **Comissão de Conciliação Prévia; contribuição para o debate**; p.3.

²³⁰COELHO, Elaine D'avilap, LAIMER, Adriano Guedes. Justiça do Trabalho está esgotada. É preciso utilizar outras alternativas. In: **Comissão de Conciliação Prévia; contribuição para o debate**, p.8.

²³¹PEREIRA, Ronaldo Machado. Lacunas da Lei podem ser supridas por negociação coletiva. In: **Comissão de Conciliação Prévia: contribuições para o debate**, p.19.

tribunal de habitação em Nova Iorque, destinado este a resolver de maneira informal e desprofissionalizada os conflitos entre inquilinos e senhorios. Apontando que, a partir de sua criação, o número de despejos acabou por aumentar. Para BOAVENTURA SANTOS, a informalidade de tais tribunais só dá certo entre cidadãos ou grupos que ocupem a mesma posição econômica e social, a saber:

“ Nos casos em que os litígios ocorrem entre cidadãos ou grupos de poder sócio-econômico parificável (litígio entre vizinhos, entre operários, entre camponeses, entre estudantes, etc), a informalização da justiça pode ser um genuíno fator de democratização. Ao contrário, nos litígios entre cidadãos ou grupos com posições de poder estruturalmente desiguais (litígios entre patrões e operários, entre consumidores e produtores, entre inquilinos e senhorios) é bem possível que a informalização acarrete consigo a deteriorização da posição jurídica da parte mais fraca, decorrente da perda das garantias processuais, e contribua, assim, para a consolidação das desigualdades sociais; a menos que os amplos poderes do juiz profissional ou leigo possam ser utilizados a perda das garantias, o que será muito difícil uma vez que estes tribunais informais tendem a estar desprovidos de meios sancionatórios eficazes.”²³²

Com certeza é difícil prever o destino do novo instituto. Poderá por exemplo cair no esquecimento ou ter uma efetivação mínima. Contudo, para dar certo, sem dúvidas, necessita de ser um instrumento que garanta confiança às partes, que tenha conciliadores com habilidade e capacidade (o que é um desafio sério pois será preciso capacitar tais profissionais) e que os direitos básicos dos trabalhadores sejam respeitados. Ela se mostrará inútil, por exemplo, se servir para baratear ainda mais o custo da mão-de- obra: o empregador não precisará de advogados e poderá, a exemplo, do que muitas vezes já faz na Justiça do Trabalho, quitar direitos de forma parcelada, como demonstra a reportagem:

"[...] A amostragem dos resultados obtidos por algumas comissões de conciliação aponta para uma outra questão; o que, de fato, é resolvido definitivamente pelas CCPs? Em um dos sete núcleos montados pela Força Sindical em São Paulo foram, no mês de junho, 303 acordos, a maioria - 75% - de parcelamento de verbas rescisórias.[...] O que está sendo resolvido nas comissões são as questões pequenas como homologações e falta de pagamento de horas extras. Quando o problema é insalubridade ou periculosidade, que dependem de laudo pericial, por exemplo, a discussão termina sempre na Justiça', afirma Genivaldo Marcos Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Mecânica de Joinville e Região. 'Isso não é

²³² SANTOS, Boaventura de Souza. Op. cit., p.180

verdade , fazemos acordos com valores que vão de R\$ 200 a R\$ 30 mil. O mais importante é que essas questões têm de ser resolvidas no máximo em dez dias e que, na maioria, não vão parar na Justiça, que está abarrotada, diz Zulma Fernandes Stalf, conciliadora do Sindicato da Indústria Mecânica de Joinville e Região.”²³³

Com efeito, por tudo analisado, fica a certeza de que se as comissões de conciliações prévias não podem ser vistas tão-só com um tentáculo neoliberal, pois muitas novidades advêm de antigas reivindicações do movimento sindical, conquanto os riscos também sejam imensos mormente num período em que se procura flexibilizar direitos trabalhistas como argumento de melhorar a competitividade das empresas pátrias. Ademais, pela existência ainda de inúmeros sindicatos sem real representatividade na categoria, verdadeiros sindicatos fisiológicos. Pode-se então afirmar: é imprevisível a sorte de tal instituto quando a referência são os interesses dos trabalhadores.

4.3 Perspectivas para a região

Diante dos novos institutos para solução das lides trabalhistas e diante de seu Tribunal, quais são as perspectivas dos trabalhadores no Estado do Espírito Santo? Dividimos em três partes: arbitragem, comissões de conciliações prévias e um balanço da atuação do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo.

4.3.1 Arbitragem no Espírito Santo

Desconhecemos se a arbitragem tem sido praticada de forma efetiva nas soluções dos conflitos trabalhistas no Espírito Santo. Acreditamos que não, visto que nenhuma divulgação fora feita sobre o tema. Com efeito, temos tão-só conhecimento de uma única sentença arbitral proferida pelo Ministério Público do Trabalho que, é, portanto, mais uma vez frisando-se, o que se conhece do uso do instituto na região. As partes envolvidas foram: o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Mármore, Granito e Calcário do Estado do Espírito Santo e uma empresa do ramo – Marcap

²³³ BACAL, Claudio. Conciliação Prévia Mostra ser opção Positiva. *Gazeta Mercantil*, São

Mármore Capixaba Ltda.²³⁴. A questão chegou ao Ministério Público porque a Delegacia Regional enviou diversos autos de infrações, ao órgão, que foram cometidas por empresas de tal setor, inclusive em desfavor também da citada empresa. Sendo que a mesma firmou Termo de Ajuste de Conduta²³⁵ comprometendo-se a “ (...) encaminhar, no prazo de 60 dias, proposta ao Ministério Público do Trabalho de regularização dos depósitos do FGTS de seus empregados”.

Não sendo o mesmo cumprido, realizou-se audiência junto ao Ministério Público. O referido órgão indagou sobre a possibilidade das partes elegerem-no árbitro para solucionar o conflito, o que foi aceito. A arbitragem teve então como objeto tão-só a regularização dos depósitos do FGTS dos empregados, tratando-se, inclusive, de típica lesão coletiva, fugindo assim da cizânia doutrinária, acima apontada, sobre a possibilidade do uso da arbitragem nos conflitos individuais.

Com efeito, reconhecido o débito pela empresa, ficou estabelecido que:

“Dentro do prazo de 15 (quinze) meses, contados desta data, a MARCAP deverá quitar integralmente todo o débito referente ao FGTS, observada a mesma condição do *caput* desta cláusula, ou seja, todo o mês a empresa comprovará o pagamento das parcelas fundiárias, mediante juntada da guia de recolhimento nestes autos, até 'zerar' o débito”.²³⁶

O conteúdo, a nosso ver mais interessante da sentença arbitral, é que a mesma determinou a garantia no emprego a todos os empregados da empresa durante o prazo que fora concedido para regularização do FGTS: só podem ser demitidos se provada a ocorrência de justa causa nos termos do Artigo 482 da CLT. Ora, tal ganho social seria praticamente inviável se dependesse de uma sentença judicial que teria que cumprir as exigências do direito material e processual, onde, por certo, inexiste tal

Paulo.20 jul 2000, p.16.

²³⁴ - A sentença arbitral em referência tem o número PROC/CODIN/N. 155/96 e foi da lavra do Procurador Regional do Trabalho Dr. Carlos Henrique Bezerra Leite.

²³⁵ - O termo de ajuste de conduta é acordo firmado perante o Ministério Público do Trabalho que quando não cumprido enseja execução na Justiça do Trabalho conforme previsão do artigo 876 da CLT.

²³⁶ - determinação do Termo de Ajuste de Conduta.

previsão legal. Por fim, cabe registrar que a sentença arbitral previu multa de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), revertida ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, para a parte que descumprisse seus termos.

A intervenção do Ministério Público como árbitro nos conflitos trabalhistas é sempre uma boa sugestão e, prevista por lei, como visto alhures. A começar, pelo fator custo econômico, já que sua atuação haverá de custar nada, pois os integrantes do órgão são funcionários públicos. Ademais, seus componentes possuem experiência acumulada em se tratando de conflitos trabalhistas, inclusive pela atuação obrigatória como fiscais da lei nas tentativas de conciliações nos conflitos coletivos, além de conhecimentos teóricos seguros, principalmente a nova geração, que assim como a magistratura trabalhista, é submetida a sérios concursos públicos para adentrarem no órgão. Além disso, como os magistrados gozam das mesmas garantias constitucionais: vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos. Portanto, um bom caminho para os trabalhadores, quando a opção para resolução dos conflitos for pela arbitragem, é utilizarem-se de tal órgão, ante as possibilidades de se ter uma solução rápida e com critérios de justiça.

4.3.2 As Comissões de Conciliações Prévias no Espírito Santo

Até onde vai nosso conhecimento, existem no Espírito Santo até a presente data três comissões, se bem que, é possível que tal número já tenha aumentado.²³⁷ Em face das limitações de nosso trabalho, concentramo-nos nas atividades da CONINPRE – Comissão Intersindical de Conciliação Prévia, instituída no âmbito da construção civil de Vitória e fundada em 13 de abril de 2000 através de aditamento à

²³⁷ - "A 'Gazeta Mercantil' de 20 de julho apresenta quadro estatístico desse registro, indicando São Paulo, com 46; seguindo-se o Paraná, com 24; Rio de Janeiro com 9; Minas Gerais com 6; Santa Catarina, Ceará e Pará, com 4 cada; Amazonas e Espírito Santo, com 3 cada; Distrito Federal, Maranhão e Mato Grosso, com uma cada." (PASSOS, Edésio. A implantação das comissões e a formação de conciliadores. *O Estado do Paraná*, 30 jun 2000:05)

convenção coletiva. Sua constituição, portanto, adveio de acordo entre o sindicato patronal e o dos empregados.

A Comissão funciona em um andar do prédio do sindicato patronal. O ambiente é confortável, tendo uma sala de espera com cadeiras suficientes, café e água gelada, onde empregados e empregadores (ou prepostos) esperam por suas audiências. As audiências realizam-se em uma sala também confortável que tem uma grande mesa ao centro com seis cadeiras e um computador ao lado, inclusive, para imprimir as atas ao término de cada audiência e entregá-las às partes. Todas as despesas do prédio e dos funcionários são arcadas pelo sindicato patronal.

Segundo informações obtidas junto aos funcionários, a tramitação das reclamações é a seguinte: os trabalhadores vão ao sindicato (dos empregados) para apresentarem as irregularidades havidas. São atendidos por funcionários do sindicato, cuja escolaridade é de segundo grau, os quais redigem a reclamação e fazem os cálculos, se forem muito complexas, passam para o advogado do sindicato. A partir daí são enviadas para a Comissão, onde será marcada a audiência. O prazo para marcação de tais audiências é de dez dias. Em geral são marcadas 15 audiências por dia, havendo sessões duas vezes na semana.

As partes recebem “convites” com a data da audiência e a solicitação dos documentos a serem apresentados. No dia marcado, com o comparecimento ou não das partes é realizada uma ata (existem quatro modelos de atas: acordo; não acordo; falta do empregado; falta do empregador), informando o que ocorreu, que é entregue para a parte presente. Segundo os funcionários, os advogados podem participar da audiência, mas não podem dar opinião, nem participar da conciliação.

No período de maio de 2000 a outubro de 2000, de 392 audiências marcadas, em 157 as empresas não compareceram, ou seja, o que representa 40%. Em nossa visita à comissão (acompanhamos as audiências em um dia), dois fatos ressaltaram: 1) todos os trabalhadores que compareceram eram trabalhadores demitidos 2) a impossibilidade

de solução das várias reclamações pois dependiam de provas. A primeira situação desmentiria, então, a perspectiva de que tais comissões viabilizariam ao trabalhador reclamar direitos quando seu contrato ainda estivesse em curso. Não observamos nada disso. Vale então apontar o pensamento do advogado JOSÉ SIQUEIRA NETO:

"Em que pesem as declarações de princípios, o assunto é extremamente polêmico. Se a perspectiva é a do diálogo social, inegavelmente o caminho da legislação em foco é contraditório. Basicamente, por dois motivos, a saber: primeiro, porque se a idéia é estimular o diálogo, a alternativa de possibilitá-lo apenas no momento mais dramático - na crise - é, para dizer pouco, a mais infeliz; segundo, e em decorrência da constatação anterior, porque o instrumento mais adequado para impulsionar o diálogo efetivo e permanente nas relações de trabalho é a representação de trabalhadores com atribuições mais amplas. (...) O incremento de uma instância preliminar ao ajuizamento das Reclamações Trabalhistas e a transferência parcial da competência constitucional da Justiça do Trabalho para conciliar conflitos individuais e coletivos são alguns dos aspectos da legislação em foco, cuja constitucionalidade está sendo questionada por parte da comunidade jurídica nacional. Isto, para não falar daqueles que enxergam, neste caso, um grave atentado ao princípio protetor do Direito do Trabalho, vale dizer, às normas trabalhistas de ordem pública."²³⁸

É interessante registrarmos uma a uma as audiências que observamos. No 1º caso nada se resolve. O empregado alega doença ocupacional requerendo então sua reintegração. A empresa nega, firmando que por ocasião de sua dispensa o exame demissional não constataria tal enfermidade. Ademais, o preposto alega que o trabalhador assinou determinado acordo na Justiça do Trabalho dando quitação total de todos os direitos. Nada pode ser feito. O segundo caso é idêntico quanto ao pedido de reintegração. Existem porém ainda, pedidos de adicional de insalubridade e horas extras. Ante a discordância da empresa com a pretensão do empregado, também nada pode ser feito. O caminho natural, assim como no primeiro caso, será possivelmente a Justiça do Trabalho. O terceiro caso teve que ser adiado pois a empresa não recebeu a notificação como devido.

No quarto caso finalmente um acordo. Os pedidos são de diferenças de verbas rescisórias, sendo constatado pelos mediadores que na carteira de trabalho o

²³⁸ SIQUEIRA NETO, Jose Francisco. *Comissões de Conciliação Prévia*. 31 agosto 2000, p.7

salário era um (mais alto) e nos contracheques era outro. É divertida a intervenção da preposta da empresa: "Eu sinto até vergonha de representar esta firma, eu acho que isso é erro do contador, ele é que devia ter vindo aqui. Por mim pode meter o ferro". A preposta telefona então para o empresário, através do celular, na própria mesa de audiência e explica o caso. Após os cálculos sugeridos pelos mediadores o acordo é aceito e, assim, a quantia será paga em duas parcelas.

No quinto caso foi marcada uma nova audiência a fim de que a empresa apresentasse, no prazo de um mês, um laudo médico constatando, se o local de trabalho é ou não insalubre. No sexto caso mais um acordo. Alega o empregado que trabalhou todos os dias das férias. É curioso como em tais audiências pelo ar de informalidade (tão diferente da Justiça do Trabalho), registram-se na maioria das vezes curiosas intervenções. Aduz um dos mediadores: "É melhor fazer o acordo, na Justiça do Trabalho esse negócio de vender férias não é bem recebido." Retruca o preposto da empresa: "Olha, eu só tenho 30 dias de empresa e eu posso ver que é uma empresa séria; bom, eu vou ligar lá de fora, é férias + 1/3 né?". O acordo acabou então sendo fechado.

No sétimo caso o acordo é fechado sem dificuldades, tratando-se de diferenças do depósito do FGTS. No oitavo, sendo o último caso que acompanhamos, a empresa argumentou que na verdade a reintegração que está sendo reivindicada já é objeto em ação que tem sua tramitação na Justiça do Trabalho, não sendo, portanto, interesse da empresa fazer qualquer tipo de acordo.

Com efeito, fica patente que a comissão analisada consegue obter êxito na conciliação de pequenas lesões com empresas pequenas. É cedo ainda para um balanço das tais comissões. Com certeza, se analisarmos a pequena mostra, a Comissão tem como objetivo tão-só desafogar a Justiça do Trabalho, sendo bem duvidoso considerar promissoras as perspectivas que o movimento sindical tem sobre elas. De toda sorte, consideramos que a melhor atitude é ter cautela com análises apressadas e evitar preconceitos com o novo instituto.

4.3.3 Um balanço do TRT da 17ª região

Das muitas críticas que sofre a Justiça do Trabalho, sem dúvida, a lentidão nas soluções dos processos é das mais repetidas. A situação é mais dramática quando é o trabalhador que se encontra na relação processual, geralmente desempregado, sem qualquer poupança e que tem que esperar muito tempo para solução dos litígios. Daí, na maioria das vezes acaba por aceitar acordos danosos porque é preciso comer ... São interpostas, por ano, dois milhões de reclamações trabalhistas, sendo que o Brasil possui cerca de apenas 4.500 juizes e 1.000 Varas do Trabalho.

Instalado o tribunal capixaba em 1991 e tendo seu quadro de juizes completo, as soluções das lides trabalhistas no Espírito Santo ganharam celeridade que outrora não existia. Pois, recordando, os recursos trabalhistas interpostos anteriormente, eram julgados no Rio de Janeiro – Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, que possuía a jurisdição trabalhista tanto no Rio de Janeiro como no Espírito Santo. Com efeito, intui-se, sem necessidade de se apelar para quaisquer estatísticas, que a qualidade da prestação jurisdicional na região quanto ao fator tempo, teve mudança considerável. Acresce dizer que o TRT da 17ª Região tem freqüentado as estatísticas do TST com menções elogiosas à sua rapidez.²³⁹

Acreditamos, que por mais que se queira enxergar a Justiça do Trabalho com uma visão crítica, conforme Arion Sayão Romita ou Antonio Álvares da Silva que entendem que os maiores beneficiados sejam os juizes, advogados e demais operadores jurídicos, não se pode negar que o fator mencionado é um inquestionável retorno social e que com certeza, não deixa de ter sua influência nas relações empregado-empregador no Estado.

Demarcamos alhures a tendência ideológica pró-trabalhador do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo. Por seu turno, ficou também demarcada a

²³⁹ - vide, como exemplo, o “Relatório Geral da Justiça do Trabalho – Dados Estatísticos, 1999, Brasília, junho de 2000”, assim como o de 1998.

atuação do TST tanto em nível dos dissídios individuais, criando obstáculos em relação à substituição processual entre outros, como nos coletivos, através de um formalismo rígido, determinando o arquivamento de inúmeros processos e suprimindo cláusulas sociais admitidas pelos tribunais regionais. A questão então é saber, se mediante as limitações impostas pela hierarquia do TST, poder-se-ia admitir qualquer retorno social na atuação do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo?

Certamente, tal retorno, embora limitado, não deixa de existir e ser muito importante. Ao decidir os litígios trabalhistas, o tribunal envia também uma mensagem à comunidade. Se as decisões não se consolidam, haja vista a atuação dos órgãos judiciais superiores, o empregador terá despesas e correrá riscos em ter que buscar a intervenção de tais órgãos. Com efeito, intui-se que a tendência ideológica do TRT da 17ª Região não deixa de ter sua influência nas relações de trabalho no Espírito Santo, e um retorno pró-trabalhador.

Portanto, uma das melhores perspectivas sociais para região no que diz respeito à solução dos conflitos individuais e coletivos do trabalho, está na consolidação cada vez mais da celeridade processual e na tendência ideológica pró-trabalhador de seu tribunal. *Lege ferenda*, seria melhor ainda que as decisões, em sede trabalhista, tivessem um único grau de decisão ou no máximo dois, visto que o papel do TST, face aos interesses dos trabalhadores, é cada dia mais complicado. Sobre o tema, FARIA faz análise lapidar:

“Nas instâncias superiores, parece ser grande a receptividade das propostas em favor da ‘flexibilização’ do Direito do Trabalho, esquecendo-se os mais entusiasmados que ela, ao propiciar a multiplicação de sistemas normativos no plano das organizações complexas, imunes à intervenção e ao controle estatal, traz consigo um perigoso risco de uma invalidação dos próprios direitos individuais constitucionalmente consagrados por meio de ameaças privadas. Já nas instâncias inferiores, percebe-se a existência de muitos magistrados dispostos a caminhar em sentido diametralmente inverso, convictos de que a substituição de um sistema jurídico de caráter estatutário por outro de caráter negocial não poderia ser implementada sem ser precedida de um amplo projeto de crescimento, distribuição de renda e redivisão dos custos do trabalho. Valorizando o poder normativo de que dispõe por determinação constitucional e tendo aprendido que o objetivo de uma demanda não é necessariamente exógeno, podendo ser definido pelo juiz e pelas

partes, vários magistrados de primeira instância vêm intervindo decisivamente tanto na produção das provas quanto na qualificação e na elaboração do próprio objeto da demanda; por causa desse tipo de atuação, em suas jurisdições o contraditório já não é mais estabelecido de maneira bilateral, mas, isto sim, de modo crescentemente pragmático e político, na dinâmica não só do processo judicial trabalhista, visto em seus aspectos formais, como, também e principalmente, do próprio conflito considerado em todos seus aspectos substantivos. Enquanto as instâncias superiores por vezes demonstram não saber como proceder à frente a uma descentralização das negociações coletivas responsáveis por um contexto de contratos superpostos que abrem caminhos para intermináveis reivindicações de equiparação por isonomia, as demais instâncias estão concebendo o juiz trabalhista como um ator ativo que vai à frente dos fatos, que decide prospectivamente e que age antes como negociador do que como árbitro.”²⁴⁰

Aliás, não é original a idéia de reduzir as instâncias recursais trabalhistas, conforme demonstra ALBUQUERQUE:

*“(...) O duplo grau de jurisdição é o mais consentâneo com o ideal de justiça ágil, eficaz e econômica concebido para a Justiça do Trabalho desde a sua gênese. Filiamo-nos ao pensamento de Elson Gottschalk que, sem chegar ao extremismo de Alfredo Ruprecht, defensor da instância única para os feitos trabalhistas, e sem preconizar a supressão do recurso nos aspectos fáticos, como ocorre no sistema espanhol, entende ser suficiente o julgamento deles em apenas dois níveis de jurisdição, pois a existência de mais instâncias revisórias conduz ao retardamento das causas estimulando o descrédito da própria instituição. Reconheceu o ilustre doutrinador: ‘Após tantos anos de exercício da magistratura trabalhista, deixei-a convencido de que o defeito capital, a origem do mal está na indevida extensão que foi dada ao escalonamento hierarquizado de seus órgãos, acompanhado de um sistema recursal para os dissídios individuais, que permite na prática transformar o Tribunal Superior do Trabalho em verdadeira terceira instância, para causar de pequeno valor econômico’. E sintetizou com precisão: ‘A avalanche de recursos de revista acumulados anos e anos no Tribunal Superior do Trabalho comprova a falência do sistema’. (A Constituinte e a Justiça do Trabalho’. In: Rev. LTr, jan./86, págs. 9/10).”*²⁴¹

Portanto, malgrado todos os limites à atuação do Tribunal Trabalhista capixaba na produção de sua jurisprudência social, esta se faz sentir na região. Novas perspectivas de soluções dos conflitos como a arbitragem e as comissões de conciliações prévias são uma incógnita. Até porque é impraticável descartar o sistema tradicional de soluções dos conflitos, conforme aduz CAPPELLETTI: “A

²⁴⁰ FARIA, José Eduarco. Op. cit., p.147-148.

²⁴¹ ALBUQUERQUE, Francisca Rita Alencar. Op.cit., p.128.

engrenagem judiciária formal de cortes de Justiça, naturalmente, continuará a ser necessária e vital não só para lidar com importantes questões de direito, incluindo temas de significação constitucional, como também para julgar questões vultosas e substanciais que afetem interesses vultosos e substanciais”²⁴². A rigor, as propostas de extinção da Justiça do Trabalho que foram ensaiadas, não tiveram qualquer eco na sociedade civil, pois uma Justiça especializada e ideologicamente aparelhada para aplicar os princípios do Direito do Trabalho, terá significado social sempre considerável, visto que se faz sentir em especial o ativismo, já mencionado, nos juízes de primeiro e segundo grau.

Acreditamos, inclusive, que tal papel será cada vez mais relevante, se seus operadores entenderem o significado da substituição processual e a esta derem a maior amplitude possível. Também, se atentarem para seus poderes éticos nas homologações dos acordos judiciais, recusando-se a homologar os que violarem preceitos públicos fundamentais, e aplicarem multa por litigância de má-fé para empregadores que abusam do direito processual e procuram sempre procrastinarem os feitos, e admitirem as indenizações por danos morais. Quiçá hoje, as melhores defesas dos princípios norteadores do Direito do Trabalho, contrapondo-se às tendências neoliberais, venham justamente da magistratura trabalhista com decisões corajosas produzindo verdades desagradáveis contra aqueles que querem a flexibilização ou mesmo desregulamentação dos preceitos protetores do Direito do Trabalho ...

²⁴² CAPPELLETTI, Mauro. Op. cit., p.76.

CONCLUSÃO

A Justiça do Trabalho no Brasil é um produto da lógica do Estado Novo, por isso há necessidade de se compreender sua complexa engenharia social. Dois momentos históricos cruciais antecederam sua implantação: a chamada Velha República e a Revolução de 1930. O Estado era um mero espectador dos conflitos trabalhistas, era a ortodoxia liberal, mesmo quando se consolidava no país a passagem do trabalho escravo para a mão-de-obra livre. A Revolução de 30 levou ao poder uma geração que tinha uma perspectiva completamente diferente de encarar a questão social, pois pregava a efetiva intervenção do Estado como árbitro nos conflitos trabalhistas além de apregoar a necessidade de novas leis trabalhistas.

Com o Golpe de Estado de 1937, consolidou-se no poder a ideologia estadonovista. Era um Estado interventor e autoritário. O enfrentamento da questão social será realizado de forma “técnica”. A burguesia perde sua representação política, mas é o período em que também se consolidou o desenvolvimento industrial e paralelamente o controle do movimento sindical pelo Estado.

A forma diferenciada do círculo estadonovista tratar a questão social tem matrizes ideológicas próprias: Positivismo, Corporativismo e a doutrina social da Igreja Católica. O Positivismo, tendo como principal teórico o filósofo Augusto Comte, preconiza a incorporação do proletariado à sociedade moderna sob a liderança da burguesia industrial, contrapondo-se assim, a luta de classes pregada pelo marxismo. No Brasil, sua influência se faz sentir no Estado do Rio Grande do Sul, através das lideranças de JÚLIO DE CASTILHOS e BORGES DE MEDEIROS, governadores daquele Estado, que possuíam políticas totalmente diferenciadas da ortodoxia liberal preconizado pelo já comentado liberalismo da Velha República, pois, ao invés de reprimirem os conflitos trabalhistas, buscavam arbitrá-los; os ideólogos

estadonovistas são herdeiros desta tradição – primeiro grande ensaio do Estado-Providência no Brasil.

Por seu turno, o corporativismo, outra influência, tem como escopo eliminar os conflitos sociais, ideológicos e políticos, através do Estado que incorporaria a vontade de todos, acabando por assumir a forma fascista (Salazar, Franco, Mussolini, etc) ou reforçar o Estado, como no Estado-Novo, para lutar contra a influência de um sindicalismo operário. Influenciou também a nova geração de políticos da Era Vargas, a doutrina social da Igreja Católica, cujo documento principal é a *Rerum Novarum* (1892) do Papa Leão XIII.

A promulgação da Consolidação das Leis do trabalho (1943) e da Justiça do Trabalho (1941) consolidam a febre legislativa de direitos sociais da era Getúlio Vargas. O regime então, através de seus discursos, produziu seus mitos. O primeiro sobre a originalidade da promoção de tais leis, tentando apagar da memória nacional as lutas e conquistas dos trabalhadores, anteriores a implantação do Estado-Novo (na verdade, várias leis sociais foram promulgadas por ocasião da Velha República). Repetiam com ênfase, que as leis sociais promulgadas eram concessões do governo, uma verdadeira originalidade histórica. Contudo, o interesse do Governo em promulgar tal legislação social foi uma forma de aumentar o controle político sobre os trabalhadores, fortalecer o mercado interno e aumentar a acumulação de capital na indústria.

As primeiras experiências de uma jurisdição especial já advêm da Velha República: Patronato Agrícola e Tribunais Rurais (todas no Estado de São Paulo). Ambas têm como escopo criarem facilidades próprias para o trabalhador - necessárias concessões que o liberalismo precisa fazer ante a chegada do imigrante para trabalhar na lavoura cafeeira. Com a Revolução de 1930 e o início da chamada Era Vargas, consolidou-se o propósito do Estado arbitrar os conflitos trabalhistas. Após as primeiras tentativas (Comissões Mistas de Conciliação para julgamento dos conflitos

coletivos e Juntas de Conciliação e Julgamento para os individuais), foi a Justiça do Trabalho criada em 1º de maio de 1941.

Com efeito, diante dos conflitos trabalhistas passa a prevalecer a lei – despolitiza-se, a rigor, o conflito. OLIVEIRA VIANNA, um dos maiores teóricos do Estado-Novo, é claro ao apontar que a grande originalidade da Justiça do Trabalho é justamente o Estado intervir nos conflitos trabalhistas solucionando-os e enfatizar as críticas aos juristas da Velha República (importante debate com WALDEMAR FERREIRA que taxava como inconstitucional o projeto estadonovista de atribuir o poder normativo à Justiça do Trabalho), chamando-os de antiquados frente às novas necessidades do Estado diante da questão social.

A Justiça do Trabalho foi fruto então de um projeto autoritário. Sua trajetória demonstra que muitas vezes suas decisões foram escolhas em favor do *stablishment*. Vários episódios confirmam: sua conivência com a implantação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); com a autoritária Lei de Greve de 1964 (Lei 4.330); sua atuação nos dissídios coletivos : aplicando tão-só índices de reajustes oriundos do Poder Executivo; a limitação que impôs à substituição processual esvaziando suas potencialidades previstas pela Constituição Federal de 1988. Ademais, estruturalmente, numa sociedade marcada pelo desemprego, constata-se a perversa estrutura: o empregador não paga direitos básicos e, quando o empregado interpõe a reclamação trabalhista, tem o patrão a facilidade de “fazer um bom acordo”; a mão-de-obra sai então muito barata. Com efeito, longe de ser um local idílico de defesa da cidadania dos trabalhadores, a Justiça do Trabalho possuiu sérios problemas estruturais que a faz distanciar-se de uma aplicação mais social do Direito.

No segundo capítulo, falamos sobre a criação do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo – 17ª Região. Ao se contextualizar o momento social e econômico da região, constatou-se que seu desenvolvimento preconizou-se no binômio café e nas grandes plantas industriais implantadas a partir da década de setenta (chamado “Milagre Econômico”). Com a decadência do café (substituído pela

pecuária leiteira, de corte, frutas tropicais e plantações de eucaliptos), a oferta de empregos diminuiu. Na indústria, houve uma redução de 40% dos empregos perante recentes processos de reestruturação industrial, de privatização e de busca de competitividade; diminuição dos postos de serviços também ocorreu no setor público. É neste contexto difícil que o jovem Tribunal teve e tem que atuar.

Ao prever um tribunal para cada Estado da Federação no seu artigo 122, a Constituição Federal de 1988, possibilitou a criação do Tribunal Trabalhista capixaba, que recebeu boa aceitação da comunidade. Com o decorrer do tempo, críticas também se opuseram à sua atuação. Riscos de sua extinção mobilizaram a comunidade jurídica para sua defesa: é a tensão que se registra hoje nas relações do Poder Executivo com o Poder Judiciário. O perfil do tribunal é jovem e caracterizado por uma impressionante mobilidade espacial de seus operadores jurídicos (apenas 24% dos juízes num total de 50 juízes possuíam domicílio no próprio Estado, por ocasião em que ingressaram no Tribunal). Tal quadro é promissor de sentenças mais avançadas socialmente e independentes, o que foi confirmado com um quadro de estatísticas, comparando, por exemplo, a tendência dos julgamentos entre o Tribunal Trabalhista do Espírito Santo com o do Rio de Janeiro.

No terceiro capítulo, abordamos a influência da criação do supracitado Tribunal para a relação empregado-empregador na região. Concluimos que o ato de sentenciar é um ato ideológico porque, quando o juiz interpreta a lei está condenado a fazer escolhas, a valorizar. Não existe neutralidade possível. Concluimos, também, que as sentenças referentes aos dissídios individuais e coletivos, do Tribunal capixaba, pelos vários exemplos dados, afastam-se dos paradigmas sugeridos pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), muito mais conservadores; os juízes capixabas, com elevado grau de discricionariedade (que não se confunde com arbitrariedade), acentuam os princípios sociais do Direito Trabalhista.

Como exemplo de tal ampliação, apresentamos o caso BANESTES. Ante a sua privatização, centenas de trabalhadores foram demitidos. Os trabalhadores

reagiram buscando a reintegração através de ações individuais. A par da dificuldade das teses jurídicas defendidas - todas minoritárias diante do crivo do Tribunal Superior do Trabalho -, o Tribunal capixaba defere inúmeras reintegrações, mas que não foram cumpridas pelo Banco, protegidos por *habeas corpus* e mandados de segurança dos Tribunais Superiores. O resultado é então frustrante, o que coloca em dúvida a praticidade das decisões sociais do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região.

O quarto capítulo teve como objetivo analisar, diante de tantas críticas que vem sofrendo a Justiça do Trabalho, as perspectivas sociais de novos procedimentos para a resolução dos conflitos trabalhistas, notadamente, a arbitragem e as comissões de conciliações prévias. A primeira demonstra que sua consolidação, através da Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996, merece desconfiança pois inserida muito mais nas perspectivas do neoliberalismo, o que não quer dizer que a informalidade e dinâmica do instituto não possam ser utilizadas dentro de uma outra esfera: o do acesso à justiça. Concluimos, ainda, que sua aplicação, no campo dos conflitos individuais trabalhistas, esbarra em sérios questionamentos legais frente ao princípio da irrenunciabilidade de tais direitos, o que já não ocorre com os conflitos coletivos, cuja solução por arbitragem encontra respaldo na própria Constituição Federal de 1988, embora sua utilização seja raríssima na prática.

Quanto às comissões de conciliações prévias a par do discurso sindical situá-las como um avanço, ainda é, na verdade, um instrumento duvidoso em prol dos interesses dos trabalhadores. Pois diante disto, existe o sério risco que se transforme em uma instância para quitar direitos trabalhistas de forma tão ou até mais intensa do que já ocorre na Justiça do Trabalho, o que tornaria o preço da mão-de-obra ainda mais barata.

No Espírito Santo, conhecemos tão-só a utilização de um caso de arbitragem, em que atuou como árbitro o Ministério Público do Trabalho, o que aliás consideramos ser uma boa perspectiva, haja vista a gratuidade e seriedade de tal

instituição. Quanto às comissões de conciliações prévias, fizemos pesquisa em uma – da construção civil de Vitória. Constatamos: a clientela, assim como a da Justiça do Trabalho, continua a ser o trabalhador desempregado; existem quitações de verbas trabalhistas no mesmo estilo do “bom acordo para ambas as partes” , o que infalivelmente significa que o empregado não está recebendo a totalidade de seus direitos; ela é limitada, ante as várias polêmicas que surgem, necessitando da análise de provas que só é plausível em sede do judiciário trabalhista.. A pequena amostra, não admite portanto, uma visão otimista da nova instância.

A perspectiva real para a região está, acentuadamente, na consolidação das características do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo: sua celeridade e tendência social (pró-trabalhador). *Lege ferenda*, seria interessante que o processo do trabalho não comportasse uma terceira instância como hoje existe, porque maior ainda seria a celeridade e as perspectivas de sentenças comprometidas com o alargamento do campo social do Direito. Isto faria com que os juízes trabalhistas capixabas aparecessem de forma mais intensa como uma verdadeira força de expressão social, adaptando as regras jurídicas trabalhistas às novas necessidades do enredo social. Premido pela autoridade dos Tribunais Superiores, notadamente, do Tribunal Superior do Trabalho, o ativismo do jovem Tribunal analisado tende a ser limitado, como exemplo do caso BANESTES. Não obstante ser conhecida sua atuação é um referencial importante para a comunidade, pois sabem os empregadores que muitas de suas decisões podem ser modificadas, porém tais possibilidades de mudanças implicam nos riscos naturais dos recursos e em mais despesas com advogados. Com efeito, temos que o jovem Tribunal já interfere, e muito, nas relações trabalhistas da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisca Rita Alencar. **A Justiça do Trabalho na Ordem Judiciária Brasileira**. São Paulo: LTr, 1993.

ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. **Pequena História da Formação Social Brasileira**. Rio de Janeiro:Edições Geral, 1986.

ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende, FILHO, Roberto Fragale, MONÇÃO, Sarah Cristian Faria. As transformações da categoria sócio-jurídica trabalho vistas por meio do discurso dos magistrados do trabalho.In : **Plúrima-Revista da Faculdade de Direito da UFF.v.3**. 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999 .

ARRUDA JUNIOR , Edmundo Lima , RAMOS , Alexandre (Orgs.) **Globalização , Neoliberalismo e o Mundo do Trabalho**. Curitiba: IBEJ,1998.

BIAVASCHI, Magda Barros. **Magistratura e Transformação Social: As Teses Coletivas dos Juízes Gaúchos**, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas - Especialidade Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina.

BONIFÁCIO, Jose Roberto. **Apontamentos Iniciais para os Estudos de uma Geopolítica do Estado do Espírito Santo** .Vitória. 2000

BOSÍSIO, Carlos Eduardo. **Justiça do Trabalho e política do trabalho do Brasil**. In:

GOMES, Angela de Castro. **Trabalho e Previdência: Sessenta Anos em Debate**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999.

CAPPELLETTI, Mauro, GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.

CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes Legisladores**? Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1993.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal: a era Vargas acabou?** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARVALHO, José Murilo. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **As Instituições Brasileiras da era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p 55-81.

CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da ação Integralista Brasileira. In: CHAUI, Marilena, FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e Mobilização Popular**. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e terra, 1978.

CHÂTELET, François. DUHAMEL, Olivier. PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das Idéias Políticas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

COLBARI, Antônia. O discurso sindical frente às mudanças na organização do trabalho. In: VASCONCELLOS & DAVEL (Org.) **Inovações Organizacionais e Relações de Trabalho: Ensaio sobre o Espírito Santo**. Vitória :EDUFES, 1998.

COUTINHO, José M. **Uma História da Educação no ES**. Vitória : DEC e SPDC/UFES, 1993.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder relações de classes. In: GOMES, Ângela M^a de castro, et al. **O Brasil Republicano : Sociedade e Política(1930-1964)**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. vol. 3 . pp.79-120

FARIA, José Eduardo. **Os Novos Desafios da Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1995.

FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano: Sociedade e Política(1930-1964)**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1996.

_____. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce.(Org.). **Repensando o Estado Novo**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999. pp. 17-20.

FERREIRA, Jorge, **Trabalhadores do Brasil: O Imaginário Popular 1930-45**. R. Janeiro: FGV , 1997.

FILHO, Wilson Ramos, **O Fim do Poder Normativo e a Arbitragem**, São Paulo: LTr, 1999.

FRAGALE FILHO, Roberto da Silva. **A Aventura Política Positivista: Um Projeto Republicano de Tutela**. São Paulo: LTr, 1998.

_____, Uma Análise da Reforma do Estado. In : Cidadania e Justiça .
Revista da Associação dos Magistrados Brasileiros. ano 3, nº6, 1º sem./1999.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **A Nova Lei de Arbitragem e as Relações de Trabalho**. São Paulo: LTR, 1997.

FREITAS, Manoel Mendes de. Poder normativo da Justiça do Trabalho- poder regulamentar do chefe do poder executivo - análise comparativa. In: BARROS, Alice Monteiro de (Coord.). **Curso de Direito do Trabalho: Estudos em Memória de Célio Goyatá**. 2 ed. ver. atual e ampl. São Paulo: Ltr, 1994. vol. 2 . p 657-672.

GOMES , Angela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho . Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus , 1979.

_____. O Redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Velloso, Ônica Pimenta. GOMES, Angela Maria de Castro. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p 109-150.

_____ A construção do homem novo. In. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. VELLOSO, Mônica Pimenta. GOMES, Angela Maria de Castro. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p 151-166.

GRINBERG, Keila. **Código Civil e cidadania**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.

HERKENHOFF, João Baptista . **Como Aplicar o Direito**: Revista , ampliada e atualizada de acordo com a Constituição de 1988 e leis posteriores.6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **A Sociologia do Direito no Brasil: Introdução ao Debate Atual**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1993.

KOERNER , Andrei . **O Poder Judiciário na Constituição da República**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo.

LEBRE, Eduardo Antonio Temponi . **Direito Coletivo do Trabalho**, Porto Alegre : Síntese, 1999.

LEITE, Angela Maria Fernandes Moreira. **Em Tempo de Conciliação** , 1999. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Antropologia, Niterói .

LOGUERCIO, José Eimard. Formas de Solução dos Conflitos Coletivos do Trabalho: Arbitragem. **Revista Ltr. Legislação do Trabalho** , São Paulo, ano 61,n.1 , p.193-208, jan 97.

MALHADAS, Júlio Assunção. **Justiça Do Trabalho: sua História, sua Composição e seu Funcionamento**. São Paulo: LTr, 1997. v 1 .

MAIOR, Jorge Luiz Souto .**Arbitragem e Direito do Trabalho**. Revista LTr. v 61, n.2, Fev.1997.

MORAIS, José Luiz Bolzan. **Mediação de Arbitragem. Alternativas à Jurisdição.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

MORANDI, A M. et al. **A Estrutura do Emprego no Espírito Santo-1980.** Vitória. Secretaria do Planejamento, 1980.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho.** 17 ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1997.

OLIVEIRA, Olga Maria B. Aguiar de. **Monografia Jurídica : Orientações Metodológicas para o Trabalho de Conclusão de Curso.** Porto Alegre: Síntese, 1999.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PARANHOS, Adalberto. **O Roubo da Fala: Origens da Ideologia do Trabalhismo no Brasil.** 1 ed. São Paulo: Boitempo. 1999.

PAULON, Carlos Artur. **Direito Alternativo do Trabalho.** São Paulo: Ltr, 1984.

PIGATTI, José Carlos. **Gestão Empresarial e Prática Social no Setor Elétrico Capixaba Frente às Transformações no Mundo do Trabalho na Década de 1990.** 2000 . p.58-92 Monografia apresentada à orientadora Prof.a Dr.a Antônia L. Colbari, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo.

PORTANOVA, Rui . **Motivações Ideológicas da Sentença.** 3 ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

RAMOS FILHO, Wilson. **O Fim do Poder Normativo e a Arbitragem**. São Paulo: Ltr, 1999.

ROCHA, José de Albuquerque. **A Lei de Arbitragem**. (Lei 9.307, de 23.9.96 uma avaliação crítica). São Paulo: Malheiros Editora, 1998.

ROCHA, Haroldo C. Formação Econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial . In: VASCONCELLOS & DAVEL (Org.) **Inovações Organizacionais e Relações de Trabalho: Ensaio Sobre O Espírito Santo** . Vitória :EDUFES, 1998, pp 33-75.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e Reforma no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 1965.

RODRIGUES, Leônicio Martins . Sindicalismo e classe operária(1930-1964). In: GOMES, Angela Maria de Castro et al. **O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)**. 6 ed. .Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v 3. p. 510-555.

ROMITA, Arion Sayão . Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 95-112.

ROWLAND, Robert. **Classe Operária e Estado de Compromisso: Origens Estruturais da Legislação Trabalhista e Sindical**. Revista Estudos. Cebrap: São Paulo, 1974. n. 8 SAAD, Eduardo Gabriel . **Comissões de Conciliação Prévia**. São Paulo: LTr , 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa , **Pela mão de Alice : o social e o político na pós - modernidade** . 5 ed. São Paulo:Cortez,1999.

SOUZA, Francisco Martins de. **Raízes Teóricas do Corporativismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

VIANNA, Luiz Wernneck. et. al. **Corpo e Alma da Magistratura Brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan , 1997.

_____. et al. **A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

_____. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. 4 ed. Belo Horizonte: UFMG,1999.

VIANNA, Oliveira. **Problemas de Direito Corporativo**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1938.

VIDAL NETO, Pedro. **Do Poder Normativo da Justiça do Trabalho**. São Paulo:Ltr, 1983.

VIEIRA , Evaldo Amaro .**Oliveira Vianna & O Estado Corporativo:um estudo sobre Corporativismo e Autoritarismo**. 1. ed S. Paulo: Grijalbo , 1976.

WARAT , Luiz Alberto . **Introdução Geral ao Direito, I Interpretação da Lei temas para uma reformulação**. Porto Alegre:Sergio Antonio Fabris Editor, 1994.

_____. O outro lado da dogmática jurídica .In:ROCHA, LEONEL SEVERO (Org.).**Teoria do Direito e do Estado**. Porto Alegre:..Fabris Editor,1994. p.81-95.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** 4. ed.
Lisboa: Presença, 1996.

WOLKMER, Antonio Carlos. Ideologia, Estado e Direito. 3 ed. ver. e ampl. São
Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2000.

_____. **Constitucionalismo e Direitos Sociais no Brasil.** São Paulo:
Acadêmica, 1989.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Poder Judiciário : Crise, Acertos e
Desacertos. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1995.

JORNAIS

A Gazeta - Vitória/ES

Correio Bancário- Vitória/ES

Estado de São Paulo

Folha de São Paulo

Gazeta Mercantil - Brasília

Gazeta Mercantil - São Paulo

Jornal do Brasil - Rio De Janeiro

O Globo- Rio De Janeiro